



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

O Município de Lagoa Santa/MG e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep) tornam pública e estabelecem normas para a realização de concurso destinado a selecionar candidatos de Nível Superior, Médio, Técnico e Fundamental Completo e Incompleto, para o provimento de cargos efetivos do quadro de servidores do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.241, de 16 de janeiro de 2012, que "Dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG", Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012, que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lagoa Santa/MG", alterações posteriores, legislação complementar e demais normas contidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso será regido por este Edital, por seus anexos, avisos, atos complementares e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade da Fundep.

1.2. O concurso de que trata este Edital visa ao provimento de cargos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, conforme as vagas estabelecidas e distribuídas no **Anexo I** deste Edital.

1.3. O concurso de que trata este Edital será de Provas Objetivas, Redação e de Títulos, composto das seguintes etapas:

a) Primeira Etapa: prova objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos.

b) Segunda Etapa: prova de redação, de caráter eliminatório e classificatório para os cargos de nível superior da área de Educação.

c) Terceira Etapa: prova de títulos, de caráter classificatório, para os cargos de nível superior da área de Educação.

1.4. A legislação e as alterações em dispositivos legais e normativos, com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, não serão objeto de avaliação nas provas deste Concurso.

1.5. Este Concurso terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Lagoa Santa/MG.

1.6. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário oficial da cidade de Brasília-DF.

1.7. Será disponibilizado, às pessoas que não tiverem acesso à *internet*, um computador e uma impressora com tinta e papel para que possam realizar inscrições, requerimentos, solicitações e/ou recursos para qualquer etapa deste Concurso, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato realizar o respectivo procedimento nos termos deste Edital, nos seguintes locais:

a) Gerência de Concursos da Fundep, situada à Av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º andar, Campus Pampulha da UFMG em Belo Horizonte/MG (acesso pela Av. Antônio Abrahão Caram, Portão 2), no horário das 9h às 11h30min e das 13h30min às 16h30min (exceto sábados, domingos e feriados).

b) Sistema Nacional de Emprego - SINE Lagoa Santa/MG, situado à Rua Josefina Viana, nº 153, Bairro Centro, Lagoa Santa/MG, (exceto sábados, domingos e feriados), durante dias úteis, no horário de 8h às 11h e de 13h às 16h.

1.8. O Município de Lagoa Santa/MG e a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhe forem imputáveis, por inscrições ou recursos não recebidos por falhas de comunicação; eventuais equívocos provocados por operadores das instituições bancárias, assim como no processamento do boleto bancário; congestionamento das linhas de comunicação; falhas de impressão; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência de dados e impressão do boleto bancário ou da segunda via do boleto bancário.

1.9. O Edital completo deste Concurso poderá ser retirado pelo candidato por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos: <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcurso.com.br>.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO CARGO

2.1. A escolaridade mínima exigida para ingresso nos cargos é discriminada no **Anexo I** deste Edital.

2.2. A comprovação da escolaridade mínima exigida será feita por meio de diploma devidamente registrado e legalmente reconhecido, expedido por instituição de ensino credenciada no CEE ou no MEC, conforme aponta o **Anexo I** deste Edital.

2.3. Caso o candidato ainda não esteja de posse do diploma, este documento poderá ser substituído provisoriamente por certidão de conclusão de curso acompanhada de histórico escolar, emitida por instituição de ensino credenciada.

2.4. A Carga Horária de Trabalho exigida para o cargo será conforme o **Anexo I**.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- 2.5. O Vencimento Inicial dos cargos encontra-se discriminado no **Anexo I**.
- 2.6. Os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime Jurídico Estatutário, em conformidade com as normas estabelecidas na Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lagoa Santa/MG.
- 2.7. Os candidatos nomeados e empossados estarão subordinados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS (INSS).
- 2.8. O exercício do cargo poderá implicar na necessidade de viagem do servidor, a critério da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG.
- 2.9. As atribuições gerais dos cargos constam do **Anexo I** deste Edital, conforme o especificado na legislação vigente da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG.

3. DAS VAGAS

- 3.1 Este concurso oferta um total de **499 (quatrocentas e noventa e nove)** vagas, conforme **Anexo I** deste Edital.
- 3.2. Em atendimento à Lei Federal Nº 7.853/1989 e Lei Estadual 11.867/95 e Decreto Estadual 42.257/02 e no art. 7º da Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lagoa Santa/MG, 7% (sete por cento) do total de vagas oferecidas por cargo neste Concurso serão reservadas a pessoas com deficiência, totalizando **29 (vinte e nove)** vagas conforme **Anexo I**.
- 3.3. A reserva de vagas será feita de acordo com os critérios definidos pelo artigo 4º do Decreto Federal Nº 3.298/1999, combinado com a Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ (visão monocular), observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo.
- 3.4. O percentual de 7% (sete por cento) de reserva de que trata o item 3.2 deste Edital será aplicado sobre o número total de vagas disponibilizadas por cargo, conforme disposto no **Anexo I** deste Edital e na Lei Estadual 11.867/95 e Decreto Estadual 42.257/02 e na Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lagoa Santa/MG.
- 3.5. Ao número de vagas estabelecido no **Anexo I** deste Edital, poderão ser acrescentadas novas vagas autorizadas dentro do prazo de validade do concurso.
- 3.6. Caso novas vagas sejam oferecidas durante o prazo de validade do concurso, 7% (sete por cento) delas serão destinadas a pessoas com deficiência.
- 3.6.1. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro anterior, conforme Decreto Nº 3.298/99.
- 3.7. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência participará deste Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação, ao conteúdo, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima de aprovação exigida para todos os candidatos.
- 3.8. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso, além de figurar na lista de classificação da ampla concorrência, terá sua classificação em listagem classificatória exclusiva dos candidatos nesta condição.
- 3.9. Para cumprimento da reserva estabelecida na Lei Estadual 11.867/95 e Decreto Estadual 42.257/02 e no art. 7º da Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012, as vagas reservadas serão providas por candidato com deficiência aprovado, nomeado e submetido à perícia médica, observada a distribuição de vagas constante do **Anexo I** deste Edital e a ordem de classificação do candidato nessa concorrência.
- 3.10. A primeira convocação de candidato com deficiência aprovado no Concurso dar-se-á para preenchimento da vaga que corresponder a 7% das vagas oferecidas em cada cargo de que trata o presente Edital e as demais ocorrerão, sucessivamente, na mesma proporção durante o prazo de validade do Concurso.

4. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS

- 4.1. O candidato aprovado e nomeado neste concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse:
- a) Ser brasileiro nato, naturalizado ou cidadão português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do art. 12, § 1º da Constituição da República.
- b) Gozar dos direitos políticos.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- c) Estar quite com as obrigações eleitorais.
 - d) Estar quite com as obrigações do Serviço Militar, quando se tratar de candidato do sexo masculino.
 - e) Ter 18 anos completos até a data de posse.
 - f) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, a ser aferida em perícia médica oficial, realizada por unidade pericial competente, nos termos da legislação vigente.
 - g) Comprovar a escolaridade exigida para ingresso nos cargos, nos termos do **Anexo I** deste Edital.
- 4.2. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados no item 4.1 deste Edital ou que por qualquer motivo não puder comprová-los perderá o direito à posse no cargo para o qual for nomeado.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. Disposições gerais

- 5.1.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.
- 5.1.2. Antes de efetuar a inscrição e/ou o pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.
- 5.1.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 5.1.4. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.
- 5.1.5. Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por fax, via postal, correio eletrônico ou outro meio que não os estabelecidos neste Edital.
- 5.1.6. A Ficha Eletrônica de Isenção, o Requerimento Eletrônico de Inscrição e o valor pago referente à inscrição são pessoais e intransferíveis.
- 5.1.7. O pagamento do valor de inscrição, por si só, não confere ao candidato o direito de se submeter às etapas deste Concurso Público.
- 5.1.8. O candidato poderá concorrer a 02 (dois) cargos de diferentes níveis de escolaridade, sendo: Médio e Técnico Completo no **turno A** ou Fundamental e Superior no **turno B**, cujas provas realizar-se-ão em horários (turnos) distintos, ficando vedada a inscrição para mais de um cargo para o mesmo turno de prova, conforme indicado no **Anexo I** deste Edital.
- 5.1.9 Depois de confirmados e transmitidos os dados cadastrados pelo candidato na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição, não serão aceitos:
- a) Alteração no cargo/área de conhecimento indicado pelo candidato na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição.
 - b) Transferências de inscrições ou da isenção do valor de inscrição entre pessoas.
 - c) Transferências de pagamentos de inscrição entre pessoas.
 - d) Alteração da inscrição do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição de portador de deficiência.
- 5.1.10. A não comprovação do pagamento do valor de inscrição ou o pagamento efetuado em quantia inferior determinará o cancelamento automático da inscrição.
- 5.1.11. As informações constantes na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e a Fundep de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto ou código incorreto referente ao cargo/área de conhecimento pretendido, fornecidos pelo candidato.
- 5.1.11.1. Declarações falsas ou inexatas constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.1.12. Não se exigirá do candidato cópia de nenhum documento, no ato do preenchimento do Requerimento Eletrônico de Inscrição ou da Ficha Eletrônica de Isenção, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados, salvo nos itens 5.4.3 e seus subitens.
- 5.1.13 No ato da inscrição, o candidato deverá indicar, em campo próprio, a opção pelo cargo ao qual concorrerá, podendo se inscrever para mais de um cargo, observando os itens 5.1.8 e 9.1.2.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

5.2. Procedimentos para inscrição e formas de pagamento

5.2.1. O valor a ser pago a título de inscrição é o seguinte:

- Cargos de Nível Fundamental: R\$ 50,00 (cinquenta reais)
- Cargos de Nível Médio e Técnico : R\$ 70,00 (setenta reais)
- Cargos de Nível Superior: R\$ 110,00 (cento e dez reais)

5.2.2. As inscrições deverão ser efetuadas via *internet*, das 09 horas do dia **26 de dezembro de 2018** às 20 horas do dia **24 de janeiro de 2019**.

5.2.3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br> das 09 horas do dia **26 de dezembro de 2018** às 20 horas do dia **24 de janeiro de 2019**, por meio do link correspondente às inscrições do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG – Edital nº 001/2018, e efetuar sua inscrição conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

a) Ler atentamente o Edital disponível no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>.

b) Preencher o Requerimento Eletrônico de Inscrição, indicando a opção do cargo/área de conhecimento para o qual concorrerá de acordo com o **Anexo I** deste Edital, confirmar os dados cadastrados e transmiti-los pela *internet*.

c) Gerar e imprimir o boleto bancário para pagamento do valor de inscrição correspondente.

d) Efetuar o pagamento da importância referente à inscrição expressa no item 5.2.1 deste Edital, até o dia **25 de janeiro de 2019**.

~~5.2.4. O boleto bancário a que se refere o item 5.2.3, alínea “c” será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras e ser pago até o último dia de inscrição.~~

5.2.4. O boleto bancário a que se refere o item 5.2.3, alínea “c” será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras e ser pago até o dia **25 de janeiro de 2019**.

5.2.5. O candidato, para efetivar sua inscrição, deverá, obrigatoriamente, efetuar o pagamento do valor da inscrição impresso no boleto bancário, na rede bancária, observados os horários de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária, conforme item 5.2.3, alínea “d”.

5.2.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º dia útil que anteceder o feriado.

~~5.2.7. A segunda via do boleto bancário somente estará disponível na *internet* para impressão durante o período de inscrição determinado no item 5.2.2 deste Edital, ficando indisponível a partir das 20 horas do último dia de inscrição.~~

5.2.7. A segunda via do boleto bancário estará disponível na *internet* para impressão até as **17 horas do dia 25 de janeiro de 2019**.

5.2.8. A impressão do boleto bancário ou da segunda via deste em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e a Fundep de eventuais dificuldades na leitura do código de barras e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição.

5.2.9. A inscrição somente será processada e validada após a confirmação à Fundep, pela instituição bancária, do pagamento do valor de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente cancelado o Requerimento Eletrônico de Inscrição em que o pagamento não for comprovado ou que for pago a menor.

5.2.10. Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no item 5.2.3, alínea “d”, deste Edital.

5.2.11. Não será aceito pagamento do valor de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, cartão de crédito, ordens de pagamento ou qualquer outra forma diferente daquela prevista neste Edital.

5.2.12. O comprovante provisório de inscrição do candidato será o boleto original, devidamente quitado, sem rasuras, emendas e outros, em que conste a data da efetivação do pagamento feito até a data prevista no item 5.2.3, alínea “d”, nos termos do presente Edital.

5.2.13. Considera-se efetivada a inscrição do candidato que realizar o pagamento exato do valor de inscrição até a data prevista no item 5.2.3, alínea “d”, nos termos do presente Edital, bem como as inscrições deferidas através dos pedidos de isenção do pagamento do valor de inscrição.

5.2.14. Havendo mais de uma inscrição paga ou isenta, independentemente da área de conhecimento escolhida,

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

prevalecerá a última inscrição ou isenção cadastrada, ou seja, a de data e horário mais recentes. As demais isenções ou inscrições realizadas não serão consideradas, salvo os casos previstos no subitem 5.1.8.

5.2.15. O boleto bancário quitado será o comprovante de requerimento de inscrição do candidato neste Concurso Público. Para esse fim, o boleto deverá estar autenticado ou acompanhado do respectivo comprovante do pagamento realizado até a data limite do vencimento, não sendo considerado para tal o simples agendamento de pagamento, uma vez que este pode não ser processado ante a eventual insuficiência de fundos ou outras situações que não permitam o pagamento efetivo do valor da inscrição.

5.2.16. As inscrições deferidas serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e divulgadas nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br>.

5.2.17. Nos casos em que o candidato tiver sua inscrição indeferida por inconsistência no pagamento do valor de inscrição, poderá se manifestar formalmente por meio de recursos administrativo previsto no item 11.1, deste Edital.

5.2.18 O candidato inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do formulário de inscrição.

5.3. Da devolução do valor de inscrição

5.3.1. O valor de inscrição será devolvido ao candidato em casos de suspensão e cancelamento de cargos ou do Concurso ou alteração da data da Prova Objetiva.

5.3.2. A devolução do valor de inscrição prevista no item 5.3.1 deverá ser requerida por meio de formulário de solicitação disponibilizado no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>, em até 05 (cinco) dias úteis após a data de publicação do ato que ensejou o cancelamento, suspensão ou a não realização do certame, na “Área do Candidato – Minhas Inscrições”.

5.3.2.1. O Formulário de solicitação de devolução do valor de inscrição ficará disponível durante o prazo de 20 (vinte) dias corridos contados a partir da disponibilização do referido formulário.

5.3.3. Para obter a devolução, o candidato deverá informar nome e número do banco, nome e número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito, bem como o nome completo e CPF do titular da conta, caso esta seja de terceiros.

5.3.4. O formulário de restituição deverá ser entregue ou enviado pelo candidato ou por terceiro, devidamente preenchido e assinado pelo candidato e acompanhado da cópia do documento de identidade do candidato, em envelope fechado, em até 20 (vinte) dias corridos após a disponibilização do formulário de ressarcimento, por uma das seguintes formas:

a) Na Gerência de Concursos da Fundep, localizada na av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º andar, Campus Pampulha da UFMG em Belo Horizonte/MG (acesso pela Av. Antônio Abrahão Caram, portão 2), no horário das 9h às 11h30 ou das 13h30 às 16h30 (exceto sábados, domingos e feriados), dentro do prazo previsto no subitem 5.3.4 deste Edital.

b) Via SEDEX ou Carta com Aviso de Recebimento - AR, postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato, endereçado à Gerência de Concursos da Fundep – EDITAL nº 001/2018 da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972, em Belo Horizonte/MG. Nesse caso, a data da postagem deverá obedecer ao prazo estabelecido no subitem 5.3.4 deste Edital.

5.3.5. O envelope deverá conter a referência da seguinte forma:

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG – EDITAL nº 001/2018
REFERÊNCIA: PEDIDO DE DEVOLUÇÃO
NOME COMPLETO DO CANDIDATO
NÚMERO DE INSCRIÇÃO
CARGO / ÁREA DE CONHECIMENTO PARA O QUAL CONCORRERÁ

5.3.6. A devolução do valor de inscrição será processada em até 20 (vinte) dias úteis findado o prazo previsto no item 5.3.4 por meio de depósito bancário na conta bancária indicada na solicitação, nos casos em que todos os dados encaminhados estiverem corretos.

5.3.6.1. É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor de inscrição, não se podendo atribuir à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e à Fundep a responsabilidade pela impossibilidade de devolução caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.

5.3.7. O valor a ser devolvido ao candidato será corrigido monetariamente pela variação do IGPM/FGV ou por outro índice que vier a substituí-lo desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva devolução.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

5.3.8. Será devolvido ao candidato o valor de inscrição pago em duplicidade ou fora do prazo ou com valor em desconformidade com o do valor de inscrição, desde que requerido por escrito pelo candidato e mediante comprovação da extemporaneidade ou da duplicidade do pagamento para o mesmo boleto.

5.3.8.1. Nos casos elencados no item 5.3.8, o candidato arcará com os custos bancários do boleto para o processamento da devolução.

5.3.8.2. No caso previsto no item 5.3.8 deste Edital, o candidato deverá requerer a restituição do valor de inscrição em até 10 (dez) dias úteis após o término das inscrições, por meio do envio do requerimento e da documentação comprobatória da duplicidade e extemporaneidade do pagamento, via e-mail (concursos@fundep.ufmg.br), ou ainda pessoalmente ou por terceiro munido de procuração com poderes específicos, na Gerência de Concursos da Fundep, localizada na av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º Andar, Campus Pampulha da UFMG, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972 em Belo Horizonte/MG (acesso pela Av. Antônio Abrahão Caram, portão 2), no horário das 9h às 11h30 ou das 13h30 às 16h30, (exceto sábados, domingos e feriados).

5.3.8.3. Para devolução de valor prevista no item 5.3.8 deste Edital, o requerimento e a documentação deverão ser entregues em envelope fechado e identificado.

5.3.8.4. Para devolução de valor prevista no item 5.3.8 deste Edital, o candidato também deverá informar os seguintes dados:

a) Nome completo, número da identidade e número de sua inscrição no concurso.

b) Nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta, caso a conta seja de terceiros.

c) Número de telefones, com código de área e e-mail para eventual contato.

5.3.9. A devolução do valor de inscrição pago em duplicidade ou fora do prazo ou com quantia em desconformidade com o valor de inscrição estará sujeita à análise do requerimento e documentos comprobatórios e consequente aprovação da Fundep.

5.3.10. O candidato que não requerer a restituição do valor de inscrição no prazo e nas formas estabelecidas no item 5.3 deste Edital não poderá requerê-la posteriormente.

5.4. Da Isenção do Pagamento do Valor de Inscrição

~~5.4.1. O candidato que, em razão de limitações de ordem financeira, não puder arcar com o pagamento do valor de inscrição, sob pena de comprometimento do sustento próprio e de sua família, poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição exclusivamente das 09 horas do dia 26 de dezembro de 2018 às 23 horas e 59 minutos do dia 03 de janeiro de 2019.~~

~~5.4.2. O requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição estará disponível para preenchimento no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br> no período constante do item 5.4.1 deste Edital.~~

~~5.4.3. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá comprovar, no que couber, o que se segue: estar regularmente inscrito no Cadastro Único para Programas do Governo Federal – CadÚnico (Hipossuficiência econômica financeira) ou em condição de desempregado e família de baixa renda.~~

~~5.4.3.1. A condição de hipossuficiência econômico financeira é caracterizada pelo registro de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto Federal Nº 6.135, de 26 de junho de 2007.~~

~~5.4.3.1.1 Para comprovar a situação prevista no item 5.4.3.1 deste Edital, o candidato deverá estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e indicar seu Número de Identificação Social (NIS) válido, atribuído pelo CadÚnico, no requerimento de inscrição quando de seu preenchimento.~~

~~5.4.3.1.2 A Fundep consultará o órgão gestor do CadÚnico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que fornecerá a situação do Número de Identificação Social (NIS) e caracterizará ou não a isenção do candidato.~~

~~5.4.3.2. A condição de desempregado e família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal Nº 6.135, de 26 de junho de 2007, será caracterizada pela seguinte situação:~~

~~5.4.3.2.1. Apresentar declaração legível, datada e assinada, na qual informará que é membro de família de baixa renda nos termos do Decreto Federal Nº 6.135 de 26 de junho de 2007, conforme o Anexo V deste Edital.~~

~~5.4.4. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá obedecer aos seguintes procedimentos:~~

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

a) ~~Preencher a solicitação de isenção~~ através do endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>, indicando se a condição é de desemprego ou hipossuficiência e emitir comprovante.

b) ~~Em caso de hipossuficiência econômico-financeira~~ caracterizada pelo registro de inscrição no CadÚnico, bastará o encaminhamento eletrônico do formulário preenchido com o Número de Identificação Social – NIS.

c) ~~Em caso de condição de desempregado e família de baixa renda~~, no que couber, anexar ao comprovante de solicitação de isenção a documentação exigida para comprovação da condição informada, nos termos estabelecidos no item 5.4.3.2 deste Edital e seus subitens, e encaminhar via SEDEX ou Carta com Aviso de Recebimento – AR, à Gerência de Concursos da Fundep, localizada na av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º Andar, Campus Pampulha da UFMG, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972 em Belo Horizonte/MG (acesso pela av. Antônio Abrahão Caram, portão 2), ou pessoalmente no horário das 9h às 11h30 ou das 13h30 às 16h30, (exceto sábados, domingos e feriados).

5.4.4.1. O envelope deverá conter a referência especificada conforme segue abaixo e ser encaminhado até o último dia do período de isenção discriminado no item 5.4.1.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG – EDITAL nº 001/2018
REFERÊNCIA: PEDIDO DE ISENÇÃO
NOME COMPLETO DO CANDIDATO
NÚMERO DE INSCRIÇÃO
CARGO / ÁREA DE CONHECIMENTO PARA O QUAL CONCORRERÁ

5.4.5. No requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá firmar declaração de que é desempregado, não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, não auferir nenhum tipo de renda – exceto a proveniente de seguro desemprego, se for o caso – e que sua situação econômico-financeira não lhe permite pagar o referido valor sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.

5.4.6. As informações prestadas no requerimento eletrônico de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato que responderá civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

5.4.7. Não será concedida isenção do pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

a) Deixar de efetuar o requerimento de inscrição pela internet.

b) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas.

c) Fraudar e/ou falsificar documento.

d) Pleitear a isenção sem apresentar os documentos previstos no item 5.4.3 deste Edital e seus subitens.

e) Não informar o Número de Identificação Social (NIS) corretamente ou informá-lo nas situações de inválido, excluído, com renda fora do perfil, não cadastrado, de outra pessoa, não informá-lo, com desatualização cadastral por período superior a 48 meses ou outro motivo informado pelo MDS (órgão gestor do CadÚnico).

f) Não observar prazos para postagem dos documentos.

5.4. Da Isenção do Pagamento do Valor de Inscrição

5.4.1. O candidato que, em razão de limitações de ordem financeira, não puder arcar com o pagamento do valor de inscrição, sob pena de comprometimento do sustento próprio e de sua família, ou que comprovar os requisitos da Lei Municipal Nº 2.313/2004 para ser caracterizado como doador regular de sangue, poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição exclusivamente das 9 horas do dia **26 de dezembro de 2018** às 23 horas e 59 minutos do dia **03 de janeiro de 2019**.

5.4.2. O requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição estará disponível para preenchimento no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br> no período constante do item 5.4.1 deste Edital.

5.4.3. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá comprovar, no que couber, o que se segue: condição de desempregado ou estar regularmente inscrito no Cadastro Único para Programas do Governo Federal – CadÚnico ou ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Nº 6.135, de 2007 ou **doador de sangue ou equiparado, de acordo com a Lei Municipal n.º 2.313/2004.**

5.4.3.1. A condição de hipossuficiência econômico-financeira é caracterizada pelo registro de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto Federal Nº 6.135, de 26 de junho de 2007.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

5.4.3.1.1. Para comprovar a situação prevista no item 5.4.3.1 deste Edital, o candidato deverá estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e indicar seu Número de Identificação Social (NIS) **válido**, atribuído pelo CadÚnico, no requerimento de inscrição quando de seu preenchimento.

5.4.3.1.2 A Fundep consultará o órgão gestor do CadÚnico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que fornecerá a situação do Número de Identificação Social (NIS) e caracterizará ou não a isenção do candidato.

5.4.3.2. A condição de desempregado ou família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal Nº 6.135, de 26 de junho de 2007, será caracterizada pela seguinte situação:

5.4.3.2.1. Apresentar declaração legível, datada e assinada, na qual informará que é membro de família de baixa renda nos termos do Decreto Federal Nº 6.135 de 26 de junho de 2007, conforme o **Anexo V** deste Edital.

5.4.3.3. A condição de “Doador de Sangue”, nos termos da Lei Municipal nº 2.313/2004, será caracterizada pela seguinte situação:

5.4.3.3.1. O candidato deverá comprovar ter doado sangue a Órgão Oficial ou entidade coletora credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município, pelo menos duas vezes nos últimos 12 meses que antecedem à inscrição neste Concurso Público. A comprovação da Doação de sangue será feita mediante apresentação de documento expedido por Órgão Oficial ou entidade coletora credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município,

5.4.3.4. A condição de equiparado a doador de sangue, para efeitos desta Lei, a pessoa que integre associação de doadores e que contribua, comprovadamente, para estimular a doação, nos termos da Lei Municipal nº 2.313/2004, será caracterizada pela seguinte situação:

5.4.3.4.1. O candidato deverá comprovar a condição de equiparado a doador de sangue, mediante a apresentação de documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar as atividades desenvolvidas pelo interessado.

5.4.4. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

a) **Preencher a solicitação de isenção** através do endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>, indicando se a condição é de desemprego ou hipossuficiência e emitir comprovante.

b) **Em caso de hipossuficiência econômico-financeira** caracterizada pelo registro de inscrição no CadÚnico, bastará o encaminhamento eletrônico do formulário preenchido com o Número de Identificação Social – NIS.

c) **Em caso de condição de desempregado ou família de baixa renda**, no que couber, anexar ao comprovante de solicitação de isenção a documentação exigida para comprovação da condição informada, nos termos estabelecidos no item 5.4.3.2 deste Edital e seus subitens, e encaminhar via SEDEX ou AR, à Gerência de Concursos da Fundep, localizada na av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º Andar, Campus Pampulha da UFMG, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972 em Belo Horizonte/MG (acesso pela av. Antônio Abrahão Caram, portão 2), ou pessoalmente no horário das 9h às 11h30 ou das 13h30 às 16h30, (exceto sábados, domingos e feriados).

d) **Em caso de “Doador de Sangue” ou equiparado**, anexar ao comprovante de solicitação de isenção a documentação exigida para comprovação da condição informada, nos termos estabelecidos nos itens 5.4.3.3 ou 5.4.3.4 deste Edital e seus subitens, e encaminhar via SEDEX ou Carta com Aviso de Recebimento - AR, à Gerência de Concursos da Fundep, localizada na av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º Andar, Campus Pampulha da UFMG, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972 em Belo Horizonte/MG (acesso pela av. Antônio Abrahão Caram, portão 2), ou pessoalmente no horário das 9h às 11h30 ou das 13h30 às 16h30, (exceto sábados, domingos e feriados).

5.4.4.1. O envelope deverá conter a referência especificada conforme segue abaixo e ser encaminhado até o último dia do período de isenção discriminado no item 5.4.1.

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA
EDITAL 001/2018
REFERÊNCIA: PEDIDO DE ISENÇÃO
NOME COMPLETO DO CANDIDATO
NÚMERO DE INSCRIÇÃO
CARGO / ÁREA DE CONHECIMENTO PARA O QUAL CONCORRERÁ

5.4.5. No requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá firmar declaração de que é desempregado, não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, não auferir nenhum tipo de renda – exceto a proveniente de seguro-desemprego, se for o caso – e que sua situação econômico-



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

financeira não lhe permite pagar o referido valor sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.

5.4.6. As informações prestadas no requerimento eletrônico de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato que responderá civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

5.4.7. Não será concedida isenção do pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

- a) Deixar de efetuar o requerimento de inscrição pela *internet*.
- b) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas.
- c) Fraudar e/ou falsificar documento.
- d) Pleitear a isenção sem apresentar cópia dos documentos previstos no item 5.4.3 deste Edital e seus subitens.
- e) Não informar o Número de Identificação Social (NIS) corretamente ou informá-lo nas situações de inválido, excluído, com renda fora do perfil, não cadastrado, de outra pessoa, não informá-lo, com desatualização cadastral por período superior a 48 meses ou outro motivo informado pelo MDS (órgão gestor do CadÚnico).
- f) Não observar prazos para postagem dos documentos.

5.4.8. Cada candidato deverá encaminhar individualmente sua documentação, sendo vedado o envio de documentos de mais de um candidato no mesmo envelope.

5.4.9. As informações prestadas no requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição e nas declarações firmadas nos itens 5.4.3 e seus subitens deste Edital serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.4.10. A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento do valor de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.4.11. Não será aceita solicitação de isenção do pagamento de valor de inscrição via fax, correio eletrônico ou qualquer outra forma que não seja prevista neste Edital.

5.4.12. A comprovação da tempestividade do requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição será feita pelo registro da data de postagem.

5.4.13. O pedido de isenção do pagamento do valor de inscrição que não atender a quaisquer das exigências determinadas neste Edital será indeferido, assegurado ao candidato o direito de recurso previsto no item 11.1, deste Edital.

5.4.14. A partir de **10 de janeiro de 2019**, a apuração do resultado da análise do requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição será publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e divulgada nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcurso.com.br>, onde constará listagem dos candidatos por nome em ordem alfabética e número de inscrição, apresentando a informação sobre deferimento ou indeferimento, para consulta.

5.4.15. O candidato que tiver sua solicitação de isenção deferida terá sua inscrição efetivada automaticamente no concurso e deverá consultar e conferir o seu Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI, em conformidade com o item 8 e subitens deste Edital.

5.4.16. O candidato que tiver o pedido de isenção indeferido poderá se manifestar formalmente por meio de recurso administrativo previsto no item 11.1, deste Edital.

5.4.17. A segunda via do boleto bancário será disponibilizada no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br> durante todo o período de inscrição.

5.4.18. Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato como isento será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.4.19. Poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato.

6. DA INSCRIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1. Para fins de reserva de vagas conforme previsto, considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/1999 combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, assim definidas:

- a) **Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções.

b) **Deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

c) **Deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º, ou ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores. Visão monocular.

d) **Deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

e) **Deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências.

6.2. Às pessoas com deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela legislação, é assegurado o direito de inscrição para a reserva de vagas em concurso público, nos termos do item 3.2 deste Edital, devendo ser observada a compatibilidade das atribuições do cargo com a deficiência apresentada.

6.3. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.

6.4. No ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá declarar que está ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições.

6.5. O candidato com deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso Público, além de figurar na lista de classificação da ampla concorrência, terá seu nome constante da lista específica de pessoas com deficiência.

6.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais concursados da ampla concorrência, observada a ordem de classificação.

6.7. O candidato com deficiência, durante o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição, além de observar os procedimentos descritos no item 5 deste Edital, deverá:

a) Informar ser portador de deficiência.

b) Selecionar o tipo de deficiência.

c) Especificar a deficiência.

d) Informar se necessita de condições especiais para realização das provas e indicá-las, nos termos do § 1º do art. 40 do Decreto Federal Nº 3.298/1999 e suas alterações.

e) Manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência.

6.8. O candidato com deficiência que não preencher os campos específicos do Formulário Eletrônico de Inscrição e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

6.9. Para solicitar inscrição na reserva de vagas, o candidato com deficiência deverá encaminhar durante o período de inscrição o laudo médico original ou cópia autenticada expedido no prazo máximo de até 12 (doze) meses da data do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

6.10. O Laudo Médico deve conter todas as informações necessárias que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/1999 combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

6. 11. O laudo médico deverá ser entregue em envelope fechado, contendo na parte externa e frontal do envelope os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG – EDITAL nº 001/2018
REFERÊNCIA:LAUDO MÉDICO
NOME COMPLETO DO CANDIDATO
NÚMERO DE INSCRIÇÃO
CARGO / ÁREA DE CONHECIMENTO PARA O QUAL CONCORRERÁ



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- 6.12. O laudo médico deverá ser entregue, diretamente pelo candidato ou por terceiro, durante o período de inscrição, das seguintes formas:
- a) Pessoalmente ou por terceiro, na Gerência de Concursos da Fundep, localizada na av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º andar, Campus Pampulha da UFMG, Belo Horizonte/MG (acesso pela Av. Antônio Abrahão Caram, portão 2), no horário das 9h às 11h30 ou das 13h30 às 16h30 (exceto sábados, domingos e feriados).
 - b) Via SEDEX ou Carta com Aviso de Recebimento - AR à Gerência de Concursos da Fundep, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972 em Belo Horizonte/MG.
- 6.13. A Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e a Fundep não se responsabilizam pelo extravio ou atraso dos documentos encaminhados via SEDEX ou Carta com Aviso de Recebimento - AR.
- 6.14. O candidato com deficiência, além do envio do laudo médico indicado no item 6.9 deste Edital, deverá assinalar, no Formulário Eletrônico de Inscrição ou no Requerimento de Isenção de Pagamento do Valor de Inscrição, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da prova, quando houver.
- 6.15. Os documentos indicados no item 6.9 deste Edital terão validade somente para este concurso público e não serão devolvidos.
- 6.16. O laudo médico será considerado para análise do enquadramento previsto no artigo 4º do Decreto Federal Nº 3.298/1999 e suas alterações, combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.
- 6.17. Perderá o direito de concorrer às vagas destinadas neste Edital aos candidatos com deficiência, mesmo que declarada tal condição na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição, o candidato que:
- a) Não entregar o laudo médico.
 - b) Entregar o laudo médico fora do prazo estabelecido no item 6.9.
 - c) Entregar o laudo médico sem data de expedição ou com data de expedição superior ao prazo máximo de 12 (doze) meses da data do término das inscrições.
 - d) Entregar laudo médico que não contenha a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID.
 - e) Entregar laudo médico que não contenha informações suficientes que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/1999 combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.
- 6.18. Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6 e subitens deste Edital não concorrerão às vagas reservadas para pessoas com deficiência, sendo assegurado ao candidato o direito de recurso previsto no item 11, deste Edital.
- 6.19. A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato com deficiência será condicionada à legislação específica e à possibilidade técnica examinada pela Fundep.
- 6.20. A lista dos candidatos que tiverem os pedidos de condições diferenciadas e/ou tempo adicional deferidos será publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e divulgada nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcurso.com.br>.
- 6.21. Será indeferido qualquer recurso em favor de candidato com deficiência que não seguir as instruções constantes deste Edital para inscrição nessa condição.
- 6.22. Após a nomeação do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.
- 7. PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS**
- 7.1. Condições especiais de realização das provas poderão ser requeridas tanto para pessoas com deficiência quanto para pessoas que, em razão de alguma limitação temporária, tenham necessidade.
- 7.2. O candidato poderá requerer, no ato da inscrição ou no momento do pedido de isenção do valor de inscrição, atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas.
- 7.2.1. A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato, assim consideradas aquelas que possibilitam a prestação do exame respectivo, será condicionada à solicitação do candidato e à legislação específica, devendo ser observada a possibilidade técnica examinada pela Fundep.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- 7.2.2. A Fundep assegurará aos candidatos com deficiência locais de fácil acesso, sem barreiras arquitetônicas e, quando for o caso, pessoas, equipamentos e instrumentos para auxílio durante a realização das provas.
- 7.2.3. O candidato com deficiência deverá requerer condições especiais (ledor, intérprete de libras, prova ampliada, auxílio para transcrição ou sala de mais fácil acesso). Caso não o faça, sejam quais forem os motivos alegados, fica sob sua exclusiva responsabilidade a opção de realizar ou não a prova sem as condições especiais não solicitadas.
- 7.2.4. O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar sua condição, informando, na solicitação, que necessita de auxílio para transcrição das respostas. Neste caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e a Fundep serem responsabilizados, sob qualquer alegação por parte do candidato, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.
- 7.3. O candidato que solicitar condições especiais para realização de prova deverá assinalar, na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Requerimento Eletrônico de Inscrição, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da prova, quando houver.
- 7.4. O candidato que eventualmente não proceder conforme disposto no item 7.3 deste Edital, não indicando nos formulários a condição especial de que necessita, poderá fazê-lo por meio de requerimento de próprio punho, datado e assinado, devendo este ser enviado à Fundep até o término das inscrições, nas formas previstas no item 7.5, deste Edital.
- 7.5. O candidato que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá encaminhar requerimento por escrito, datado e assinado, acompanhado de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, nos termos do § 2º do art. 40, do Decreto Federal Nº 3.298/1999, até o término do período das inscrições.
- 7.6. Às pessoas com deficiência visual que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 18 em A3. O participante com baixa visão que, além de prova ampliada, tiver solicitado auxílio de leitor ou transcritor será atendido em sala individual. Se necessária uma prova ampliada em papel especial ou fonte superior a corpo 18, o candidato deve enviar laudo médico especificando a necessidade de forma justificada. O número de candidatos com prova ampliada que não tiverem solicitado auxílio de leitor ou transcritor será de, no máximo, 12 (doze) por sala.
- 7.7. Às pessoas com deficiência auditiva que solicitarem condições especiais, serão oferecidos intérpretes de libras somente para tradução das informações e/ou orientações para realização da prova.
- 7.8. Os candidatos que solicitarem auxílio leitor, serviço especializado de leitura da prova para pessoas com deficiências, será oferecido leitura em voz alta de toda a prova, sem realizar nenhum tipo de interpretação ou explicação sobre os conteúdos.
- 7.9. A critério médico devidamente comprovado, através de laudo médico, o candidato que não estiver concorrendo às vagas reservadas a pessoas com deficiência e que por alguma razão necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá apresentar à Fundep, em até 07 (sete) dias úteis anteriores à data da Prova, requerimento de próprio punho, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação, e enviá-lo à Fundep, acompanhado do respectivo laudo médico. A concessão do atendimento especial fica condicionada à possibilidade técnica examinada pela Fundep.
- 7.10. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo, desde que assim o requeira conforme o disposto no item 7.10.1 deste Edital.
- 7.10.1. A solicitação deverá ser feita em até 07 (sete) dias úteis antes da data de realização da prova, por meio de requerimento, datado e assinado, entregue pessoalmente ou por terceiro, ou enviado, por e-mail (concursos@fundep.ufmg.br), à Gerência de Concursos da Fundep, situada na av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º andar, Campus Pampulha da UFMG, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972 em Belo Horizonte/MG, (acesso pela av. Antônio Abrahão Caram, portão 2) das 9h às 11h30min ou das 13h30min às 16h30min, exceto sábados, domingos e feriados.
- 7.10.2. A candidata que não apresentar a solicitação no prazo estabelecido no item 7.10.1 deste Edital, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas.
- 7.10.3. Na hipótese de não cumprimento do prazo estipulado no item 7.10.1 deste Edital, o atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido pela Fundep.
- 7.10.4. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 7.10.5. Para amamentação, a criança deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela coordenação local deste Concurso Público.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

7.10.6. A criança deverá estar acompanhada somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste Concurso.

7.10.7. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de um fiscal, do sexo feminino, da Fundep que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

7.10.8. Nos momentos necessários à amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

7.10.9. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários, e na sala reservada para amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

7.10.10. A Fundep não disponibilizará acompanhante para guarda de criança, devendo a candidata lactante levar acompanhante para tanto, sob pena de não poder realizar as provas.

8. DA COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO

8.1. A Fundep divulgará no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>, para consulta e impressão pelo próprio candidato, até 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização das provas, o Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI), que conterá a data, o horário e o local de realização das provas.

8.2. É de inteira responsabilidade do candidato consultar no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br> as informações relativas ao horário e ao local da prova.

8.3. No CDI, estarão expressos nome completo do candidato, Nº de inscrição, nome e código do cargo/área de conhecimento para o qual concorre, número do documento de identidade, data de nascimento, a data, o horário, o local de realização das provas (escola/prédio/sala) e outras orientações úteis ao candidato.

8.4. É obrigação do candidato conferir no CDI seu nome, o número do documento utilizado na inscrição, a sigla do órgão expedidor, bem como a data de nascimento.

8.5. Eventuais erros de digitação ocorridos no nome do candidato, no número do documento de identidade utilizado na inscrição, na sigla do órgão expedidor ou na data de nascimento deverão, obrigatoriamente, ser comunicados pelo candidato à Gerência de Concursos da Fundep por meio do e-mail (concursos@fundep.ufmg.br) ou ao Chefe de Prédio, no dia, no horário e no local de realização das provas, apresentando a Carteira de Identidade, o que será anotado em formulário específico.

8.6. O candidato que não solicitar a correção da data de nascimento até o dia da realização das provas não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

8.7. Em nenhuma hipótese serão efetuadas alterações e/ou retificações nos dados informados, confirmados e transmitidos pelo candidato no Requerimento de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição, relativos ao cargo/área de conhecimento, bem como à condição em que concorre (vagas de ampla concorrência ou reservadas a pessoas com deficiência).

9. DAS PROVAS**9.1. Da data e do local de realização das Provas**

9.1.1. O Concurso Público de que trata este Edital será composto de Prova Objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos, de prova de redação, de caráter eliminatório e classificatório para os cargos de nível superior da área de Educação e de Prova de Títulos de formação acadêmica, de caráter classificatório para os cargos de nível superior (Educação).

9.1.2. A aplicação da Prova Objetiva ocorrerá no dia **24 de fevereiro de 2019** e será realizada no Município de Lagoa Santa/MG, sendo 03 (três) horas para os cargos de Nível Fundamental, Médio, Técnico Completo e Superior (Administração e Saúde) e 04 (quatro) horas para os cargos de Nível Superior (Educação). As provas para os cargos de Nível Médio e Técnico Completo serão realizadas no **turno A** e as provas para os cargos de Nível Fundamental e Superior serão realizadas no **turno B**.

9.1.3. A confirmação da data de realização da Prova Objetiva será publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e divulgada nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br> com antecedência mínima de 10 dias ininterruptos.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA**

9.1.4. Havendo alteração da data prevista, as provas poderão ocorrer em domingos ou feriados.

9.1.5. O candidato somente poderá realizar as provas em data, local e horários definidos no Comprovante Definitivo de Inscrição de que trata o item 8.1 deste Edital.

9.1.6. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, do horário e do local de realização da prova, para fins de justificativa de sua ausência.

9.1.7. Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de locais adequados, a Fundep reserva-se o direito de alocá-los em cidades próximas às determinadas para aplicação das provas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

9.2. Da Prova Objetiva

9.2.1. A primeira etapa deste Concurso será constituída de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, que será aplicada a todos os cargos.

9.2.2. A Prova Objetiva constará de um total de **30 (trinta)** questões objetivas de múltipla escolha para os cargos de nível fundamental e **40 (quarenta)** para os cargos de nível médio, médio técnico e superior.

9.2.3. Cada questão da Prova Objetiva terá 4 (quatro) alternativas de resposta, devendo ser marcada como resposta apenas 1 (uma) alternativa por questão.

9.2.4. As disciplinas, o número e o valor das questões da Prova Objetiva estão definidos no **Anexo II** deste Edital.

9.2.5. As questões da Prova Objetiva versarão sobre as referências de estudo contidas no **Anexo IV** deste Edital.

9.2.6. Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de acerto no total das questões e não zerar nenhum dos conteúdos da prova.

9.2.7. Será excluído deste Concurso o candidato que não obtiver o mínimo de acertos exigidos para aprovação nos termos do item 9.2.6 deste Edital.

9.2.8. Redação

9.2.8.1. A segunda etapa deste Concurso será constituída de Prova de Redação para todos os candidatos aos cargos de Nível Superior (Educação) e terá valor de 20 (vinte) pontos, sendo eliminado do concurso o candidato que zerar a Prova de Redação.

9.2.8.2. A Redação versará sobre tema contemporâneo relacionado à atualidade brasileira.

9.2.8.3. Na Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar/campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e consequente eliminação do candidato do Concurso.

9.2.8.4. A folha para rascunho, constante do caderno de prova, será de preenchimento facultativo e, em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova.

9.2.8.5. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Redação, devendo o candidato limitar-se a uma única folha padrão recebida.

9.2.8.6. Serão corrigidas 10 (dez) redações para os cargos que possuem até 03 vagas e 03 (três) vezes o número de vagas para os cargos com mais de 04 (quatro) vagas considerando a ampla concorrência, conforme a seguir:

CARGO	VAGAS	REDAÇÕES A CORRIGIR
Pedagogo	15	45
Psicopedagogo	1	10
Bibliotecário	CR	10
Professor A	74	222
Professor B - Português	2	10
Professor B - Matemática	2	10
Professor B - Ciências	3	10
Professor B - Geografia	3	10
Professor B - História	3	10
Professor B - Inglês	4	12
Professor B - Educação Física	7	21
Professor B - Ensino Religioso	1	10



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Professor B - Artes	1	10
---------------------	---	----

9.2.8.7. Ao total do número de Redações a corrigir, conforme estabelecido no subitem 9.2.8.6 deste Edital, serão acrescidas aquelas correspondentes aos candidatos cujas notas empatarem com o último classificado na listagem geral.

9.2.8.8. Na correção da Redação, serão observados os critérios estabelecidos no item 9.2.8.10 e seus subitens.

9.2.8.9. Serão corrigidas todas as redações dos inscritos na condição de pessoas com deficiência que forem aprovados na Prova Objetiva nos termos do subitem 9.2.6 deste Edital.

9.2.8.10. As redações serão avaliadas conforme critérios a seguir:

1 - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO		
ASPECTOS AVALIADOS	TOTAL DE PONTOS	PONTOS DESCONTADOS POR ERRO
Pontuação, acentuação gráfica e ortografia – Considerando o novo acordo ortográfico – (PO)	5,0 PONTOS	0,25 PONTO
Morfossintaxe (emprego das classes gramaticais, concordância e regência verbal e nominal, oração e período) – (M)	5,0 PONTOS	0,25 PONTO
Coesão e coerência (CC)	5,0 PONTOS	1,0 PONTO
Compreensão/conhecimento do conteúdo proposto, propriedade e fidelidade ao tema. – (CP)	5,0 PONTOS	1,0 PONTO
TOTAL	20 PONTOS	---

9.2.8.10.1 A redação elaborada deve conter no mínimo 15 linhas para que seja corrigida. Se o candidato não atingir esse número de linhas, a ele será atribuída nota zero na Redação.

9.2.8.10.2. Será de 30 (trinta) o número máximo de linhas previsto para a redação e o que for escrito além do espaço destinado ao candidato não será considerado, sendo o candidato penalizado pelos problemas de compreensão **de seu texto (PO, M, CC e CP)**.

9.3. Da Prova de Títulos:

9.3.1 A terceira etapa será constituída de Prova de Títulos, para os candidatos aprovados na Prova de Redação, para os cargos de nível superior (Educação).

9.3.2. A Prova de Títulos terá caráter classificatório.

9.3.3. Os candidatos aprovados terão 03 (três) dias úteis, a partir do dia seguinte ao da publicação do resultado da análise dos recursos contra a nota da prova de Redação, para apresentarem títulos a serem examinados. Os títulos deverão ser entregues:

a) pessoalmente ou por terceiro, na Gerência de Concursos da Fundep, localizada na Av. Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º andar, Campus Pampulha da UFMG em Belo Horizonte - MG (acesso pela Av. Antônio Abrahão Caram, portão 2), no horário das 9h às 11h30 ou das 13h30 às 16h30 (exceto sábados, domingos e feriados).

b) via SEDEX ou Carta com Aviso de Recebimento - AR à Gerência de Concursos da Fundep, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972 em Belo Horizonte - MG.

9.3.4. O candidato que não tiver títulos válidos ou deixar de entregá-los não será eliminado do Concurso, porém deixará de computar a pontuação relativa a esta etapa.

9.3.5. O candidato deverá apresentar a documentação em envelope lacrado, tamanho ofício, contendo externamente, em sua face frontal, os seguintes dados:



CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA/MG – EDITAL nº 001/2018
REFERÊNCIA: PROVA DE TÍTULOS
NOME COMPLETO DO CANDIDATO
NÚMERO DE INSCRIÇÃO
CARGO/ÁREA DE CONHECIMENTO PARA O QUAL CONCORRERÁ

9.3.6. A documentação deverá ser entregue individualmente, não podendo, dentro de um mesmo envelope, conter títulos de mais de um candidato.

9.3.7. Todos os títulos deverão ser entregues de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e / ou substituição de documentos durante ou após os períodos estabelecidos neste Edital.

9.3.8. Não serão aceitos títulos entregues fora do prazo, por fax, por internet ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

9.3.9 Toda documentação deverá ser apresentada mediante cópia legível devidamente autenticada em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas). Os documentos que constarem o verso em branco deverão ser batidos um carimbo com a expressão “Em branco”.

9.3.10 Não deverão ser enviados documentos ORIGINAIS, visto que não serão devolvidos em hipótese alguma.

9.3.11 Em caso de alteração do nome civil do candidato (seja por retificação ou complementação) por motivo de casamento ou outro estado civil, o candidato deverá enviar, junto com os títulos, cópia autenticada do documento oficial que comprove a alteração.

9.3.12 Será da exclusiva responsabilidade do candidato a entrega da documentação referente a títulos.

9.3.13 Serão recusados, liminarmente, os títulos que não atenderem às exigências deste edital.

9.3.14. Prova de Títulos de formação acadêmica

9.3.14.1 Serão aceitos como documentos os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

9.3.14.2 Será pontuado apenas 1 (um) Título por formação acadêmica, sendo: 1 (um) título de especialização *lato sensu*, 1 (um) de *stricto sensu* Mestrado, 1 (um) de *stricto sensu* Doutorado, conforme pontuação do **Anexo III**.

9.3.14.3 A comprovação de títulos referentes à pós-graduação, para a qual não se aceitarão declarações, atestados e documentos em língua estrangeira, observará os seguintes critérios:

9.3.14.3.1 Nível *lato sensu*, mediante a apresentação de fotocópia autenticada em cartório, do certificado de conclusão, expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC ou pelo CEE, com indicação da carga horária e dos conteúdos ministrados/histórico.

9.3.14.3.2. Nível *stricto sensu* (mestrado e doutorado), mediante a apresentação de fotocópias autenticadas em cartório, dos respectivos diplomas, expedidos por instituição superior reconhecida pelo MEC ou de fotocópias autenticadas em cartório das Atas das Bancas Examinadoras, devidamente assinadas, comprovando a aprovação das dissertações ou teses.

9.3.14.4. Os candidatos detentores de diplomas de mestrado ou doutorado realizados em universidades estrangeiras só terão seus cursos considerados para os fins deste Edital se seus diplomas tiverem sido revalidados conforme as regras estabelecidas pelo MEC.

9.3.14.5. Em nenhuma hipótese serão devolvidas ou disponibilizadas cópias, aos candidatos, dos documentos entregues referentes aos títulos.

9.3.14.6. Serão recusados, liminarmente, os títulos que não atenderem às exigências deste Edital.

9.4. Das condições de realização da Prova Objetiva e Redação

9.4.1. As provas serão aplicadas na cidade de Lagoa Santa/MG no dia **24 de fevereiro de 2019**, ficando esta data subordinada à disponibilidade de locais adequados à realização das provas.

9.4.2. Não haverá segunda chamada para as provas, devendo ser eliminado deste certame o candidato ausente por qualquer motivo.

9.4.3. Não será permitido ao candidato prestar provas fora da data, do horário estabelecido ou do espaço físico determinado pela Fundep, informado no CDI e divulgado na forma prevista no Edital.

9.4.4. Não serão permitidas, nos locais de realização das provas, a entrada e / ou permanência de pessoas não autorizadas pela Fundep, salvo o previsto no item 7.10.6 deste Edital.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

9.4.5. A duração de realização das provas será de 03h (três horas) para os cargos de nível Fundamental, Médio, Técnico Completo e Superior (Administração e Saúde) e 04h (quatro horas) para os cargos de nível Superior (Educação), conforme previsto no item 9.1.2 e poderá ser acompanhado pelo marcador temporal na frente da sala, sendo responsabilidade do candidato observar o horário estabelecido.

9.4.5.1. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, salvo nas hipóteses previstas no item 7.5.

9.4.5.2. Se, por qualquer razão fortuita, o certame sofrer atraso em seu início ou necessitar de interrupção, será concedido prazo adicional aos candidatos do local afetado, de modo que tenham o tempo total previsto neste Edital para a realização das provas, em garantia à isonomia do certame.

9.4.5.3. Os candidatos afetados deverão permanecer no local de provas. Durante o período em que estiverem aguardando, para fins de interpretação das regras deste Edital, o tempo para realização da prova será interrompido.

9.4.6. Período de Sigilo: não será permitido ao candidato se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorridas 02 (duas) horas do início das provas.

9.4.6.1. O candidato que, por qualquer motivo ou recusa, não permanecer em sala durante o Período de Sigilo estabelecido no item 9.4.6 deste Edital terá o fato registrado na Ata de Ocorrências da sala e será eliminado do certame.

9.4.7. A inviolabilidade dos malotes das provas será comprovada no momento do rompimento de seus lacres, mediante termo formal, na presença de, no mínimo, dois candidatos convidados aleatoriamente nos locais de realização das provas.

9.4.8. É recomendado aos candidatos comparecer aos locais de prova 60 (sessenta) minutos antes do horário previsto para o início da realização das provas, munidos do original de documento de identidade oficial com foto, caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente e preferencialmente do Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI ou do boleto original quitado com comprovante de pagamento.

9.4.8.1. O candidato deverá levar somente os objetos citados no item 9.4.8. Caso assim não proceda, os pertences pessoais serão deixados em local indicado pelos aplicadores durante todo o período de permanência dos candidatos no local da prova, não se responsabilizando a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e a Fundep por perdas, extravios, furto, roubo ou danos que eventualmente ocorrerem.

9.4.8.2. Os candidatos não poderão utilizar-se, em hipótese alguma de lapiseira, corretivos, borracha ou outro material distinto do constante no item 9.4.8.

9.4.8.3. Quaisquer acessórios como óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou similares não terão seu uso permitido.

9.4.8.4. Quaisquer aparelhos eletrônicos como telefone celular, *smartphones*, *tablets*, relógios (ainda que analógicos) enquanto na sala de prova, deverão permanecer desligados, tendo sua bateria retirada. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, o fato será registrado na Ata de Ocorrências da sala e o candidato será eliminado do Concurso.

9.4.8.5. O candidato que estiver portando algo definido ou similar ao disposto nos itens 9.4.8.2, 9.4.8.3 ou 9.4.8.4 deverá informar ao fiscal da sala, que determinará o seu recolhimento em embalagem não reutilizável fornecida pelo fiscal, a qual deverá permanecer lacrada durante todo o período da prova, sob a guarda do candidato.

9.4.8.6. Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à Fundep, serão guardados pelo prazo de 90 (noventa) dias e encaminhados posteriormente à:

a) Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, tratando-se de documentos.

b) Instituições assistencialistas, tratando-se de objetos.

9.4.8.7. É vedado o ingresso de candidato na sala de prova portando arma de fogo ou objetos similares, mesmo que possua o respectivo porte. Nessa situação o candidato não será autorizado a deixá-la em local indicado pelos aplicadores em hipóteses quaisquer.

9.4.9. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identificação com o qual se inscreveu neste Certame, o candidato poderá apresentar outro documento de identificação equivalente, conforme disposto no item 9.4.10 deste Edital.

9.4.10. Serão considerados documentos de identidade oficial: Cédula Oficial de Identidade (RG), Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (OAB, CRP, etc.), Carteira de Trabalho e Previdência Social, Certificado de Reservista com foto, Carteira de Motorista com foto e Passaporte, válidos.

9.4.11. O documento de identificação deverá estar em perfeita condição a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato e deverá conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- 9.4.12. Não será realizada a identificação digital do candidato que não estiver portando documentos de identidade ou os portar com prazo de validade vencido, ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
- 9.4.13. Não serão aceitos, por serem destinados a outros fins, documentos como protocolos, Boletim de Ocorrência, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.
- 9.4.14. O candidato que não apresentar documento de identidade oficial conforme descrito no item 9.4.10 deste Edital não poderá fazer a prova.
- 9.4.15. Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.
- 9.4.16. Quando do ingresso na sala de aplicação de provas, os candidatos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação, que deverá permanecer lacrado durante toda a realização das provas e somente poderá ser aberto após o candidato deixar o local de provas.
- 9.4.17. Os portões serão fechados, impreterivelmente, às 08 horas no turno da manhã e às 14 horas no turno da tarde (horário oficial de Brasília-DF).
- 9.4.17.1. Após o sinal sonoro, os candidatos estão autorizados a manusear a prova e iniciar a resolução das questões, sendo o tempo de duração das provas destinado à leitura das instruções do Caderno de Provas, à conferência e assinatura da Folha de Respostas, à conferência e transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova para a Folha de Respostas e elaboração da Redação, conforme indicado no item 9.4.5 deste Edital.
- 9.4.18. Ao receber o Caderno de Provas, o candidato deverá conferi-lo e, caso esteja incompleto ou apresente defeito, deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. Fazem parte da verificação a ser realizada pelo candidato as informações de cargo/especialidade em que se inscreveu na capa do Caderno de Provas e dos dados pessoais descritos em sua Folha de Resposta.
- 9.4.19. As instruções constantes no Caderno de Questões e na Folha de Resposta das Prova Objetiva, bem como as orientações e instruções expedidas pela Fundep durante a realização das provas, complementam este Edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.
- 9.4.20. Eventuais erros de digitação ocorridos no nome do candidato, no número do documento de identidade utilizado na inscrição, na sigla do órgão expedidor ou na data de nascimento deverão, obrigatoriamente, ser comunicados ao fiscal da sala – ao encerrar sua prova – apresentando seu documento de identificação, o que será registrado na Ata de Ocorrências da sala.
- 9.4.21. O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença de acordo com aquela constante no seu documento de identidade apresentado.
- 9.4.22. Será proibida, durante a realização das provas, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.
- 9.4.23. Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, quaisquer equipamentos eletrônicos ou analógicos.
- 9.4.24. Ao término do prazo estabelecido para a prova, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da fiscalização das provas, retirando-se da sala de prova de uma só vez.
- 9.4.25. O candidato deverá entregar ao fiscal de sala, **obrigatoriamente**, seu caderno da Prova, sua Folha de Respostas e Caderno Definitivo da Prova de Redação, devidamente preenchidos e assinados .
- 9.4.26. Somente serão permitidos assinalamentos e preenchimentos na Folha de Respostas e na Redação feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas às pessoas com deficiências.
- 9.4.27. A correção da Prova Objetiva será realizada por processamento eletrônico. Portanto, serão consideradas somente as respostas das questões transferidas para a Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- 9.4.28. Na correção da Folha de Respostas, serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contiverem mais de uma resposta e as rasuradas.
- 9.4.29. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas da Prova Objetiva sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

9.4.30. Não haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva e do Caderno Definitivo da Prova de Redação por erro do candidato. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão de Respostas serão de inteira responsabilidade do candidato.

9.4.31. O candidato não poderá levar o seu Caderno de Questões da Prova Objetiva e Redação.

9.4.32. Ao terminarem as provas, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros.

9.4.33. O candidato poderá ser submetido a detector de metais durante a realização das provas.

9.4.34. O candidato poderá ser submetido a coleta da impressão digital eletrônica e fotografia.

9.4.35. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação destas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

9.4.36. Será eliminado deste certame o candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.

9.4.37. Poderá, ainda, ser eliminado o candidato que:

a) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes.

b) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este Concurso Público, por qualquer meio.

c) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.

d) Portar arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte.

e) Portar, mesmo que desligados, durante o período de realização das provas, quaisquer equipamentos eletrônicos ou analógicos como relógios, calculadora, *notebook*, *tablets*, telefones celulares e *smartphones*, gravador, entre outros, ou deles fizer uso.

f) Fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações.

g) Deixar de atender as normas contidas no Caderno de Questões e na Folha de Resposta da Prova Objetiva e demais orientações e instruções expedidas pela Fundep, durante a realização das provas.

h) Recusar a submeter-se a detector de metais ou a coleta da impressão digital eletrônica e fotografia ou não apresentar documento de identificação oficial válido e ainda se estes estiverem com prazos de validade vencidos, ilegíveis, não identificáveis e / ou danificados.

i) Deixar de entregar a Folha de Resposta da Prova Objetiva e o Caderno Definitivo da Prova de Redação, findo o prazo-limite para realização da prova.

j) Entregar a Folha de Respostas da Prova com marcações ou escritos, bem como contendo qualquer forma de identificação ou sinal descritivo (nome, pseudônimo, símbolo, data, local, desenhos ou formas) produzidos pelo candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

9.4.38. Caso ocorra alguma situação prevista no item 9.4.37 deste Edital, a Fundep lavrará ocorrência e, em seguida, encaminhará o referido documento à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Município, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, ouvida a Fundep no que lhe couber.

9.4.39. O Caderno de Questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>, bem como no site <www.lagoasanta.mg.gov.br>, no dia **26 de fevereiro de 2019**.

9.4.40. Nos casos em que o candidato tiver quaisquer questionamentos sobre o gabarito e questões da prova, poderá se manifestar formalmente por meio de recurso administrativo previsto no item 11.1, alínea “d” deste Edital.

9.4.41. A Folha de Resposta da Prova Objetiva estará disponível para visualização do candidato no período de recursos contra nota (totalização de pontos) na Prova Objetiva. Para visualizá-la, o candidato deverá acessar o site <www.gestaodeconcursos.com.br>, inserir o CPF e senha na “Área do candidato” e clicar em “Entrar”. O candidato deverá também clicar em “Minhas inscrições”, na respectiva inscrição para o cargo ao qual concorre e depois em “Vista da Folha de Respostas”.

9.4.42. Quando, após as provas, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado meios ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado deste Concurso.

10. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE DOS CANDIDATOS

10.1. Será considerado aprovado neste Concurso o candidato que obtiver a pontuação mínima exigida para aprovação na Prova Objetiva e Prova de Redação (quando for o caso) nos termos dos itens 9.2.6 e 9.2.8.1 deste Edital.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- 10.2. A nota final dos candidatos aprovados neste Concurso será igual ao total de pontos obtidos na Prova Objetiva, acrescido dos pontos obtidos na Prova de Redação e de Títulos, quando for o caso.
- 10.3. O total de pontos obtidos na Prova Objetiva será igual à soma dos pontos obtidos em todos os conteúdos.
- 10.4. Na hipótese de igualdade de nota final entre candidatos, serão aplicados critérios de desempate, tendo preferência, sucessivamente, o candidato que tiver:
- 10.4.1 – Cargos de Nível Fundamental:
- a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do art. 27 da Lei Federal Nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerada, para esse fim, a data de realização das provas objetivas.
 - b) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Língua Portuguesa.
 - c) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Matemática.
 - d) Idade maior.
 - e) Ainda assim permanecendo o empate, sorteio.
- 10.4.2 – Cargos de Nível Médio e Técnico Completo:
- a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do art. 27 da Lei Federal Nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerada, para esse fim, a data de realização das provas objetivas.
 - b) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Específicos.
 - c) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Língua Portuguesa.
 - d) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Legislação Municipal.
 - e) Idade maior.
 - f) Ainda assim permanecendo o empate, sorteio.
- 10.4.3 – Cargos de Nível Superior (Administração):
- a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do art. 27 da Lei Federal Nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerada, para esse fim, a data de realização das provas objetivas.
 - b) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Específicos.
 - c) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Língua Portuguesa.
 - d) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Legislação Municipal.
 - e) Idade maior.
 - f) Ainda assim permanecendo o empate, sorteio.
- 10.4.4 – Cargos de Nível Superior (Saúde):
- a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do art. 27 da Lei Federal Nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerada, para esse fim, a data de realização das provas objetivas.
 - b) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Específicos.
 - c) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Saúde Pública.
 - d) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Legislação Municipal.
 - e) Idade maior.
 - f) Ainda assim permanecendo o empate, sorteio.
- 10.4.5 – Cargos de Nível Superior (Educação):
- a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do art. 27 da Lei Federal Nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerada, para esse fim, a data de realização das provas objetivas.
 - b) Maior número de pontos na Prova de Redação.
 - c) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Específicos.
 - d) Maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Língua Portuguesa.
 - e) Idade maior.
 - f) Ainda assim permanecendo o empate, sorteio.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

10.5. Os candidatos aprovados neste Concurso serão classificados em ordem decrescente de nota final, observada a área de conhecimento para os quais concorreram.

10.6. A classificação dos candidatos aprovados será feita em duas listas, a saber:

a) A primeira lista conterá a classificação de todos os candidatos, ampla concorrência e aqueles inscritos na condição de pessoas com deficiência, respeitada a área de conhecimento para a qual se inscreveram.

b) A segunda lista conterá especificamente a classificação dos candidatos inscritos na condição de pessoas com deficiência, respeitada a área de conhecimento para a qual se inscreveram.

10.7. O resultado final deste Concurso será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e divulgado nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br> em que constarão as notas finais dos candidatos aprovados, assim como a classificação por eles obtida.

10.8. O candidato não aprovado será excluído do Concurso e não constará da lista de classificação.

10.9. Não haverá divulgação da relação de candidatos reprovados.

10.9.1. O candidato reprovado poderá obter a informação sobre a sua situação neste Concurso Público por meio de Consulta Individual no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br> após a publicação dos resultados.

11. DOS RECURSOS

11.1. Caberá interposição de recurso fundamentado à Fundep, no prazo de 03 (três) dias úteis, no horário das 9h do primeiro dia às 23h59 do último dia, ininterruptamente, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto do recurso, em todas as decisões proferidas e que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, tais como nas seguintes situações:

a) Contra indeferimento do Pedido de Isenção do valor de Inscrição.

b) Contra indeferimento da Inscrição.

c) Contra indeferimento da Inscrição como pessoa com deficiência e do pedido de condição especial para realização das provas.

d) Contra o gabarito preliminar e o conteúdo das questões da Prova Objetiva.

e) Contra a nota (totalização de pontos) na Prova Objetiva.

f) Contra a nota da Prova de Redação (Nível Superior – Educação).

g) Contra a nota da Prova de Títulos (Nível Superior – Educação).

h) Contra a classificação preliminar no concurso.

11.1.1. No caso de indeferimento da inscrição, item 11.1 alínea “b”, além de proceder conforme disposto no item 11.2, o candidato deverá, obrigatoriamente, enviar por e-mail (concursos@fundep.ufmg.br) ou pessoalmente na Fundep, no endereço citado no item 1.7 alínea “a”, cópia legível do comprovante de pagamento do valor da inscrição, com autenticação bancária, bem como de toda a documentação e das informações que o candidato julgar necessárias à comprovação da regularidade de sua inscrição.

11.1.2 Para interposição de recurso mencionado nas alíneas “f” e “g”, o candidato terá vista de sua Prova de Redação e do julgamento da Prova de Títulos através de arquivo digitalizado, no período recursal, disponibilizado exclusivamente para esta finalidade no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>. O candidato para ter acesso deverá entrar na “Área do Candidato”, no item “Minhas Inscrições” e clicar no link referente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG - Edital nº 001/2018.

11.2. Os recursos mencionados no item 11.1 deste Edital deverão ser encaminhados por uma das seguintes formas:

11.2.1. Via internet pelo endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>, por meio do *link* correspondente a cada fase recursal, conforme discriminado no item 11.1, que estará disponível das 9h do primeiro dia recursal às 23h59 do último dia recursal.

11.3. Os recursos devem seguir as determinações constantes no site Gestão de Concursos e:

a) Não conter qualquer identificação do candidato no corpo do recurso a que se refere a alínea “d” do subitem 11.1.

b) Serem elaborados com argumentação lógica, consistente e acrescidos de indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seus questionamentos.

c) Apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- d) Indicar corretamente o número da questão e as alternativas a que se refere o recurso.
- e) Após a submissão do recurso, não será permitido editá-lo ou excluí-lo.
- 11.4. Para situação mencionada no item 11.1, alínea “d”, deste Edital, será admitido um único recurso por questão para cada candidato, devidamente fundamentado.
- 11.5. Não serão aceitos recursos coletivos.
- 11.6. Serão indeferidos os recursos que:
- a) Não estiverem devidamente fundamentados.
- b) Não apresentarem argumentações lógicas e consistentes.
- c) Forem encaminhados via fax, telegrama, ou via internet fora do endereço eletrônico / *link* definido no item 11.2, com exceção da situação prevista no item 11.1.1.
- d) Forem interpostos em desacordo com o prazo conforme estabelecido no item 11.1.
- e) Apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada para recurso.
- 11.7. Não serão deferidos os recursos a que se refere o item 11.1 que não atenderem às formas e aos prazos determinados neste Edital.
- 11.8. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado no item 11.1 deste Edital.
- 11.9. A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento dos recursos será divulgada no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>.
- 11.10. Após a divulgação oficial de que trata o item 11.9 deste Edital, a fundamentação objetiva da decisão da banca examinadora sobre o recurso ficará disponível para consulta individualizada do candidato no endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br>, na “Área do Candidato”, no item “Meus Recursos”, até o encerramento deste Concurso Público.
- 11.11. A decisão de que trata o item 11.9 deste Edital terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.
- 11.12. Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões conforme o primeiro gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.
- 11.13. Alterado o gabarito oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito.
- 11.14. Na ocorrência do disposto nos itens 11.12 e 11.13 deste Edital, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.
- 11.15. Não haverá reapreciação de recursos.
- 11.16. Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação, a suplementação e/ou a substituição de documentos durante ou após os períodos recursais previstos neste Edital.
- 11.17. A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 11.18. Após análise dos recursos, será publicada a decisão no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e serão divulgadas nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br>.
- 11.18.1. Em caso de alteração do resultado, será publicada a reclassificação dos candidatos e a divulgação da nova lista de aprovados.
- 11.19. O resultado final deste Concurso Público será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e serão divulgadas nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br>.
- 11.20. A Prefeitura Municipal de Lagoa Santa e a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhe forem imputáveis, por recursos não recebidos por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

12. DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

12.1. O resultado final do Concurso Público será homologado por meio de decreto da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG.

12.2 O decreto de homologação do resultado final do Concurso Público será publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e serão divulgadas nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br>.

13. DOS EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS**13.1. Das Disposições Gerais**

13.1.1. Todos os candidatos, inclusive os com deficiência, nomeados em decorrência de aprovação neste Concurso Público, deverão se submeter a Exame Médico Admissional, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, que concluirá quanto à sua aptidão física e mental para o exercício do cargo.

13.1.2. Para a realização do Exame Médico Admissional, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Encaminhamento da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG.
- b) Documento original de identidade, com foto e assinatura
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF

13.1.3. Para a realização do Exame Médico Admissional, o candidato deverá apresentar também resultado do seguinte exame, realizados às suas expensas:

- a) Hemograma completo.

13.1.4. O exame descrito no item 13.1.3 deste Edital poderá ser realizado em laboratórios de livre escolha do candidato e somente terá validade se realizado dentro de 30 (trinta) dias anteriores à data de marcação do Exame Admissional.

13.1.5. No resultado do exame descrito no item 13.1.3 deste Edital, deverá constar o número de identidade do candidato e a identificação dos profissionais que os realizaram.

13.1.6. Não será aceito resultado de exame emitidos pela *internet* sem assinatura digital, fotocopiado ou por fax.

13.1.7. No Exame Médico Admissional, todos os candidatos deverão responder ao questionário de antecedentes clínicos.

13.1.8. Só poderão ser empossados os candidatos aprovados no exame médico admissional, sendo considerados aptos física e mentalmente para o exercício do cargo.

13.1.9. O candidato que for considerado inapto no Exame Médico Admissional poderá recorrer da decisão, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data em que se der ciência do resultado da inaptidão ao candidato.

13.1.10. Decorrido o prazo para interposição do recurso de que trata o item 13.1.4 deste Edital, o candidato considerado inapto no Exame Médico Admissional estará impedido de tomar posse e terá seu ato de nomeação tornado sem efeito.

13.1.11. O recurso referido no item 13.1.9 deste Edital suspende o prazo legal para a posse do candidato.

13.2. Dos exames aplicáveis aos candidatos na condição de pessoa com deficiência

13.2.1. Os candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas, aprovados e nomeados neste Concurso Público, além de apresentarem o atestado médico especificado no item 6.9 e o exame especificado no item 13.1.3 deste Edital, serão convocados para se submeter ao exame médico admissional e perícia para caracterização da deficiência, para avaliação de aptidão física e mental e para avaliação de compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atividades inerentes à função para a qual concorre.

13.2.1.1. A Inspeção Médica para avaliação do candidato com deficiência e a caracterização de deficiência serão feitas por Equipe Multiprofissional indicada pela Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG.

13.2.2. Os candidatos a que se refere o item 13.2.1 deste Edital deverão comparecer à perícia munidos do laudo médico original ou cópia autenticada com antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data de sua realização, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

13.2.3. A critério da perícia, poderão ser solicitados exames complementares para a constatação da deficiência, da aptidão ou da compatibilidade com a função para a qual concorre, ficando a realização dos exames complementares, às expensas do candidato.

13.2.4. A perícia será realizada para verificar:

a) Se a deficiência se enquadra na previsão da Súmula STJ 377, do art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298, de 1999, que regulamentou a Lei Federal Nº 7.853, de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

b) Se o candidato encontra-se apto do ponto de vista físico e mental para o exercício das atribuições do cargo.

c) Se há compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atividades inerentes à função para a qual concorre.

13.2.5. Nos termos do art. 16, inciso VII, §2º do Decreto Federal Nº 3.298/1999, a verificação disposta na alínea “c” do item 13.2.4, deste Edital, será feita por Equipe Multiprofissional, composta por profissionais indicados pela Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG.

13.2.6. O candidato somente será submetido à etapa da perícia de que trata a alínea “c” do subitem 13.2.4 deste Edital se for considerado apto e na condição de pessoa com deficiência.

13.2.7. Serão habilitados a ingressar nas vagas reservadas a pessoas com deficiência os candidatos que se enquadrarem no disposto nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 13.2.4 deste Edital.

13.2.8. Concluindo a perícia pela inexistência da deficiência ou por ser ela insuficiente para habilitar o candidato a ingressar nas vagas reservadas, o candidato será excluído da relação de candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas no item 3.2 deste Edital, mantendo a sua classificação na lista de candidatos de ampla concorrência.

13.3. Os procedimentos de perícia médica dos candidatos nomeados obedecerão à legislação federal, estadual e municipal aplicável ao tema.

14. DO PROVIMENTO DO CARGO – NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

14.1. Concluído o Concurso Público e homologado o resultado final, a nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas neste Edital obedecerá à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade do Concurso e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.

14.2. A nomeação será direito subjetivo do candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas neste Edital, no prazo de validade do Concurso.

14.3. O candidato nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento do cargo, nos termos da Lei Municipal nº 3.242/2012 - Estatuto dos Servidores, sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.

14.3.1. A contagem do prazo para apresentação para a posse, poderá ser suspensa até o máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data em que o concursado comprovar estar impossibilitado de tomar posse por motivo de doença ou licença-maternidade, devendo, quando da convocação, informar seu quadro doentio, passível de inspeção médica oficial.

14.3.2. A Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG emitirá, na época de nomeação dos candidatos, aviso a ser publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e divulgadas no endereço eletrônico <www.lagoasanta.mg.gov.br>, indicando procedimentos e local para posse.

14.4. O candidato nomeado deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da convocação, originais e cópias simples dos seguintes documentos:

a) 1 (uma) foto 3x4 (recente e colorida).

b) Documento de identidade com fotografia.

c) Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral.

d) Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF).

e) Carteira Nacional de Habilitação (CNH), de acordo com a exigência do cargo.

f) Certidão de Nascimento ou de Casamento.

g) Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade dos filhos dependentes menores de 21 anos.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, para candidatos do sexo masculino.
 - i) Comprovante de residência atualizado nos últimos 03 meses.
 - j) Declaração de que exerce, ou não, outro cargo, emprego ou função pública nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal, informando o vínculo, a remuneração, contribuição previdenciária e função exercida ou cópia simples de sua CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) e contracheque atualizado.
 - k) Declaração de bens atualizada até a data da posse.
 - l) Carteira de Trabalho emitida pelo MTPS (foto e qualificação civil).
 - m) Cartão de cadastramento no PIS/PASEP.
 - n) Comprovante de escolaridade mínima exigida para o cargo, nas condições especificadas no item 2.1 e Anexo I deste Edital.
 - o) Registro em Conselho de Classe, de acordo com a exigência do cargo.
 - p) Declaração de concessão de benefício de aposentadoria, caso seja aposentado.
 - q) Declaração de órgão competente que comprove a condição de cidadão naturalizado ou cidadão português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do art. 12, § 1º da Constituição da República.
- 14.5. O candidato nomeado será responsabilizado administrativamente por quaisquer informações inverídicas que vier a prestar, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.6. Estará impedido de tomar posse o candidato que deixar de comprovar qualquer um dos requisitos especificados no item 14.4 deste Edital.
- 14.7. Após tomar posse, o candidato passará à condição de servidor público e deverá entrar em exercício no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da posse, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012.
- 14.8. O candidato que for nomeado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear ou justificar pedido de relotação, reopção de vaga, alteração de carga horária, alteração de jornada de trabalho e limitação de atribuições para o desempenho da função.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. A Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e a Fundep eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas deste Concurso Público.
- 15.2. Todas as publicações oficiais referentes ao concurso público de que trata este Edital serão realizadas no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e divulgadas nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br>.
- 15.3. O acompanhamento das publicações, atos complementares, avisos, comunicados e convocações referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 15.4. O candidato deverá consultar o endereço eletrônico da Fundep (<www.gestaodeconcursos.com.br>) frequentemente para verificar as informações que lhe são pertinentes referentes à execução do Concurso Público, até a data de homologação.
- 15.5. Após a data de homologação do Concurso, os candidatos deverão consultar informações e avisos sobre nomeações e posse no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG: <www.lagoasanta.mg.gov.br>.
- 15.6. Não serão prestadas, por telefone, informações relativas ao resultado ou qualquer outro gênero de informação deste Concurso Público.
- 15.7. A eventual disponibilização de atos nos endereços eletrônicos da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e da Fundep não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público.
- 15.8. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este Concurso Público, que vierem a ser publicados no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e divulgadas nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br>.
- 15.9. Para fins de comprovação de aprovação ou classificação do candidato no Concurso, será válida a publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>).



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- 15.10. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.
- 15.11. A Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e a Fundep não se responsabilizarão por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes às matérias deste Concurso Público que não sejam oficialmente divulgadas ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital.
- 15.12. Não serão fornecidas provas relativas a concursos anteriores.
- 15.13. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.
- 15.14. Para contagem dos prazos de interposição de recursos, deverá ser observado o disposto no item 11.1 deste Edital.
- 15.15. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor seja objeto de recurso apontado neste Edital.
- 15.16. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos ou, ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 15.16.1. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item 15.16 deste Edital, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o art. 299 do Código Penal.
- 15.17. Em caso de verificação de incorreção nos dados pessoais (nome, endereço e telefone para contato, data de nascimento) constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato deverá atualizar suas informações nas seguintes condições:
- a) Até a publicação do Resultado Final, para alteração de endereço, telefones de contato ou correio eletrônico, o candidato deverá atualizar estes dados por meio do endereço eletrônico <www.gestaodeconcursos.com.br> – “Área do Candidato”, “Meu Cadastro”.
 - b) Até a publicação do Resultado Final, para atualizar os dados pessoais (nome, identidade, órgão expedidor, data da expedição e data de nascimento), o candidato deverá, obrigatoriamente, comunicar à Gerência de Concursos da Fundep por e-mail (concursos@fundep.ufmg.br) ou comunicar ao Chefe de Prédio, no dia, no horário e no local de realização das provas, apresentando a Carteira de Identidade, o que será anotado em formulário específico.
 - c) Após a publicação do Resultado Final e até a homologação deste Concurso Público, o candidato deverá efetuar a atualização de dados pessoais (nome, endereço e telefone para contato, data de nascimento) junto à Fundep via SEDEX ou Carta com Aviso de Recebimento - AR, endereçado à Gerência de Concursos da Fundep – Concurso Público da Prefeitura de Lagoa Santa – EDITAL 01/2018, Caixa Postal 6985, CEP 30.120-972 em Belo Horizonte/MG.
 - d) Após a data de homologação e durante o prazo de validade deste Concurso Público, o candidato deverá efetuar a atualização de dados pessoais (nome, endereço e telefone para contato, data de nascimento) junto à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, por meio de correspondência registrada, às expensas do candidato, endereçada à Coordenação de Recursos Humanos, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG, situada à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, nº 2.500, Lj. 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, CEP: 33.400-000.
- 15.18. A atualização de dados pessoais junto à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e à Fundep não desobriga o candidato de acompanhar as publicações oficiais do Concurso, não cabendo a este alegar perda de prazo por ausência de recebimento de correspondência.
- 15.19. A Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e a Fundep não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
- a) Endereço eletrônico incorreto e/ou desatualizado.
 - b) Endereço residencial desatualizado.
 - c) Endereço residencial de difícil acesso.
 - d) Correspondência devolvida pela Empresa de Correios por razões diversas.
 - e) Correspondência recebida por terceiros.
- 15.20. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão Especial de Concurso da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG e pela Fundep, no que a cada um couber.
- 15.21. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em Errata, Ato



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Complementar, Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, da Associação Mineira de Municípios (<www.portalamm.org.br>) e divulgadas nos endereços eletrônicos <www.lagoasanta.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br>.

15.22. Em atendimento à política de arquivos, a Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG procederá à guarda de documentos relativos ao Concurso, observada a legislação específica pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Lagoa Santa/MG, 24 de outubro de 2018.

Rogério César de Matos Avelar
Prefeito do Município de Lagoa Santa



ANEXO I – QUADRO COM INFORMAÇÕES SOBRE OS CARGOS E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

1. QUADRO DE CARGOS – FUNDAMENTAL							
CARGO	ATRIBUIÇÃO SUMÁRIA	HABILITAÇÃO	JORNADA TRABALHO /SEMANAL	SALÁRIO MENSAL (R\$)	VAGAS		
					AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFICIENTES 7%	TOTAL
Servente Escolar	Distribuem merendas. Relizam pré-preparo, preparo e processamento de alimentos. Verificam a qualidade dos gêneros alimentícios, minimizando riscos de contaminação. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene e saúde. Organizam, conferem e controlam bebidas e alimentos da merenda escolar. Confeccionam e, distribuem merendas, realizam serviços de copa e cozinha, mantendo limpos e organizados os utensílios necessários ao desempenho da sua função. Abrem e fecham a escola quando for determinado. Cuidam diariamente da limpeza e conservação do prédio, mantendo limpas e higienizadas as instalações sanitárias, salas de aula, pátio e demais dependências.	Fundamental Incompleto	30h	R\$ 956,39	16	01	17
Auxiliar de Serviços Gerais	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Fiscalizam a guarda do patrimônio e exercem a observação dos estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, para evitar incêndios, entradas de pessoas estranhas e outras anormalidades.	Fundamental Incompleto	40h	R\$ 956,39	121	09	130
Motorista	Conduzem veículos oficiais de passageiros ou carga, com habilitação e segurança. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo. Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento. Ser responsável pelo seu instrumento de trabalho. Executar outras tarefas afins, bem como ajudar na carga e descarga de objetos que estiverem sendo transportados.	Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação "D"	40h	R\$ 1.152,00	Cadastro de Reserva		
Operador de Máquinas	Executam o trabalho, realizam manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Removem solo e material orgânico "bota-fora", drenam solos e executam construção de aterros. Realizam acabamento em pavimentos e cravam estacas.	Fundamental Completo e Carteira Nacional de Habilitação "E"	40h	R\$ 1.152,00	07	0	07



2. QUADRO DE CARGOS – MÉDIO E TÉCNICO COMPLETO

CARGO	ATRIBUIÇÃO SUMÁRIA	HABILITAÇÃO	JORNADA TRABALHO /SEMANAL	SALÁRIO MENSAL (R\$)	VAGAS		
					AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFICIENTES 7%	TOTAL
Secretário Escolar	Elaboram documentos, controlam correspondência física e eletrônica, supervisionam equipes de trabalho, arquivam documentos físicos e eletrônicos, auxiliam na execução de tarefas administrativas e em reuniões.	Ensino Médio Completo	30h	R\$ 1.091,25	Cadastro de Reserva		
Agente de Serviços Escolares	Cuidam da segurança do aluno nas dependências e proximidades da escola e durante o transporte escolar. Inspeccionam o comportamento dos alunos no ambiente escolar e durante o transporte escolar. Orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos. Prestam apoio às atividades acadêmicas. Controlam as atividades livres dos alunos, orientando entrada e saída de alunos, fiscalizando espaços de recreação, definindo limites nas atividades livres. Organizam ambiente escolar. Executam cuidados básicos de atendimento às crianças da educação infantil.	Ensino Médio completo	0230h	R\$ 956,39	37	03	40
Agente Administrativo	Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças, secretariado, arrecadação, tributação, cobrança e logística nas diferentes Secretarias da Prefeitura. Atendem usuários, requerentes, contribuintes e servidores, fornecendo e recebendo informações. Tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Preparam relatórios e planilhas; bem como documentos diversos. Executam serviços gerais de escritórios e outras tarefas específicas relacionadas ao setor de lotação no qual se encontram.	Ensino Médio Completo	30h	R\$ 1.091,25	118	09	127
Agente Municipal de Trânsito	Investigam, reprimem e previnem infrações de trânsito. Patrulham ostensivamente as vias. Mantêm a fluidez e a segurança do trânsito urbano; fiscalizam o cumprimento das leis de trânsito. Colaboram com a segurança pública. Protegem bens públicos, serviços e instalações.	Ensino Médio Completo; Curso de Agente de Trânsito e Carteira de Habilitação "B" . Obs.: O curso para Agente de Trânsito será custeado pelo Município aos candidatos	30h	R\$ 1.091,25	11 02	01 0	12 02



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

		nomeados e empossados para o exercício do cargo de Agente Municipal de Trânsito. O Município custeará o curso para Agente de Trânsito uma única vez, sendo obrigatória a participação e aprovação dos candidatos nomeados e empossados, como condição para permanência no quadro de servidores municipais, nos termos da Portaria nº 94/2017 do DENATRAN e Leis Municipais nº 3.241/2012 e nº 3.242/2012. A não participação e/ou reprovação no curso ensejará o desligamento do servidor.					
Técnico em Informática	Instalam softwares. Fornecem suporte aos usuários. Consertam e instalam aparelhos eletrônicos, desenvolvem dispositivos de circuitos eletrônicos, fazem manutenções corretivas, preventivas e preditivas, sugerem mudanças no processo de produção, criam e implementam dispositivos de automação.	Curso Técnico na área de Tecnologia da Informação (Informática) fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC ou Ensino Médio e/ou	30h	R\$ 1.519,43	02	0	02



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, 24 DE OUTUBRO DE 2018 – CONSOLIDADO COM AS ERRATAS 01, 02 E 03.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

		Curso equivalente, acrescido de certificado de conclusão de no mínimo 360 horas/aula em Curso Superior na área de Tecnologia da Informação (Informática) fornecido por instituição reconhecida pelo MEC.					
Técnico em Topografia	Executam levantamentos geodésicos e topohidrográficos, por meio de levantamentos altimétricos e planimétricos; implantam, no campo, pontos de projeto, locando obras de sistemas de transporte, obras civis, industriais, rurais e delimitando glebas; planejam trabalhos em geomática; analisam documentos e informações cartográficas, interpretando fotos terrestres, fotos aéreas, imagens orbitais, cartas, mapas, plantas, identificando acidentes geométricos e pontos de apoio para georeferenciamento e amarração, coletando dados geométricos. Efetuam cálculos e desenhos e elaboram documentos cartográficos, definindo escalas e cálculos cartográficos, efetuando aerotriangulação, restituindo fotografias aéreas.	Técnico em Topografia, Técnico em Geomática, Técnico em Geodésia e Cartografia, Técnico em Agrimensura ou Técnico em Hidrografia e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 1.519,43	01	0	01
Técnico Audiovisual	Implementam projetos de produção de espetáculos artísticos e culturais (teatro, dança, ópera, exposições e outros), audiovisuais (cinema, vídeo, televisão, rádio e produção musical) e multimídia. Para tanto criam propostas, realizam a pré-produção e finalização dos projetos.	Curso Técnico	30h	R\$ 1.519,43	01	0	01
Técnico em Edificações	Realizam levantamentos topográficos e planialtimétricos. Desenvolvem e legalizam projetos de edificações sob supervisão de um engenheiro civil. Planejam a execução, orçam e providenciam suprimentos e supervisionam a execução de obras e serviços. Treinam mão-de-obra e realizam o controle tecnológico de materiais e do solo.	Técnico em Construção Civil ou Técnico em Edificações e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 1.519,43	01	0	01
Técnico em Segurança	Elaboram, participam da elaboração e implementam políticas	Técnico em	30h	R\$ 1.519,43	Cadastro de Reserva		



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

do Trabalho	de saúde e segurança no trabalho (SST). Realizam auditoria, acompanhamento e avaliação na área; identificam variáveis de controle de doenças, acidentes, qualidade de vida e meio ambiente. Desenvolvem ações educativas na área de saúde e segurança no trabalho. Participam de perícias e fiscalizações e integram processos de negociação. Participam da adoção de tecnologias e processos de trabalho. Gerenciam documentação de SST. Investigam, analisam acidentes e recomendam medidas de prevenção e controle.	Segurança do Trabalho; Registro em Conselho Profissional de Classe.					
Fiscal de Vigilância Sanitária	Executar vistorias em estabelecimentos comerciais e domiciliares. Observar o cumprimento do código de posturas. Realizar dedetização. Fiscalizar terrenos baldios. Verificar condições de higiene de forma a garantir a saúde dos moradores. Participar de campanhas de vacinação e de prevenção de doenças, aplicando testes e vacinas. Fazer cumprir e divulgar normas de higiene e cuidados com o meio ambiente, e animais domésticos.	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação "B"	30h	R\$ 1.519,43	02	0	02
Técnico em Enfermagem	Desempenham atividades de assistência de enfermagem, especificamente prescritas ou de rotina, excetuadas as privativas do Enfermeiro. Prestam assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem estar, prestando cuidados de higiene e conforto e zelando pela sua segurança. Administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Participam das campanhas de vacinação e orientação a saúde. Organizam o ambiente de trabalho. Trabalham em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizam registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenham atividades e realizam ações para promoção da saúde da família.	Técnico de enfermagem e Registro em Conselho Profissional de Classe	40h	R\$ 1.035,98	04	0	04
Técnico em Radiologia (Com ênfase em radiologia odontológica)	O técnico em radiologia deve estar apto a realizar, processar e cartunar radiografias de forma geral e específica analisar qualidade técnica dos exames, planejar atendimento e providenciar preparos adicionais do paciente.	Técnico em Radiologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	24h	R\$ 1.035,98	01	0	01

3. QUADRO DE CARGOS - NÍVEL SUPERIOR



CARGO	ATRIBUIÇÃO SUMÁRIA	HABILITAÇÃO	JORNADA TRABALHO /SEMANAL	SALÁRIO MENSAL (R\$)	VAGAS		
					AMPLA CONCORRÊNCIA	DEFICIENTES 7%	TOTAL
Pedagogo	Atuam em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos. Aplicam metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.	Licenciatura Plena ou curta em Pedagogia Educacional ou Supervisor Educacional ou Orientador Educacional	25h	R\$ 2.452,75	14	01	15
Psicopedagogo	Estudar o processo de aprendizagem e suas dificuldades, tendo, portanto, um caráter preventivo e terapêutico. Preventivamente deve atuar não só no âmbito escolar, mas alcançar a família e a comunidade, esclarecendo sobre as diferentes etapas do desenvolvimento, para que possam compreender e entender suas características evitando assim cobranças de atitudes ou pensamentos que não são próprios da idade. Terapeuticamente a psicopedagogia deve identificar, analisar, planejar, intervir através das etapas de diagnóstico e tratamento.	Licenciatura Plena ou Curta em conteúdo específico da educação básica ou Pedagogia Educacional ou Graduação em Psicologia ou Normal Superior, acrescido de curso de Pós Graduação em Psicopedagogia Licenciatura Plena ou Curta em conteúdo específico da educação básica ou Pedagogia Educacional ou Graduação em Psicologia ou Normal Superior, acrescido de curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia, Registro em Conselho Profissional de Classe, quando couber.	25h	R\$ 2.452,75	01	0	01
Bibliotecário	Disponibilizam informação. Gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento. Realizam difusão cultural. Desenvolvem ações educativas. Atendem ao público em geral.	Bacharel em Biblioteconomia e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 2.452,75	Cadastro de Reserva		
Professor A	Ministram aulas na educação infantil, nas séries iniciais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – primeiro segmento, ensinando os alunos com técnicas de alfabetização, expressão artística e	Magistério 2º grau ou Normal Superior Nível Superior, em curso	24h/Aula	R\$ 1.730,48	69	05	74



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

	corporal. Exercem atividades de planejamento do ano letivo, participando da definição da proposta pedagógica, fixando metas, definindo objetivos e cronogramas e selecionando conteúdos. Preparam aulas, pesquisando e selecionando materiais e informações, cumprindo o plano de trabalho, segundo projeto pedagógico de sua unidade escolar.	de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.					
Professor B - Português	Ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento, ensinando os alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, artes, educação física, educação religiosa e língua estrangeira moderna; estimulando as noções de cidadania e participação social. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo de ensino-aprendizagem. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola.	Licenciatura em conteúdo específico	24h/Aula	R\$ 1.946,81	02	0	02
Professor B - Matemática	Ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento, ensinando os alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, artes, educação física, educação religiosa e língua estrangeira moderna; estimulando as noções de cidadania e participação social. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo de ensino-aprendizagem. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola.	Licenciatura em conteúdo específico	24h/Aula	R\$ 1.946,81	02	0	02
Professor B - Ciências	Ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento, ensinando os alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, artes, educação física, educação religiosa e língua estrangeira moderna; estimulando as noções de cidadania e participação social. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo de ensino-aprendizagem. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola.	Licenciatura em conteúdo específico	24h/Aula	R\$ 1.946,81	03	0	03
Professor B - Geografia	Ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento, ensinando os alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, artes, educação física, educação	Licenciatura em conteúdo específico	24h/Aula	R\$ 1.946,81	03	0	03



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

	religiosa e língua estrangeira moderna; estimulando as noções de cidadania e participação social. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo de ensino-aprendizagem. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola.						
Professor B - História	Ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento, ensinando os alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, artes, educação física, educação religiosa e língua estrangeira moderna; estimulando as noções de cidadania e participação social. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo de ensino-aprendizagem. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola.	Licenciatura em conteúdo específico	24h/Aula	R\$ 1.946,81	03	0	03
Professor B - Inglês	Ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento, ensinando os alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, artes, educação física, educação religiosa e língua estrangeira moderna; estimulando as noções de cidadania e participação social. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo de ensino-aprendizagem. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola.	Licenciatura em conteúdo específico	24h/Aula	R\$ 1.946,81	04	0	04
Professor B - Educação Física	Ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento, ensinando os alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, artes, educação física, educação religiosa e língua estrangeira moderna; estimulando as noções de cidadania e participação social. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo de ensino-aprendizagem. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola.	Licenciatura em conteúdo específico	24h/Aula	R\$ 1.946,81	07	0	07
Professor B - Ensino Religioso	Ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento, ensinando os alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, artes, educação física, educação religiosa e língua estrangeira moderna; estimulando as noções de cidadania e participação social. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo de ensino-aprendizagem. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola.	Licenciatura em conteúdo específico	24h/Aula	R\$ 1.946,81	01	0	01



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, 24 DE OUTUBRO DE 2018 – CONSOLIDADO COM AS ERRATAS 01, 02 E 03.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Professor B - Arte	Ministram aulas nos anos finais do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos – segundo segmento, ensinando os alunos por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, artes, educação física, educação religiosa e língua estrangeira moderna; estimulando as noções de cidadania e participação social. Planejam cursos, aulas e atividades escolares. Avaliam processo de ensino-aprendizagem. Registram práticas escolares de caráter pedagógico. Desenvolvem atividades de estudo. Participam das atividades educacionais e comunitárias da escola.	Licenciatura em conteúdo específico	24h/Aula	R\$ 1.946,81	01	0	01
Analista Administrativo	Planejam, organizam, controlam e assessoram as organizações nas áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, entre outras. Implementam programas e projetos; elaboram planejamento organizacional; promovem estudos de racionalização e controlam o desempenho organizacional. Prestam consultoria administrativa a organizações e pessoas.	Bacharel em Administração ou Economia ou Ciências Contábeis ou Serviço Social ou Psicologia ou Ciências Sociais ou Pedagogia ou Engenharia de Produção ou Direito ou Tecnólogo em Gestão Pública e Registro em Conselho Profissional de Classe Competente	30h	R\$ 2.348,21	01	0	01
Advogado	Executam atividades jurídicas, representando o Município em juízo ou fora dele, exercendo atividade contenciosa e consultiva. Propõem ações, apresentam contestações e recursos, realizam audiências, bem como acompanham prazos e o que se fizer necessário para o regular andamento dos feitos. Acompanham e elaboram pareceres em processos administrativos. Prestam assessoria às Secretarias e órgãos competentes. Desenvolvem demais serviços de natureza jurídica por delegação da autoridade competente, inclusive junto aos órgãos da Administração Direta. Examinam previamente a legalidade de contratos, concessões, ajustes ou convênios. Prestar assessoria às vítimas de violação de direitos.	Bacharel em Direito, Carteira de Habilitação e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 2.348,21	04	0	04
Analista Ambiental	Analisa o processo de licenciamento ambiental municipal. Avalia os danos ambientais. Elaboram laudos e relatórios. Sugerem medidas mitigadoras e/ou corretivas. Esclarecem a população acerca de questões ambientais. Executam serviços de geoprocessamento. Realizam estudos de impacto ambiental, levantamentos florísticos e faunísticos. Elaboram projetos de preservação da fauna e flora. Realizam o licenciamento ambiental em nível municipal. Realizam vistorias, relatórios técnicos, concessão de licença de obras do município junto aos órgãos ambientais e análise ambiental dos projetos de parcelamento de solo.	Bacharel em Biologia ou Geologia ou Geografia ou Engenharia Ambiental ou Engenharia Florestal ou Agronomia e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 2.348,21	Cadastro de Reserva		



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, 24 DE OUTUBRO DE 2018 – CONSOLIDADO COM AS ERRATAS 01, 02 E 03.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Auditor Fiscal da Receita Municipal	Fiscalizam o cumprimento da legislação tributária. Constituem o crédito tributário mediante lançamento. Controlam a arrecadação e promovem a cobrança de tributos, aplicando penalidades. Analisam e tomam decisões sobre processos administrativo-fiscais. Controlam a circulação de bens, mercadorias e serviços. Atendem e orientam contribuintes e, ainda, planejam, coordenam e dirigem órgãos da administração tributária.	Bacharel em Administração, Ciências Contábeis, Direito ou Economia e Registro em Conselho Profissional de Classe Competente e Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “B” .	30h	R\$ 2.348,21	02	0	02
Analista de Mídias Publicitárias e Marketing	Realizam trabalhos de criação, desenvolvimento, revisão e edição de textos, sons e imagens com intuito de mobilizar e sensibilizar um público-alvo específico, com vistas a consolidar políticas públicas e programas de saúde, educação, cultura, meio ambiente e fomento ao turismo, entre outros.	Formação Superior em Publicidade e Propaganda e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 2.348,21	Cadastro de Reserva		
Analista de Proteção ao Patrimônio Histórico	Atividades de complexidade e responsabilidade elevadas, compreendendo ações de assessoramento especializado, análises, consultas, pesquisas, diagnósticos e prognósticos, assessoramento ao gestor, visando racionalização, eficiência, eficácia e legalidade das decisões e projetos executados na gestão, abrangendo análise e interpretação de legislação específica referente à Proteção do Patrimônio Histórico.	Formação Superior em Antropologia ou Arqueologia ou História ou Ciências Sociais Formação Superior em Antropologia ou Arqueologia ou História ou Ciências Sociais; Conhecimento de Legislação específica pertinente, referenciada pelo IPHAN.	30h	R\$ 2.348,21	Cadastro de Reserva		
Jornalista	Recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público.	Bacharel em Comunicação Social e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 2.348,21	Cadastro de Reserva		
Relações Públicas	Estruturam estratégias de projeto. Pesquisam o quadro econômico, político, social e cultural. Analisam mercado. Desenvolvem propaganda e promoções. Implantam ações de relações públicas e assessoria de imprensa. Vendem produtos, serviços e conceitos. No desenvolvimento das atividades é mobilizado um conjunto de capacidades comunicativas.	Bacharel em Comunicação Social e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 2.348,21	Cadastro de Reserva		
Analista de Políticas Fomento ao Desenvolvimento Turístico	Atividades de complexidade e responsabilidade, compreendendo ações de assessoramento especializado, análises, consultas, pesquisas, diagnósticos e prognósticos, assessoramento ao gestor, visando racionalização, eficiência, eficácia e legalidade das decisões e projetos executados na	Bacharel em Turismo	30h	R\$ 2.348,21	Cadastro de Reserva		



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, 24 DE OUTUBRO DE 2018 – CONSOLIDADO COM AS ERRATAS 01, 02 E 03.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

	gestão, abrangendo análise e interpretação de legislação específica referente à execução de políticas públicas de fomento ao turismo.						
Analista de Sistemas	Desenvolvem e implantam sistemas informatizados dimensionando requisitos e funcionalidade dos sistemas, especificando sua arquitetura, escolhendo ferramentas de desenvolvimento, especificando programas, codificando aplicativos. Administram ambiente informatizado, prestam suporte técnico ao cliente, elaboram documentação técnica. Estabelecem padrões, coordenam projetos, oferecem soluções para ambientes informatizados e pesquisam tecnologias em informática.	Formação Superior na área de Tecnologia da Informação (Informática) em instituição reconhecida pelo MEC. Bacharel em Ciência da Computação.	30h	R\$ 3.453,24	02	0	02
Contador	Registram atos e fatos contábeis. Controlam o ativo permanente. Gerenciam custos. Auxiliam o departamento pessoal. Preparam obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias aos órgãos competentes e contribuintes, administram o registro dos livros nos órgãos apropriados. Elaboram demonstrações contábeis. Realizam auditoria interna e externa. Atendem solicitações de órgãos fiscalizadores e preparam prestações de contas.	Bacharel em Ciências Contábeis e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 3.453,24	03	0	03
Procurador da Fazenda	Executam atividades visando apurar a liquidez e certeza da dívida ativa do Município, tributária ou de qualquer outra natureza, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial; representando privativamente o Município, na execução de sua dívida ativa de caráter tributário. Examinam previamente a legalidade dos contratos, concessões, acordos, ajustes ou convênios que interessem à Fazenda Municipal; fixam a interpretação da Constituição, das leis e demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa do Procurador Geral do Município; representam e defendem os interesses da Fazenda Municipal em contratos, acordos ou ajustes de natureza fiscal ou financeira, e junto aos órgãos de fiscalização interna e externa.	Bacharel em Direito, Especialização em Direito Tributário e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 3.453,24	Cadastro de Reserva		
Arquiteto	Elaboram planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, analisando dados e informações. Desenvolvem estudos de viabilidade, ambiental. Realizam perícias e análises técnicas para emissão de pareceres.	Bacharel em Arquitetura e Urbanismo e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 4.143,90	02	0	02
Engenheiro Agrimensor	Realizam atividades em topografia, geodésia e batimetria, levantando e calculando pontos topográficos e geodésicos. Elaboram documentos cartográficos, estabelecendo semiologia e articulação de cartas, efetuam levantamentos por meio de imagens terrestres, aéreas e orbitais. Gerenciam projetos e obras de agrimensura e cartografia. Assessoram na implantação de sistemas de informações geográficas, implementam projetos geométricos. Podem pesquisar novas tecnologias.	Bacharel em Engenharia de Agrimensura e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 4.143,90	01	0	01



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Engenheiro Agrônomo	Tratar das questões relativas aos pedidos de poda e/ou supressão de vegetação de parques, praças e jardins públicos projetos levantamentos florísticos orientação técnica.	Bacharel em Agronomia e Registro Profissional de Classe	30h	R\$ 4.143,90	Cadastro de Reserva		
Engenheiro Civil	Elaboram projetos de engenharia civil. Gerenciam obras licitadas ou próprias da PMLS, controlam a qualidade de empreendimentos. Coordenam a operação e manutenção do empreendimento. Desenvolvem estudos de viabilidade financeira e econômica. Prestam assessoramento técnico nos processos de licitação. Dão suporte nas reformas dos prédios públicos.	Bacharel em Engenharia Civil e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 4.143,90	Cadastro de Reserva		
Engenheiro Eletricista	Executam serviços elétricos, analisando propostas técnicas, instalando, configurando e inspecionando sistemas e equipamentos, executando testes e ensaios. Projetam, planejam e especificam sistemas e equipamentos elétricos e elaboram sua documentação técnica; coordenam empreendimentos e estudam processos elétricos.	Bacharel em Engenharia Elétrica e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 4.143,90	Cadastro de reserva		
Médico do trabalho	Realizam consultas e atendimentos médicos. Tratam pacientes e clientes. Programam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individual quanto coletivas. Coordenam programas e serviços em saúde, efetuam perícias, auditorias e sindicâncias médicas. Elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.	Bacharel em Medicina, Especialidade em Medicina do Trabalho e Registro em Conselho Profissional de Classe	30h	R\$ 4.143,90	01	0	01
Médico Clínico	Realizam consultas e atendimentos médicos. Tratam pacientes e clientes. Implementam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas. Coordenam programas e serviços em saúde, elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.	Bacharel em Medicina e Registro em Conselho Profissional de Classe	12h	R\$ 2.900,74	01	0	01
Médico Cardiologista	Realizam consultas e atendimentos médicos. Tratam pacientes e clientes. Implementam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas. Coordenam programas e serviços em saúde, elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.	Bacharel em Medicina, Residência ou Especialização em Cardiologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	12h	R\$ 2.900,74	Cadastro de Reserva		
Médico Dermatologista	Realizam consultas e atendimentos médicos. Tratam pacientes e clientes. Implementam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas. Coordenam programas e serviços em saúde, efetuam perícias, auditorias e sindicâncias médicas. Elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.	Bacharel em Medicina, Residência ou Especialização em Dermatologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	12h	R\$ 2.900,74	Cadastro de Reserva		
Médico Endocrinologista	Realizam consultas e atendimentos médicos. Tratam pacientes e clientes. Implementam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas. Coordenam programas e serviços em saúde, efetuam perícias, auditorias e sindicâncias médicas. Elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.	Bacharel em Medicina, Residência ou Especialização em Endocrinologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	12h	R\$ 2.900,74	Cadastro de Reserva		



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, 24 DE OUTUBRO DE 2018 – CONSOLIDADO COM AS ERRATAS 01, 02 E 03.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Médico Otorrinolaringologista	Realizam consultas e atendimentos médicos. Tratam pacientes e clientes. Implementam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas. Coordenam programas e serviços em saúde, efetuam perícias, auditorias e sindicâncias médicas. Elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.	Bacharel em Medicina, Residência ou Especialização em Otorrinolaringologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	12h	R\$ 2.900,74	Cadastro de Reserva		
Médico Ginecologista	Realizam consultas, atendimentos médicos e tratam às pacientes mulheres. Implementam ações de prevenção de doenças do aparelho reprodutor feminino e promoção da saúde da mulher. Aplicam os conhecimentos de medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano em mulheres. Efetuam exames médicos, emitem diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicitação de exames.	Bacharel em Medicina, Residência ou Especialização em Ginecologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	12h	R\$ 2.900,74	01	0	01
Médico Neurologista	Realizam consultas e atendimentos médicos. Tratam pacientes e clientes. Implementam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas. Coordenam programas e serviços em saúde, efetuam perícias, auditorias e sindicâncias médicas. Elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.	Bacharel em Medicina, Residência ou Especialização em Neurologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	12h	R\$ 2.900,74	01	0	01
Médico Ortopedista	Realizam consultas e atendimentos médicos. Tratam pacientes e clientes. Implementam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas. Coordenam programas e serviços em saúde, efetuam perícias, auditorias e sindicâncias médicas. Elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.	Bacharel em Medicina, Residência ou Especialização em Ortopedia e Registro em Conselho Profissional de Classe	12h	R\$ 2.900,74	01	0	01
Médico Pediatra	Realizam consultas e atendimentos médicos. Tratam pacientes e clientes. Implementam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas. Coordenam programas e serviços em saúde, efetuam perícias, auditorias e sindicâncias médicas. Elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.	Bacharel em Medicina, Residência ou Especialização em Pediatria e Registro em Conselho Profissional de Classe	12h	R\$ 2.900,74	Cadastro de Reserva		
Médico Psiquiatra	Realizam consultas e atendimentos médicos. Tratam pacientes e clientes. Implementam ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas. Coordenam programas e serviços em saúde, efetuam perícias, auditorias e sindicâncias médicas. Elaboram documentos e difundem conhecimentos da área médica.	Bacharel em Medicina, Residência ou Especialização em Psiquiatria/Saúde Mental e Registro em Conselho Profissional de Classe	12h	R\$ 2.900,74	01	0	01
Cirurgião Dentista Atendimento Especial	Atendem e orientam pacientes. Prestam atendimento odontológico ambulatorial aos usuários portadores de necessidades especiais, incluindo o condicionamento psicológico dos mesmos e gestão dos casos a serem encaminhados a atendimento em nível hospitalar. Executam procedimentos odontológicos. Aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e	Bacharel em Odontologia, Especialização em atendimento de pacientes portadores de necessidades especiais e	20h	R\$ 1.795,69	01	0	01



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

	prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Podem desenvolver pesquisas na área odontológica. Desenvolvem atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Administram as condições locais de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança.	Registro em Conselho Profissional de Classe					
Cirurgião Dentista Endodontista	Atendem e orientam pacientes. Executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Podem desenvolver pesquisas na área odontológica. Desenvolvem atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Administram as condições locais de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança. Prestam assistência à saúde na área de endodontia. Realizam acompanhamento periódico dos casos tratados. Fornecem informações sobre estado clínico de usuários para outros níveis de atenção. Capacitam demais profissionais da rede de atenção à saúde, no que se refere ao seu campo de conhecimento.	Bacharel em Odontologia, Especialização em Endodontia e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.795,69	01	0	01
Cirurgião Dentista Estomatologista	Atendem e orientam pacientes. Executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Podem desenvolver pesquisas na área odontológica. Desenvolvem atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Administram as condições locais de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança. Prestam assistência à saúde na área de estomatologia. Diagnosticam lesões dentro e fora da cavidade bucal. Fornecem informações sobre estado clínico de usuários para outros níveis de atenção. Capacitam demais profissionais da rede de atenção à saúde, no que se refere ao seu campo de conhecimento.	Bacharel em Odontologia, Especialização em Estomatologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.795,69	Cadastro de Reserva		
Cirurgião Dentista Bucomaxilofacial	Atendem e orientam pacientes. Executam procedimentos odontológicos, aplicam medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Podem desenvolver pesquisas na área odontológica. Desenvolvem atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Administram as condições, locais de trabalho, adotando medidas de precaução universal de biossegurança. Prestam assistência à saúde na área de Cirurgias complexas buco dentárias. Fornecem informações sobre estado clínico de usuários para outros níveis de atenção. Capacitam demais profissionais da rede de atenção à saúde, no que se refere ao seu campo de conhecimento.	Bacharel em Odontologia, Especialização em Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-facial e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.795,69	01	0	01

**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, 24 DE OUTUBRO DE 2018 – CONSOLIDADO COM AS ERRATAS 01, 02 E 03.****CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA**

Assistente Social	Prestam serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação. Planejam, coordenam e avaliam planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional. Desempenham tarefas administrativas e articulam recursos financeiros disponíveis.	Bacharel em Serviço Social e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.726,64	04	0	04
Biólogo	Realizar as ações de fiscalização da vigilância sanitária dentro das competências e responsabilidades específicas.	Bacharel em Biologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.726,64	01	0	01
Educador em Saúde	Implementam, avaliam, coordenam e planejam o desenvolvimento de treinamentos e capacitação aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Acompanham e avaliam os processos educacionais. Viabilizam o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre os profissionais e o usuário.	Bacharel em Pedagogia/Recursos Humanos	20h	R\$ 1.726,64	01	0	01
Enfermeiro	Prestam assistência ao paciente. Coordenam, planejam ações e auditam serviços de enfermagem e/ou perfusão. Implementam ações para a promoção da saúde junto à comunidade. Os perfusionistas realizam procedimentos de circulação extracorpórea em hospitais. Todos os profissionais desta família ocupacional podem realizar pesquisa.	Bacharel em Enfermagem e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.726,64	03	0	03
Farmacêutico-Bioquímico	Realizam tarefas específicas de desenvolvimento, produção, dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica tais como medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos, domissanitários e insumos correlatos. Realizam análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas. Participam da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos. Exercem fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e exercício profissional. Orientam sobre uso de produtos e prestam serviços farmacêuticos. Podem realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais dos seres humanos e dos animais.	Bacharel em Farmácia ou Bioquímica e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.726,64	02	0	02
Fisioterapeuta	Aplicam técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes e clientes. Atendem e avaliam as condições funcionais de pacientes e clientes utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Atuam na área de educação em saúde através de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolvem e implementam programas de prevenção em saúde geral e do trabalho. Gerenciam serviços de saúde orientando e supervisionando recursos humanos. Exercem atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos	Bacharel em Fisioterapia e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.726,64	Cadastro de Reserva		



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

	científicos.				
Fonoaudiólogo	Realizar diagnósticos, com levantamento dos problemas de saúde, que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termos de reabilitação, na área adstrita às ESF. Desenvolvem ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com às ESF, por meio de grupos operativos, incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidado com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, controle do ruído, com vistas ao autocuidado. Desenvolvem ações conjuntas com as ESF. Acolhem os usuários que requeiram cuidados de reabilitação. Realizam orientações, atendimentos individuais, visitas domiciliares e acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF. Desenvolvem projetos e ações intersectoriais. Realizam ações que facilitam a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência. Exercem atividades administrativas, de ensino e pesquisa. Administram recursos humanos, materiais e financeiros.	Bacharel em Fonoaudiologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.726,64	Cadastro de Reserva
Nutricionista	Prestam assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos). Planejam, organizam, administram e avaliam unidades de alimentação e nutrição. Efetuam controle higiênico-sanitário. Participam de programas de educação nutricional. Podem estruturar e gerenciar serviços de atendimento ao consumidor de indústrias de alimentos e ministrar cursos. Atuam em conformidade ao manual de boas práticas.	Bacharel em Nutrição e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.726,64	Cadastro de Reserva
Psicólogo	Implementam ações de promoção à saúde psíquica, emocional e social, principalmente por meio de atendimento individual ou em grupo. Acompanham o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos ou grupos, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação. Diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou estabilização. Coordenam equipes e atividades da área e afins. Executam tarefas administrativas.	Bacharel em Psicologia e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.726,64	05 0 05
Terapeuta Ocupacional	Atendem pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando procedimentos específicos de terapia ocupacional. Habilitam pacientes e clientes. Realizam diagnósticos específicos. Analisam condições dos pacientes e clientes. Atuam na orientação de pacientes, clientes, familiares, cuidadores e responsáveis. Desenvolvem, ainda, programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida.	Bacharel em Terapia Ocupacional e Registro em Conselho Profissional de Classe	20h	R\$ 1.726,64	Cadastro de Reserva
Médico Veterinário	Promovem a saúde pública e defesa do consumidor. Exercem defesa sanitária animal. Desenvolvem atividades de pesquisa e extensão. Elaboram laudos, pareceres e atestados. Assessoram a elaboração de	Bacharel em Medicina Veterinária e Registro Profissional de Classe	20h	R\$ 1.726,64	Cadastro de Reserva



	legislação pertinente.				
--	------------------------	--	--	--	--

ANEXO II – QUADRO DAS PROVAS

1. PROVAS – NÍVEL FUNDAMENTAL - TURNO DE PROVA “B”							
COD.	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	ATUALIDADES	TOTAL DE QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA DA PROVA (60%)
101	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	10	10	10	30	1 (um) ponto	18 (dezoito) pontos
102	SERVENTE ESCOLAR						
103	MOTORISTA						
104	OPERADOR DE MÁQUINAS						



2. PROVAS – NÍVEL MÉDIO – TURNO DE PROVA “A”									
COD.	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	ATUALIDADES	INFORMÁTICA	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA DA PROVA (60%)
201	AGENTE ADMINISTRATIVO	10	05	05	05	05	10	40	30 (trinta) pontos
202	AGENTE DE SERVIÇOS ESCOLARES						10		
203	AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO						10		
204	SECRETÁRIO ESCOLAR						10		
VALOR DAS QUESTÕES		1	1	1	1	1	2		

2.1. PROVAS – NÍVEL TÉCNICO – TURNO DE PROVA “A”									
COD.	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	INFORMÁTICA	ATUALIDADES	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA DA PROVA (60%)
205	TÉCNICO EM TOPOGRAFIA	10	05	10	-	05	10	40	30 (trinta) pontos
206	TÉCNICO AUDIOVISUAL						10		
207	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES						10		
208	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO						10		
209	FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA						10		
210	TÉCNICO EM ENFERMAGEM						10		
211	TÉCNICO EM RADIOLOGIA						10		



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, 24 DE OUTUBRO DE 2018 – CONSOLIDADO COM AS ERRATAS 01, 02 E 03.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

212	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	15		-	05		10		
VALOR DAS QUESTÕES		1	1	1	1	1	2		

3. PROVAS – NÍVEL SUPERIOR (EDUCAÇÃO) - TURNO DE PROVA “B”								
COD.	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	ATUALIDADES	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	CONHEC. ESPECÍFICOS	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA DA PROVA (60%)	PROVA DISCURSIVA - REDAÇÃO
301	PEDAGOGO	15	05	10	10	40	30 (trinta) pontos	SIM
302	PSICOPEDAGOGO				10			SIM
303	BIBLIOTÉCARIO				10			SIM
304	PROFESSOR A				10			SIM
305	PROFESSOR B - PORTUGUÊS				10			SIM
306	PROFESSOR B - MATEMÁTICA				10			SIM
307	PROFESSOR B – CIÊNCIAS				10			SIM
308	PROFESSOR B – GEOGRAFIA				10			SIM
309	PROFESSOR B - HISTÓRIA				10			SIM
310	PROFESSOR B - INGLÊS				10			SIM
311	PROFESSOR B – EDUCAÇÃO FÍSICA				10			SIM
312	PROFESSOR B – ENSINO RELIGIOSO				10			SIM
313	PROFESSOR B - ARTES				10			SIM
VALOR DAS QUESTÕES		1	1	1	2			VALOR TOTAL DA REDAÇÃO: 20 (vinte) pontos



3.1. PROVAS – NÍVEL SUPERIOR (ADMINISTRAÇÃO) - TURNO DE PROVA “B”							
COD.	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	ATUALIDADES	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	CONHEC. ESPECÍFICOS	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA DA PROVA (60%)
314	ADVOGADO	10	05	10	15	40	33 (trinta e três) pontos
315	ANALISTA ADMINISTRATIVO				15		
316	ANALISTA AMBIENTAL				15		
317	AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL				15		
318	ANALISTA DE MÍDIAS PUBLICITÁRIAS E MARKETING				15		
319	ANALISTA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO				15		
320	JORNALISTA				15		
321	RELAÇÕES PÚBLICAS				15		
322	ANALISTA DE POLÍTICAS FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO				15		
323	ANALISTA DE SISTEMAS				15		
324	CONTADOR				15		
325	PROCURADOR DA FAZENDA				15		
326	ARQUITETO				15		
327	ENGENHEIRO AGRIMENSOR				15		
328	ENGENHEIRO AGRÔNOMO				15		
329	ENGENHEIRO CIVIL				15		
330	ENGENHEIRO ELETRICISTA				15		
VALOR DAS QUESTÕES		1	1	1	2		



3.2. PROVAS – NÍVEL SUPERIOR (SAÚDE) - TURNO DE PROVA “B”								
COD.	CARGO	LÍNGUA PORTUGUESA	INFORMÁTICA	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	SAÚDE PÚBLICA	CONHEC. ESPECÍFICOS	TOTAL DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO MÍNIMA DA PROVA (60%)
331	MÉDICO DO TRABALHO	10	05	05	10	10	40	36 (trinta e seis) pontos
332	MÉDICO CLÍNICO					10		
333	MÉDICO GINECOLOGISTA					10		
334	MÉDICO NEUROLOGISTA					10		
335	MÉDICO ORTOPEDISTA					10		
336	MÉDICO PEDIATRA					10		
337	MÉDICO PSIQUIATRA					10		
338	CIRURGIÃO DENTISTA ATENDIMENTO ESPECIAL					10		
339	CIRURGIÃO DENTISTA ENDODONTISTA					10		
340	CIRURGIÃO DENTISTA ESTOMATOLOGISTA					10		
341	CIRURGIÃO DENTISTA BUCOMAXILOFACIA					10		
342	ASSISTENTE SOCIAL					10		
343	BIÓLOGO					10		
344	EDUCADOR EM SAÚDE					10		
345	ENFERMEIRO					10		
346	FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO					10		
347	FISIOTERAPEUTA					10		
348	FONOAUDIÓLOGO					10		



EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018, 24 DE OUTUBRO DE 2018 – CONSOLIDADO COM AS ERRATAS 01, 02 E 03.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA



349	NUTRICIONISTA					10		
350	PSICÓLOGO					10		
351	TERAPEUTA OCUPACIONAL					10		
352	MÉDICO VETERINÁRIO					10		
353	MÉDICO CARDIOLOGISTA					10		
354	MÉDICO DERMATOLOGISTA					10		
355	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA					10		
356	MÉDICO OTORRINOLAROGOLOGISTA					10		
VALOR DAS QUESTÕES		1	1	1	2	2		



ANEXO III – QUADRO TÍTULOS (CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - EDUCAÇÃO)

A. DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS POR TITULAÇÃO ACADÊMICA*

PÓS-GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Conclusão de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , com carga horária mínima de 360 horas – Especialização, na área de seleção específica a que concorre.	Conclusão de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> – Mestrado, na área específica a que concorre.	Conclusão de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> – Doutorado, na área específica a que concorre.
1,0	2,0	3,0

* Conforme item 9.3.14.2, será pontuado apenas 1 (um) título por formação acadêmica.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

ANEXO IV – PROGRAMAS

ENSINO FUNDAMENTAL

CARGOS: Servente Escolar/Auxiliar de Serviços Gerais/Motorista/Operador de Máquinas

LÍNGUA PORTUGUESA (Para todos os cargos de nível Fundamental)

PROGRAMA: Compreensão e interpretação de textos. Tipologia e gêneros textuais. Coerência e coesão textual. Formação e significação de palavras. Sinônimos e antônimos. Ordem alfabética. Sílabas: separação e classificação. Ortografia e acentuação. Tipos de frase. Pontuação. Morfologia: emprego e classificação das classes de palavras. Sintaxe: estrutura da oração e do período e termos e essenciais, integrantes e acessórios da oração. Crase. Uso dos porquês. Concordância verbal e nominal. Variação Linguística. Vícios de linguagem. Semântica.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2009.

Dicionários de Língua Portuguesa.

SACCONI, Luiz Antonio. Nossa gramática completa Sacconi: teoria e prática. 31 ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

MATEMÁTICA e RACIOCÍNIO LÓGICO (Para todos os cargos de nível Fundamental)

Números: Sistemas de Numeração Decimal. O conjunto dos números naturais: operações, divisibilidade, decomposição de um número natural nos seus fatores primos. O conjunto dos números inteiros: operações, múltiplos e divisores. O conjunto dos números racionais: propriedades, operações, operações com frações, potenciação e radiciação. O conjunto dos números reais: números irracionais, a reta real e intervalos. Unidades de medidas: comprimento, área, volume, massa, tempo e velocidade. Cálculo de área e perímetro de figuras planas. Conversão de unidade de medidas. Proporcionalidade: grandezas diretamente proporcionais e regra de três simples. Porcentagens e juros simples. Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos de colunas e tabelas.

REFERÊNCIAS

DANTE, Luiz Roberto. Projeto Teláris – 6º ao 9º ano. Editora Ática.

IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo. Matemática – 6º ao 9º ano. 1ª ed. Editora Moderna, 2010.

SILVEIRA, Ênio; MARQUES, Cláudio. Matemática – Compreensão e Prática – 6º ao 9º ano. 2ª ed. Editora Moderna, 2013.

Raciocínio Lógico: Sequências Lógicas e lei de formação. Raciocínio lógico quantitativo em sucessões numéricas. Raciocínio lógico numérico e sucessões lógicas. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura destas relações. Conhecimentos de matemática elementar necessários para resolver questões que envolvam estruturas lógicas, lógica de argumentação, lógica das proposições, relações, gráficos e diagramas. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos e geométricos com: Teoria dos Conjuntos (união e intersecção, diagrama de Venn)

REFERÊNCIAS

SÁ, Ilydio Pereira de. Raciocínio Lógico: concursos públicos, formação de professores. 1.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

SERATES, Jonofon. Raciocínio Lógico. 7.ed. Brasília: JONOFON, 1998. Volume I e II.

ATUALIDADES (Para todos os cargos de nível Fundamental)

Atualidades e conhecimentos gerais do Município de Lagoa Santa, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do Município de Lagoa Santa, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil.

REFERÊNCIAS

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil, e de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, ensaísticos ou científicos). Imprensa escrita, falada, televisiva ou por internet.

Sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/>

Sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Lagoa Santa: <http://www.cmlagoasanta.mg.gov.br/>

Sítio eletrônico do IBGE relativo ao Município de Lagoa Santa: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-santa/>

Sítio eletrônico Cidade-Brasil, Município de Lagoa Santa: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-lagoa-santa.html>

Sítio eletrônico Estrada real: <http://www.institutoestradaareal.com.br/cidades/lagoa-santa/180>



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

NÍVEL MÉDIO/ NÍVEL MÉDIO TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA (Para todos os cargos de nível Médio e Médio/Técnico)

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de texto. Articulação textual, coesão e coerência textual. Morfossintaxe. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Variação linguística.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto.
NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2012.
SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

MATEMÁTICA e RACIOCÍNIO LÓGICO (Para todos os cargos de nível Médio e Médio/Técnico)

Matemática

Conjunto dos números naturais: operações, divisibilidade, decomposição de um número natural nos seus fatores primos, múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois ou mais números naturais. Conjunto dos números inteiros: operações. Conjunto dos números racionais: propriedades, operações, valor absoluto de um número, potenciação e radiciação. O conjunto dos números reais: números irracionais, a reta real, intervalos. Sistema de medida, sistema métrico decimal, unidade de comprimento, unidades usuais de tempo, razões, proporções, grandezas direta e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta, porcentagem, juros, equações de 1º grau, sistema de equações. Cálculo de área e perímetros de figuras planas. Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos de colunas e tabelas, análise combinatória e probabilidade.

REFERÊNCIAS

DANTE, Luiz Roberto. Matemática – Contexto e Aplicações – Volume Único – 3ª Edição. Editora: Ática.
DANTE, Luiz Roberto. Coleção Teláris Matemática- Volumes; 6º,7º, 8º,9º anos. 2015. Editora Ática.
DOLCE, Osvaldo; IEZZI, Gelson. Matemática - Ciência e Aplicações - Ensino Médio - Vol.1,2 e 3. 5ª Ed. 2010. Editora: Atual.
SMOLE, Kátia Stocco, DINIZ, Maria Ignez – Matemática Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3. 9ª edição. Editora: Saraiva.

Raciocínio Lógico

Sequências Lógicas e lei de formação. Raciocínio lógico quantitativo em sucessões numéricas. Raciocínio lógico numérico e sucessões lógicas. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura destas relações. Conhecimentos de matemática elementar necessários para resolver questões que envolvam estruturas lógicas, lógica de argumentação, lógica das proposições, relações, gráficos e diagramas. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos e geométricos com: Teoria dos Conjuntos (união e intersecção, diagrama de Venn) sequências numéricas;

REFERÊNCIAS

CABRAL, Luis Cláudio; NUNES, Mauro César. Raciocínio lógico e matemática para concursos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
DANTE, Luiz Roberto. Matemática Contextos e Aplicações. São Paulo: Editora Ática, 2014, vol. 1,2 e 3.
SÁ, Ilydio Pereira de. Raciocínio Lógico: concursos públicos, formação de professores. 1.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
SERATES, Jonofon. Raciocínio Lógico. 7.ed. Brasília: JONOFON, 1998. Volume I e II.

ATUALIDADES (Para todos os cargos de nível Médio e Médio/Técnico)

Atualidades e conhecimentos gerais do Município de Lagoa Santa, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do Município de Lagoa Santa, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil.

REFERÊNCIAS

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).
Livros de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).
Imprensa escrita, falada, televisiva e por internet.
Sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/>
Sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Lagoa Santa: <http://www.cmlagoasanta.mg.gov.br/>
Sítio eletrônico do IBGE relativo ao Município de Lagoa Santa: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-santa/>
Sítio eletrônico Cidade-Brasil, Município de Lagoa Santa: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-lagoa-santa.html>
Sítio eletrônica Estrada real: <http://www.institutoestradaareal.com.br/cidades/lagoa-santa/180>

INFORMÁTICA (Para todos os cargos de nível Médio e Médio/Técnico)

Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows XP, Windows 7 e Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional; organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA**

renomear). Editor de texto Microsoft Word 2007, 2010 e 2016: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2007, 2010 e 2016: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados. Software de criação e apresentação de slides PowerPoint 2007, 2010 e 2016: criação, formatação, impressão e utilização de recursos disponíveis para criação e apresentação de slides. Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome e Firefox). Conceitos de segurança da informação, noções básicas de segurança da informação.

REFERÊNCIAS

Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.
Manuais on-line do Microsoft Excel. - <https://support.office.com/pt-BR/Excel>
Manuais on-line do Microsoft Word. - <https://support.office.com/pt-BR/Word>
Manuais on-line do Microsoft PowerPoint - <https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>
Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. - <https://support.microsoft.com/pt-br>
Manual on-line do Internet Explorer 8.0 ou superior. - <https://support.microsoft.com/pt-br/products/internet-explorer>
Manuais on-line do Google Chrome. - <https://support.google.com/chrome/?hl=pt-BR>
Manuais on-line do Mozilla Firefox. - <https://support.mozilla.org/pt-BR/>
Manual do Microsoft Office - <https://support.office.com/pt-br>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Para todos os cargos de nível Médio e Médio/Técnico)

Conhecimento da legislação municipal no que se refere ao Estatuto do Servidor e o Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo municipal. Lei Orgânica Municipal. Constituição do Estado de Minas Gerais. Constituição da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3.241, de 16 de janeiro de 2012. Lei que dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo do Município de Lagoa Santa, estabelece normas de reestruturação, institui nova tabela de vencimentos e dá outras providências.
LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lagoa Santa, de suas autarquias e fundações públicas e dá outras providências.
LAGOA SANTA. Lei Orgânica do Município: Título II: “Da organização político-administrativa do Município”: arts. 14 ao 114.
MINAS GERAIS. Constituição do Estado de 1989: Título II: “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”; Título III: “Do Estado”: arts. 6º ao 51.
BRASIL. Constituição da República: Título I: “Dos Princípios Fundamentais”: art. 1º ao 4º; Título II: “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”: art. 5º, 7º, 12º e 13º; Título III: “Da Organização do Estado”: arts. 29 ao 31 e art. 37.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

MÉDIO - ESPECÍFICOS**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (SECRETARIO ESCOLAR)**

Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV. Título VIII, Capítulo III, Seção I. Decreto nº 3307, de 15 de março de 2017, Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa Educação Integral em Tempo Integral. Escrituração escolar, arquivo, censo escolar, cadastro. LDB, Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). (Em especial, os artigos 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38 e 61). Lei Municipal nº 3163 de 2011. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do município de Lagoa Santa. ~~Lei Municipal nº 3357/2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento e a lei complementar (Lei nº 4109/2017).~~ ~~Lei Municipal nº 3357/2012 que Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento, com as alterações realizadas pela Lei Municipal nº 4109/2017.~~ Lei nº 10.436 de 24/04/02. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Lei nº 11.114/05 - Altera a redação dos artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96 de 20/12/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com objetivo de tornar matrícula obrigatório o início do ensino fundamental aos 06 (seis) anos de idade. Lei nº 11.274/06 - Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96 de 20/12/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre duração de 09 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 06 (seis) anos de idade. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral). Lei Orgânica do Município. Art. 13 e parágrafo único, artigo 83 parágrafos 1º ao 6º, art. 87 - Subseção VI - art. 88 parágrafos 1º e 2º, art. 135, art. 139, art. 140, art. 141 LAGOA SANTA. Ofício Circular nº 211/2014. Orienta sobre a operacionalização da progressão parcial, dos estudos independentes e de outros dispositivos previstos na Resolução SEE Nº 2197/2012. Organização e



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Funcionamento da Secretaria Escolar. Proteção à criança e ao adolescente: Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Resolução CNE 06/2012.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/01. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução SEE 2843/16. Dispõe sobre a organização e funcionamento da EJA. Resolução SEE/MG nº 2197/2012. Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências e suas alterações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Artigos 205 a 217).

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 29 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei_n_10_436_de_24_de_abril_de_2002_15226896225947_7091.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL, Lei nº 11.114 DE 2005. Altera a redação dos artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96 de 20/12/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com objetivo de tornar matrícula obrigatório o início do ensino fundamental aos 06 (seis) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm. Acesso em 10 out. 2018.

BRASIL, Lei nº 11.274 de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96 de 20/12/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre duração de 09 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 06 (seis) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em 10 out. 2018.

BRASIL, Lei nº 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/01. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3163 de 2011. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do município de Lagoa Santa.

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Decreto nº 3.307, de 15 de março de 2017. Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa de Educação Integral em Tempo Integral, e dá outras providências.

~~LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3357 de 2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento e a lei complementar (Lei nº 4109/2017).~~

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3357 de 2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento, com as alterações realizadas pela Lei Municipal nº 4109/2017.

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao/category/71>. Acesso em: 07 out. 2018.

MINAS GERAIS. Ofício Circular nº 211/2014. Orienta sobre a operacionalização da progressão parcial, dos estudos independentes e de outros dispositivos previstos na Resolução SEE Nº 2197/2012. Disponível em: <http://www.blogcajuru.com/2014/11/oficio-circular-n-2112014-see-mg.html>. Acesso em: 12 de out. 2018.

MINAS GERAIS. Resolução SEE 2843/16. Dispõe sobre a organização e funcionamento da EJA. Disponível em: <http://sindutemg.org.br/wp-content/uploads/2017/11/RESOLU%C3%87%C3%83O-SEE-N%C2%BA-2.843-DE-13-DE-JANEIRO-DE-2016..pdf>. Acesso em: 12 de out. 2018.

MINAS GERAIS. Resolução SEE/MG nº 2197/2012. Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências e suas alterações. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/111313245/RESOLUCAO-SEE-N%C2%BA-2197-2-organizacao-e-funcionamento-da-educacao-basica-nas-escolas-estaduais>. Acesso em: 12 de out. 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (AGENTE DE SERVIÇOS ESCOLARES)

Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV. Título VIII, Capítulo III, Seção I. Decreto nº 3307, de 15 de março de 2017. Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa Educação Integral em Tempo Integral. Decreto Nº 7611, de 17 de novembro de 2011 (Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências). LDB, Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (em especial, os artigos 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37 e 61). Lei Municipal nº 3163 de 2011. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do município de Lagoa Santa. ~~Lei Municipal nº 3357/2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece~~



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

~~normas para seu funcionamento e a lei complementar (Lei nº 4109/2017).~~ Lei Municipal nº 3357/2012 que Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento, com as alterações realizadas pela Lei Municipal nº 4109/2017. Lei nº 10.436 de 24/04/02. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei Orgânica do Município. Art. 13 e parágrafo único, artigo 83 parágrafos 1º ao 6º, art. 87 – Subseção VI – art. 88 parágrafos 1º e 2º, art. 135, art. 139, art. 140, art. 141 LAGOA SANTA. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/01. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. Decreto Nº 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Portal da Legislação: Decretos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei_n_10_436_de_24_de_abril_de_2002_15226896225947_7091.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 05 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/09/01. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. DECRETO Nº 3.307, DE 15 DE MARÇO DE 2017. Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa de Educação Integral em Tempo Integral, e dá outras providências.

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3163 de 2011. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do município de Lagoa Santa.

~~LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3357 de 2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento e a lei complementar (Lei nº 4109/2017).~~

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3357 de 2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento, com as alterações realizadas pela Lei Municipal nº 4109/2017.

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao/category/71>. Acesso em: 07 out. 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (AGENTE ADMINISTRATIVO)

Princípios da Administração. Conceitos. Burocracia. Organização e administração. Comunicação organizacional. Áreas da administração: financeiro; pessoal; estoques e logística. Características das organizações formais: tipos de estrutura organizacional, departamentalização. Técnicas administrativas, técnicas organizativas. Instrumentos, planilhas e gráficos administrativos. Redação de documentos. Requerimentos, formulários, relatórios, memorandos, cartas comerciais, ofícios, circulares, certidões, atas, minutas. Editais, procurações, mensagens eletrônicas. Serviços de apoio – atendimento, rotinas, processos de trabalho, expedição. Práticas de Recursos Humanos. Departamento de pessoal; conceitos gerais. Remuneração. Relacionamento no trabalho. Administração de pessoal, organograma. Consultas, documentação, manuais administrativos. Produtividade, desempenho, relacionamento no trabalho, impactos sociais. Trabalho em equipe. Condições de trabalho, rotina de trabalho, distribuição funcional do trabalho, definição de responsabilidades, autoridade, comportamento, delegação. Aprendizado Organizacional. Objetivos organizacionais, sentido do trabalho e comprometimento. Princípios do atendimento. Qualidade no atendimento. Conceitos fundamentais do atendimento, habilidades, competências. Informática na empresa, conceitos gerais, sistemas, aplicativos MS Office - Word, Excel, Power point, internet Explorer (...). Arquivos. Organização e administração de arquivos. Gestão de documentos. Tipos de arquivo. Classificação de arquivos. Técnicas de arquivo e atividades correlatas. Noções de Patrimônio e Inventário. Conceitos e práticas. Logística. Elementos, características.

Noções gerais de licitações – Conhecimentos básicos pertinentes à Lei 8.666/1993 – normas para licitações e contratos da Administração Pública; Lei de Responsabilidade Fiscal - LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Código de Posturas Municipal de Lagoa Santa Títulos I a IV. Noções de contabilidade Pública – conceitos. Direito Constitucional – Noções Fundamentais.

~~Lei de Meio Ambiente Prefeitura de Lagoa – MINUTA DO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – Capítulos I, II e III.~~ LEI Nº 2863, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008 - Código de obras e edificações de Lagoa Santa. Contabilidade Pública – princípios fundamentais da contabilidade, patrimônio, estudo do patrimônio. Direito Tributário – Conceitos e espécies; Competências: Sistema Tributário nacional.

REFERÊNCIAS

CAXITO, Fabiano. Logística, um enfoque prático. 2ª edição. Saraiva, 2014.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

CRUZ, Tadeu. Sistemas, Organização e Métodos. Estudo Integrado orientado a processos de negócios sobre Organizações e Tecnologias da Informação. 4ª Edição. Ed. Atlas, 2013. S.P.

EGRAFONTE, Ayrton; RODRIGUES, Célia Regina. Assistente Administrativo. Editora Komedi. 2009.

CARRANZA, Giovanna. Administração Geral e Pública. Editora JusPodivm. 5ª Edição, 2018.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão. 6ª Edição. Ed. Atlas, 2014.

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 2ª ed. revista e atualizada. Brasília, 2002.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à Administração. Ed. Atlas, 2006.

MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental: Contém Técnicas de Elaboração de Trabalhos de Conclusão de curso. 10ª ed. Atlas. São Paulo. 2016

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; FILHO, José Emmanuel Burle. Direito Administrativo Brasileiro. Editora Malheiros. 2013.

PAES, Marilena Leite. Arquivo. Teoria e prática. 3ª Ed. 2013.

PALUDO, Augustinho. Administração Pública. Elsevier. Rio de Janeiro, 2013.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Edição: Direito administrativo. Editora forense. 2018

RIBEIRO, Osiris Mendes; LACOMBE, Francisco José Masset. Gestão e controle do patrimônio. A contabilidade na prática. Ed. Saraiva, 2013. S.P.

SARAIVA. Licitações e Contratos da Administração Pública. Coleção saraiva de Legislação. Ed. Saraiva. 16ª Edição. 2015.

SENAI. Assistente Administrativo. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. – São Paulo: SENAI-SP Editora, 2014.

<https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-lagoa-santa-mg>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm

<https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao/category/185>

<https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-leis>

<https://leismunicipais.com.br/codigo-de-obras-lagoa-santa-mg>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO)

Fiscalização: atuação, habilidades, competências e procedimentos básicos do agente fiscal; postura profissional e comportamento ético; rotinas de fiscalização de transporte e trânsito. Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal Nº 9.503/1997) e legislações complementares em vigor; resoluções regulamentadoras complementares do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN. Sinalização de trânsito: sinalização vertical de regulamentação; sinalização vertical de advertência; sinalização vertical de indicação; sinalização horizontal; sinalização temporária; sinalização em áreas escolares. Segurança viária. Legislação municipal: Código Municipal de Posturas de Lagoa Santa; Regulamentos municipais inerentes ao gerenciamento de transporte e trânsito no município de Lagoa Santa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal Nº 9.503 de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm

CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume I: Sinalização Vertical de Regulamentação. 2ª edição. Brasília: Contran, 2007.

CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume II: Sinalização Vertical de Advertência. 1ª edição. Brasília: Contran, 2007.

CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume III: Sinalização Vertical de Indicação. 1ª edição. Brasília: Contran, 2014.

CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume IV: Sinalização Horizontal. 1ª edição. Brasília: Contran, 2007.

CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume VII: Sinalização Temporária. 1ª edição. Brasília: Contran, 2017.

CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. Resoluções vigentes, disponíveis em: <<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>>.

DER-MG – Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Minas Gerais. Manual de Fiscalização de Transporte e Trânsito. Belo Horizonte: DER-MG, 2008.

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do DENATRAN: sinalização de áreas escolares. Brasília: DENATRAN, 2000.

LAGOA SANTA, Prefeitura. Código Municipal de Posturas (e demais atualizações da lei). Disponível em: <<https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao/category/185?download=4600:3-05-04-1950>>.

LAGOA SANTA, Prefeitura. Transporte e Trânsito: Publicações (leis, decretos, portarias, resoluções, regulamentos e regimento interno). Disponível em: <<https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/transporte-transito-publicacoes>>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Gestão da velocidade: um manual de segurança viária para gestores e profissionais da área. Brasília: OPAS, 2012.

MÉDIO TÉCNICO - ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (TÉCNICO EM TOPOGRAFIA)

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Conceitos fundamentais de Geodésia e Cartografia: sistemas de coordenadas geodésicas, datum geodésico horizontal e datum vertical, Sistema Geodésico Brasileiro, Sistema SIRGAS2000, projeções cartográficas, Sistema Cartográfico Nacional, Sistema Universal Transverso de Mercator (UTM). Conceitos fundamentais de fotogrametria e sensoriamento remoto: características das imagens aéreas e orbitais, fotografias aéreas e demais dados de sensoriamento remoto, voos fotogramétricos, apoio de campo e pontos de controle, restituição fotogramétrica, ortoprojeção, ortofotografias e mosaicos, aplicação de veículos não tripulados (vant/drone) nos levantamentos aéreos.

Instrumentos e métodos topográficos aplicados na medição de ângulos, distâncias e coordenadas. Azimutes, rumos e deflexões: medições, cálculos e conversões. Conceitos e aplicações de escalas nas plantas topográficas, cartas, mapas, imagens aéreas e nos desenhos de projetos de obras e construções. Instrumentos e métodos aplicados nos levantamentos topográficos planimétricos, altimétricos e planialtimétricos. Estações totais, varredura a laser (LIDAR) por meio de instrumentos terrestres e veículos aéreos, receptores do Sistema de Posicionamento Global e do Sistema Global de Navegação por Satélites (GNSS/GPS). Cálculos das coordenadas planas retangulares e das altitudes nas poligonais topográficas, nas irradiações e nos demais métodos topográficos. Representação do relevo topográfico por meio de curvas de níveis e dos pontos cotados.

Elaboração, interpretação e análise de plantas, cartas, mapas e desenhos topográficos.

Modelos digitais de terrenos: conceitos, fontes de dados, extração de informações, análises e produtos derivados. Estudos topográficos para traçado de obras viárias: elaboração de perfis topográficos, cálculos de declividades e de rampas, determinação de desníveis e de alturas de corte e aterro, curvas horizontais de concordância, curvas verticais de concordância e tangentes. Locações de tangentes, curvas circulares e taludes para obras de arruamentos e construção de estradas e vias. Locações de obras, construções e demarcações de lotes e propriedades. Avaliações de áreas e cálculos de volumes para escavações, cortes e aterros.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Alberto de Campos. Topografia aplicada à engenharia civil. São Paulo: Ed. Blucher, 1992, volumes. 1 e 2.
- CASACA, João. et all. Topografia Geral, Rio de Janeiro, Ed. LTC, 2005.
- COMASTRI, José Anibal e TULER, José Cláudio. Topografia altimetria. Viçosa: Ed. UFV, 1990.
- COMASTRI, José Anibal. Topografia planimetria. Viçosa: Ed. UFV, 1986.
- COMASTRI, José Anibal e GRIPP, Joel. Topografia aplicada, medição, divisão e demarcação. Viçosa, Ed. UFV, 1990.
- ERBA, Diego Alfonso. Topografia para estudantes de arquitetura, engenharia e Geologia. Ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- GARCIA, Gilberto J. Topografia aplicada às ciências agrárias. São Paulo: Ed. Nobel, 1978.
- GHILANI, Charles D. e WOLF, Paul R. Geomática, São Paulo: Ed. Pearson, 2014
- GODOY, Reinaldo. Topografia básica. São Paulo: Ed. FEALQ, 1988.
- MC CORMAC, Jack; SARASUA, Wayne e DAVIS, William. TOPOGRAFIA, Rio de Janeiro, Ed. LTC, 2016.
- MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS, São Paulo, Ed. UNESP, 2007.
- SILVA, Irineu e SEGANTINE, Paulo Cesar Lima, Topografia para engenharia: teoria e pratica de geomática, Ed. CAMPUS, 2014.
- TULER, Marcelo, e SARAIVA, Sérgio. Fundamentos de Topografia. Porto Alegre, Ed. BOOKMAN, 2014, 324p.
- TULER, Marcelo; SARAIVA, Sérgio e Teixeira, André. Manual de práticas de Topografia. Porto Alegre, Ed. BOOKMAN, 2017, 132p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (TÉCNICO EM AUDIOVISUAL)

Conhecimento das ferramentas de produção de vídeo e áudio. Cabeamento técnico de áudio e vídeo. Conceito de pré-produção, produção e pós-produção. Conceito e ferramentas para streaming de áudio e vídeo. Conceito de iluminação para externa e estúdio. Conceitos de captação de áudio.

REFERÊNCIAS

TELEVISÃO - Manual de Produção e Direção - Valter Bonasio – Ed. Leitura

Sites:

<https://www.treinaweb.com.br/blog/7-ferramentas-que-todo-editor-de-video-precisa-conhecer/>

<https://eadbox.com/ferramentas-para-gravar-e-editar-video-aulas/>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Streaming>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES)

Desenho técnico: desenhos de plantas e cortes de edificações e componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia. Materiais de construção e solos: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico dos materiais de construção e de solos. Tecnologia das construções: locação de obra; execução de escavações e contenções; execução de fôrmas e estruturas; produção, transporte, lançamento, adensamento e cura do concreto; execução de alvenarias (inclusive estruturais); execução de instalações prediais; execução de revestimentos; montagens de esquadrias; execução de coberturas. Planejamento e controle de obras: organização de canteiros de obras; quantificações de materiais e serviços em obras, inclusive de reformas, medições; orçamentos; vistorias técnicas e fiscalização de obras; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas. Topografia: equipamentos de topografia; levantamentos topográficos; desenho topográfico; cálculos topográficos. Elementos de mecânica estrutural: reconhecimento de tipos de estruturas; identificação de componentes das estruturas; sistemas de cargas. Patologias das construções: sintomas, mecanismos, causas, origens e as consequências das deficiências das construções. Noções de segurança em obras e higiene do trabalho. Acessibilidade nas edificações. Saídas de emergência em edifícios. Desenho assistido por computador. Legislação Municipal de Lagoa Santa: Plano Diretor e seus anexos; Lei Orgânica; Código de Obras e Edificações, Lei de uso e ocupação do solo urbano e rural.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

REFERÊNCIAS

Legislação Municipal de Lagoa Santa: Plano Diretor e seus anexos; Lei Orgânica; Código de Obras e Edificações, Lei de uso e ocupação do solo urbano e rural.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 6118:2014 - Projeto de estruturas de concreto.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7678:1983. Segurança na execução de obras e serviços de construção.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050:2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9077:2001. Saídas de emergência em edifícios.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 10067:1995. Princípios gerais de representação em desenho técnico - Procedimento.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 12821:2009. Preparação de concreto em laboratório - Procedimento.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 14931:2004. Execução de estruturas de concreto - Procedimento.

AZEREDO, H. A. - O Edifício e seu acabamento. Editora Blucher

AZEREDO, H. A. - O Edifício até sua cobertura. Editora Blucher

BAUER, L. A. F. - Materiais de Construção. Editora LTC

BORGES, A. C. - Topografia Aplicada à Engenharia Civil. Editora Blucher

BORGES, A. C. - Prática das Pequenas Construções. Editora Blucher

BOTELHO, M. H. C. - Concreto Armado Eu te Amo. Editora Blucher

HIBBELER, R.C. - Resistência dos Materiais. Editora Pearson

MATTOS, A. D. - Como Preparar Orçamento de Obras. Editora Pini

PFEIL, W. - Estruturas de Madeira. Editora LTC

RIPPER, E. - Como evitar erros na construção civil, 3ª edição - São Paulo: PINI, 1996.

RIPPER, T. - Patologia, Recuperação e Reforço de Estruturas de concreto. Editora Pini

SALGADO, J. - Técnicas e Práticas Construtivas para Edificação. Editora Érica

YAZIGI, W. - A Técnica de Edificar. Editora Pini

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO)

PORTARIA n. 3.214/78: Normas Regulamentadoras de 01 a 36 com seus respectivos decretos, manuais, guias e anexos. Prevenção e controle de riscos: Conceitos, classificação, identificação e avaliação dos agentes de risco ambientais; Medidas preventivas e de controle dos agentes de risco; Garantias do empregador e deveres do trabalhador Programa de prevenção de riscos ambientais (PPRA) Riscos químicos, físicos e Biológicos; Parâmetros e índices utilizados nas avaliações dos riscos; Instrumentos e técnicas aplicadas na medição dos riscos ambientais; doenças ocupacionais; ocupacionais por sistemas afetados, agentes tóxicos: vias de penetração e eliminação. Sistemas de gestão - BS 8800; Política de segurança e saúde no trabalho; Planejamento; Implementação e operação; PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), CIPA, SESMT, Técnicas de uso de equipamentos de medições. Legislação específica. Lei n.º 6514, de 22/12/77. Proteção contra incêndios e explosões Legislação da Medicina do Trabalho; Sistemas de Prevenção a combate a incêndio e pânico; Edificações. Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais. Regulamento Técnico de Procedimentos para Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Chapas de Mármore, Granito e outras Rochas. Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Caldeiras e Vasos de Pressão. Fornos. Atividades e Operações Insalubres. Atividades e Operações Perigosas. Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. Explosivos. Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis. Trabalho a Céu Aberto. Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração. Proteção Contra Incêndios e Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndios: Teoria do fogo; Equipamentos fixos e móveis de combate a incêndios: tipos, inspeção, manutenção e recarga; Sistemas e equipamentos de alarme e detecção e proteção contra incêndio; Instruções gerais em emergências e Brigadas de incêndio. Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. Resíduos Industriais. Sinalização de Segurança. Fiscalização e Penalidades. Plataformas e Instalações de Apoio. Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura. Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde. Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados. Trabalho em Altura. Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados. Conceitos, causas e consequências do acidente do trabalho; Investigação e análise do acidente do trabalho; Estatísticas de acidentes do trabalho; Doenças profissionais e doenças do trabalho; Medidas de controle: EPI's e EPC's. Ergonomia: NR-17. A aplicabilidade, Conceito, as linhas e tipos da Ergonomia. Aplicação, métodos, técnicas e objetivo da ergonomia. Aplicação da Antropometria, biomecânica e atividades musculares. Espaços e Postos de trabalho. Higiene do Trabalho: Conceitos, definições e classificação dos riscos ambientais. Iluminação. Fatores ambientais. LER/DORT, Ergonomia e prevenção de acidentes. Informação e operação (informações visuais, uso de outros sentidos, controles e relacionamento entre informação e operação). Transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais. Duração, ritmo e carga de trabalho. Análise Ergonômica do Trabalho (AET). Trabalho, tarefa e atividade.

REFERÊNCIAS

AValiação e controle de riscos profissionais; equipamentos de proteção individual: cadastro de acidentes. Fundacentro: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Seg. e Med. do Trabalho. Disponível em: <www.fundacentro.gov.br>

BUSSACOS, Marco Antônio. Estatística aplicada à saúde do trabalhador – Fundacentro, 1997.

CHAVES, J. J. et al. Perfil profissiográfico previdenciário. Belo Horizonte: Folium, 2003.

CLT (Consolidação das Leis do Trabalho): Título II, Capítulo V "Da Segurança e Medicina do Trabalho", Artigos 154 a 223.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988): Título VIII, Capítulo II "Da Seguridade Social", Seção II "Da Saúde", Artigo 196 e 200 (www.planalto.gov.br)

COUTO, H. A. Ergonomia aplicada ao trabalho em 18 lições. Belo Horizonte: Ergo, 2002.

DUL, J. e WEERDMEESTER, B. Ergonomia Prática. São Paulo: Edgard Blücher, 1995.

GUÉRIN, F.; et al., A. Compreender o trabalho para transformá-lo. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

<https://healthy-workplaces.eu/previous/all-ages-2016/sites/default/files/publications/documents/TE3111190PTC.pdf> - SST

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2005.

LAVILLE, A. Ergonomia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MANUAL de Aplicação da NR 17 – MTE, 2. ed. 2002.

Normas regulamentadoras 1 a 36 com anexos, manuais e guias – acesso <http://trabalho.gov.br/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção jurídica à saúde do trabalhador. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2011. 608 p.

SALIBA, Tuffi Messias. Manual prático de higiene ocupacional e PPRA. São Paulo: LTr.

www.planalto.gov.br - CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988): Título VIII, Capítulo II "Da Seguridade Social", Seção II "Da Saúde", Artigo 196 e 200

www.saude.gov.br - NORMA Operacional de Saúde do Trabalhador (NOST): Portaria MS n. 3.908, de 30 de outubro de 1998 e Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador do SUS: Portaria MS n. 3.120, de 1º de julho de 1998. Disponível em: <

>
www.mte.gov.br - PORTARIA n. 3.214/78: Normas Regulamentadoras (NRs) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA)

Sistema Único de Saúde – SUS, Princípios fundamentais, diretrizes, atribuições e competências das esferas governamentais do SUS. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: definição. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): criação, competências, estrutura organizacional, administração. Vigilância Sanitária: conceitos, áreas de abrangência, funções. Controle sanitário dos estabelecimentos, produtos e serviços de interesse da vigilância sanitária. Saneamento. Resíduos urbanos. Doenças transmitidas por alimentos. Zoonoses e saúde animal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080 de 19/09/1990. Diário Oficial da União. Brasília, 20/09/1990.

DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

LEI 13.097/2015, de 19 de janeiro de 2015. CAPÍTULO XVII, DA ABERTURA AO CAPITAL ESTRANGEIRO NA OFERTA DE SERVIÇOS À SAÚDE, Art. 142.

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências

MEDIDA PROVISÓRIA No 2.134-30, DE 24 DE MAIO DE 2001. Altera dispositivos das Leis no 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e no 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007. 132 p. (Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS, 6, II)

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colecao_progestores_livro6b.pdf

Lei Estadual nº 13.317, de 24-09-1999. Contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais

Lei nº 15.474, de 28 de janeiro de 2005. Altera a Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999.

RDC nº. 216 de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

LEI Nº 3.821, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015. Institui o Código Municipal de Saúde do Município de Lagoa Santa, e dá outras providências.

Manual Integrado de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Alimentos. Série A. Normas e Manuais Técnicos, Brasília – DF

2010

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (TÉCNICO EM ENFERMAGEM)

Ética Profissional/Legislação: Código de Ética Profissional do Conselho Federal de Enfermagem, Lei do Exercício Profissional de Enfermagem Nº 7.498/86 (Regulamentada pelo Decreto 94.406/1987), bioética na enfermagem e na área da saúde, direitos dos usuários da área da saúde, doenças sexualmente transmissíveis (DST), doenças de notificação compulsória, prevenção e controle das doenças transmissíveis, doenças crônicas e infectocontagiosas, educação em saúde. Enfermagem médico-cirúrgica: técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais; higienização; administração de medicamentos nas diferentes vias; coleta de material para exame; limpeza, esterilização e desinfecção de materiais médico-hospitalares; prevenção de infecções hospitalares; biossegurança; manejo de sondas, drenos e tubos; punção venosa; realização de curativos e prevenção de feridas; cuidados com ostomias, cuidados com drenos; posicionamento dos pacientes para exames e procedimentos. Cuidados de enfermagem a pacientes com doenças crônicas degenerativas, cuidados paliativos e em oncologia. Cuidados de enfermagem em situações de urgência e



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

emergência (clínicas e cirúrgicas). Cuidados de enfermagem ao paciente dialítico. Cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. Cuidados de enfermagem à saúde do adulto, do idoso, da mulher e da criança. Segurança do paciente.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática. Brasília: Anvisa, 1ª Edição - 2013.

AMERICAN HEART ASSOCIATION. 2015 AHA Guidelines for CPR & ECC.

BRASIL. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Lei do Exercício Profissional Nº 7.498/86. Rio de Janeiro; 1986. Disponível em: <<http://www.portalcofen.gov.br>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. Ações de Enfermagem para o Controle do Câncer: uma proposta de integração ensino-serviço. 2ª ed. Rio de Janeiro: INCA, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes. 1ª ed. 2ª reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília, 2015.

Brunner e Suddarth, Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 2015. 13ª Ed. 2v.

CAMPBELL, Margaret L. Nurse to nurse: cuidados paliativos em enfermagem. Porto Alegre: AMGH, 2011.

COFEN. Resolução Nº 0564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

MINAS GERAIS. Guia curricular: curso técnico em enfermagem. Vol. I.II.III.IV e V / Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte: ESP-MG, 2012. Disponível em: <www.esp.mg.gov.br>.

NETTINA, S. M. Prática de Enfermagem. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

OLIVEIRA, R. G. de. Blackbook pediatria. Belo Horizonte: BlackBook, 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Linhas de cuidado: hipertensão arterial e diabetes. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

PEDROSO, E. R. P.; OLIVEIRA, R. G. de. Blackbook clínica médica: medicamentos e rotinas médicas. Belo Horizonte: 2ª ed. 2014. Blackbook.

PORTARIA nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo e dá outras providências.

SILVA, M. T. et al, Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem. 3ª ed. São Paulo: Martinari, 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (TÉCNICO EM RADIOLOGIA (COM ÊNFASE EM RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA))

Sistema emissor e formação dos raios X. Formação, documentação e qualidade da imagem radiográfica analógica. Processamento do filme radiográfico. Proteção Radiológica. Noções Básicas de Anatomia. Exame Radiográfico: Fatores de exposição radiográfica. Posicionamento. Identificação das Imagens Radiográficas. Realização do exame radiográfico. Técnicas e Procedimentos Radiográficos: Cabeça. Pescoço. Coluna vertebral. Esqueleto torácico e membros superiores. Pelve óssea (bacia) e membros inferiores. Tórax. Abdome. Radiologia Odontológica: Noções de Anatomia. Pontos anatômicos de referência superficial da face. Planos e linhas da face para radiologia odontológica. O aparelho de raios X odontológico. Anteparos geradores da imagem radiográfica e filme radiográfico para radiologia odontológica (sistema analógico). Processamento do filme radiográfico. Incidência periapical. Incidência interproximal (bitewing). Incidência oclusal. Incidências extrabucais. Métodos de localização radiográfica.

REFERÊNCIAS

BIASOLI Jr, Antônio. Técnicas Radiográficas: princípios físicos, anatomia básica, posicionamento, radiologia digital, tomografia computadorizada - 2ª ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2016.

Portaria Nº 453/98 da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de texto. Articulação textual, coesão e coerência textual. Morfossintaxe. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Variação linguística.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto.

NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2012.

SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

MATEMÁTICA e RACIOCÍNIO LÓGICO

Matemática



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Conjunto dos números naturais: operações, divisibilidade, decomposição de um número natural nos seus fatores primos, múltiplos e divisores, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois ou mais números naturais. Conjunto dos números inteiros: operações. Conjunto dos números racionais: propriedades, operações, valor absoluto de um número, potenciação e radiciação. O conjunto dos números reais: números irracionais, a reta real, intervalos. Sistema de medida, sistema métrico decimal, unidade de comprimento, unidades usuais de tempo, razões, proporções, grandezas direta e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta, porcentagem, juros, equações de 1º grau, sistema de equações. Cálculo de área e perímetros de figuras planas. Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos de colunas e tabelas, análise combinatória e probabilidade.

REFERÊNCIAS

DANTE, Luiz Roberto. Matemática – Contexto e Aplicações – Volume Único – 3ª Edição. Editora: Ática.
DANTE, Luiz Roberto. Coleção Teláris Matemática- Volumes; 6ª, 7ª, 8ª, 9ª anos. 2015. Editora Ática.
DOLCE, Osvaldo; IEZZI, Gelson. Matemática - Ciência e Aplicações - Ensino Médio - Vol.1,2 e 3. 5ª Ed. 2010. Editora: Atual.
SMOLE, Kátia Stocco, DINIZ, Maria Ignez – Matemática Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3. 9ª edição. Editora: Saraiva.

Raciocínio Lógico

Sequências Lógicas e lei de formação. Raciocínio lógico quantitativo em sucessões numéricas. Raciocínio lógico numérico e sucessões lógicas. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura destas relações. Conhecimentos de matemática elementar necessários para resolver questões que envolvam estruturas lógicas, lógica de argumentação, lógica das proposições, relações, gráficos e diagramas. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos e geométricos com: Teoria dos Conjuntos (união e intersecção, diagrama de Venn) sequências numéricas;

REFERÊNCIAS

CABRAL, Luis Cláudio; NUNES, Mauro César. Raciocínio lógico e matemática para concursos. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
DANTE, Luiz Roberto. Matemática Contextos e Aplicações. São Paulo: Editora Ática, 2014, vol. 1,2 e 3.
SÁ, Ilydio Pereira de. Raciocínio Lógico: concursos públicos, formação de professores. 1.ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
SERATES, Jonofon. Raciocínio Lógico. 7.ed. Brasília: JONOFON, 1998. Volume I e II.

ATUALIDADES

Atualidades e conhecimentos gerais do Município de Lagoa Santa, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do Município de Lagoa Santa, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil.

REFERÊNCIAS

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).
Livros de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).
Imprensa escrita, falada, televisiva e por internet.
Sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/>
Sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Lagoa Santa: <http://www.cmlagoasanta.mg.gov.br/>
Sítio eletrônico do IBGE relativo ao Município de Lagoa Santa: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-santa/>
Sítio eletrônico Cidade-Brasil, Município de Lagoa Santa: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-lagoa-santa.html>
Sítio eletrônica Estrada real: <http://www.institutoestradaareal.com.br/cidades/lagoa-santa/180>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Conhecimento da legislação municipal no que se refere ao Estatuto do Servidor e o Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo municipal. Lei Orgânica Municipal. Constituição do Estado de Minas Gerais. Constituição da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3.241, de 16 de janeiro de 2012. Lei que dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo do Município de Lagoa Santa, estabelece normas de reequilíbrio, institui nova tabela de vencimentos e dá outras providências.
LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lagoa Santa, de suas autarquias e fundações públicas e dá outras providências.
LAGOA SANTA. Lei Orgânica do Município: Título II: “Da organização político-administrativa do Município”: arts. 14 ao 114.
MINAS GERAIS. Constituição do Estado de 1989: Título II: “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”; Título III: “Do Estado”: arts. 6º ao 51.
BRASIL. Constituição da República: Título I: “Dos Princípios Fundamentais”: art. 1º ao 4º; Título II: “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”: art. 5º, 7º, 12º e 13º; Título III: “Da Organização do Estado”: arts. 29 ao 31 e art. 37.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (TÉCNICO EM INFORMÁTICA)



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows XP, Windows 7 e Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional; organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear). Conhecimentos do ambiente Linux: comandos e configurações básicas.

Editor de texto Microsoft Word 2007, 2010 e 2016: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2007, 2010 e 2016: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados. Software de criação e apresentação de slides PowerPoint 2007, 2010 e 2016: criação, formatação, impressão e utilização de recursos disponíveis para criação e apresentação de slides. Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome e Firefox).

Conceitos de segurança da informação, noções básicas de segurança da informação.

Sistemas de Backup. Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups. Redes de computadores e Internet: Conceitos básicos. Principais conceitos de Internet. Infraestrutura física para redes. Topologias de rede. Interconexão de redes. Equipamentos (gateways, hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores).

REFERÊNCIAS

Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.

Manuais on-line do Microsoft Excel. - <https://support.office.com/pt-BR/Excel>

Manuais on-line do Microsoft Word. - <https://support.office.com/pt-BR/Word>

Manuais on-line do Microsoft PowerPoint - <https://support.office.com/pt-BR/PowerPoint>

Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. - <https://support.microsoft.com/pt-br>

Manuais on-line do Sistema Operacional Linux. Disponível em: <www.linux.com>

Manual on-line do Internet Explorer 8.0 ou superior. - <https://support.microsoft.com/pt-br/products/internet-explorer>

Manuais on-line do Google Chrome. - <https://support.google.com/chrome/?hl=pt-BR>

Manuais on-line do Mozilla Firefox. - <https://support.mozilla.org/pt-BR/>

Manual do Microsoft Office - <https://support.office.com/pt-br>

TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores. 4ª ed. São Paulo: Pearson, 2003.

NÍVEL SUPERIOR/SUPERIOR EDUCAÇÃO

LÍNGUA PORTUGUESA (Para todos os cargos de nível Superior/Superior Educação)

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de texto. Articulação textual, coesão e coerência textual. Morfossintaxe. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Variação linguística.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

BAGNO, Marcos. Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto.

NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2012.

SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

ATUALIDADES (Para todos os cargos de nível Superior/Superior Educação)

Atualidades e conhecimentos gerais do Município de Lagoa Santa, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do Município de Lagoa Santa, do Estado de Minas Gerais, e do Brasil.

REFERÊNCIAS

Livros de História de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Livros de Geografia de Minas Gerais e do Brasil (didáticos, paradidáticos, ensaísticos ou científicos).

Imprensa escrita, falada, televisiva e por internet.

Sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/>

Sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Lagoa Santa: <http://www.cmlagoasanta.mg.gov.br/>

Sítio eletrônico do IBGE relativo ao Município de Lagoa Santa: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lagoa-santa/>

Sítio eletrônico Cidade-Brasil, Município de Lagoa Santa: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-lagoa-santa.html>

Sítio eletrônico Estrada real: <http://www.institutoestrada-real.com.br/cidades/lagoa-santa/180>

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Para todos os cargos de nível Superior/Superior Educação)

Noções de Direito: Direito Constitucional: conceito, classificação, interpretação e eficácia das normas constitucionais. Poder constituinte. Direitos e garantias fundamentais. A organização do Estado e dos poderes na Constituição Brasileira de 1988. Normas constitucionais pertinentes aos municípios. Autonomia municipal. Organização do município. Lei orgânica do Município de Lagoa

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA**

Santa. Direito administrativo: Administração Pública: conceito e princípios regentes. Organização administrativa: Administração Pública Direta e Indireta. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, validade e extinção. Contrato administrativo: conceito e características. Licitação Pública: princípios, modalidades, tipos e procedimento. Servidor público: classificação, regimes e normas constitucionais. Estatuto dos Servidores Públicos de Lagoa Santa, suas autarquias e fundações públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais: Título III, Capítulo I, Seções I a V.

LAGOA SANTA. Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa.

LAGOA SANTA. Lei nº 3.242/2012, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Lagoa Santa, de suas autarquias e fundações públicas.

LAGOA SANTA. Legislação municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/mg/lagoa-santa>

SUPERIOR EDUCAÇÃO**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (BIBLIOTECÁRIO)**

Bibliotecas e unidades de informação: conceitos, funções, objetivos, finalidades, usuários. A biblioteca no contexto da escola. Atendimento à comunidade de usuários. Acesso e disseminação da informação. Educação do usuário. Competência informacional e construção do conhecimento. Mediação da informação e da leitura. Formação do leitor e atividades culturais. Gestão de bibliotecas e unidades de informação. Produtos e serviços. Recursos informacionais. Bibliotecas digitais, redes e sistemas de informação. Formação e desenvolvimento de coleções. Representação descritiva de documentos. Conceitos, princípios, processos, funções e instrumentos. Formatos de intercâmbio. Catálogos em linha. Representação temática de documentos. Conceitos, princípios, processos, funções e instrumentos. Normalização de documentos.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. P. S.; SILVA, R. J. Vlogs e o incentivo à formação de leitores. Biblioteca Escolar em Revista. Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 43-63, 2018.

AGANETTE, E. C. ; TEIXEIRA, L. M. D. ; AGANETTE, K. J. P. A representação descritiva nas perspectivas do século XXI um estudo evolutivo dos modelos conceituais. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 176-187, set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p176/34701>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BASTOS, D. R.; SANTOS, A. O, K. ; SANTOS, K, N, S. Fundamentos teóricos da representação do conhecimento e da informação: uma discussão sobre o indexador. Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib., João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 229-235, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/34806/17956>>. Acesso em: 04 out. 2018.

FRANÇA, J. L. et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 9ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

GUIM, V. L. R.; FUJITA, M, S. Bibliotecas escolares e as linguagens de indexação. Biblioteca Escolar em Revista. Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 75-93, 2016.

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR; FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (TRAD). Código de catalogação anglo-americano. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 2004

LEMO, A. A. B. de. Bibliotecas. In: CAMPOLLO, B.; CALDEIRA, P. T. (Orgs.). Introdução às fontes de informação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACIEL, A.C.; MENDONÇA, M.A.R. Bibliotecas como organizações. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

NOVELLETO, D. G. G.; VIANNA, W. B.; DUTRA, M, L. Gestão da informação por meio físico e digital em biblioteca escolar: identificação de interesses dos usuários e tomada de decisão. Biblioteca Escolar em Revista. Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 53-74, 2016.

OLIVER, Chris. Introdução à RDA: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2011.

SOUZA, B. P. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 238-254. (Ed. especial do XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 2015). Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd>> . Acesso em: 04 out. 2018.

SOUTO, L. F. Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2010

TAMMARO, A. M.; SALARELLI, A. A. A biblioteca digital. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

ZAFALON, Z. R. et al. Scan for Marc: conversão de registros em fichas para o formato MARC 21 bibliográfico. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 595-612. (Ed. especial do XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 2015). Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/545/453>> Acesso em: 04 out. 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PEDAGOGO)

A formação de professores. A prática pedagógica: construção curricular, planejamento, métodos, avaliação, relações sociais na escola, organização do trabalho pedagógico. As concepções de aprendizagem e as práticas pedagógicas. Avaliação da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV. Construção e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola. Educação inclusiva.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Filosofia, sociologia e história da educação. Gestão democrática na escola. Interação escola-família. Legislação educacional. Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa/MG. Art. 13 e parágrafo único, artigo 83 parágrafos 1º ao 6º; artigo 87; Subseção VI – artigo 88, parágrafos 1º e 2º; artigo 135; artigo 139; artigo 140 e artigo 141. Novas tecnologias na educação. O papel do pedagogo na organização do trabalho pedagógico na escola. Projeto Alfalettar (alfabetização, letramento e formação docente): princípios, diretrizes, metodologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: de 05 de outubro de 1988. Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Em especial, os artigos 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38 e 61.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 out. de 2015.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB – e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica SEESP/GAB n. 19/2010, de 08 de setembro de 2010. Profissionais de Apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em escolas comuns da rede pública de ensino. Disponível em: < https://pt.slideshare.net/Vania_Porto/nota-tecnica-19-2010-mecseesp-gab1>. Acesso em: 16 out. 2018.

CANDAU, Vera Maria. Escola, inclusão social e diferenças culturais. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. UNICAMP, Campinas, 2012. Disponível em:

<http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/0019s.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

CARRARA, Kester (Org.) Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2008.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Orgs). Interação escola-família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001877/187729por.pdf>>. Acesso em: 15 out. 201.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca – Espanha. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 15 out. 2018.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

ESTANISLAU, G.M.; BRESSAN, R.A. (Org). Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed; 2014.

LAGOA SANTA (MG). Decreto n. 3.307, de 15 de março de 2017. Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa Educação Integral em Tempo Integral. Disponível em: < <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-decretos/category/283-2017-decretos?limit=10&start=190>>. Acesso em: 16 de out. 2018.

_____. Lei municipal n. 3163 de 07 de junho de 2011. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do município de Lagoa Santa.

Disponível em: < <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-leis/category/99?limit=10&start=70>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.

_____. Lei municipal n. 3357 de 28 de dezembro de 2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral, altera o Projeto de Educação em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento. Disponível em: < <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-leis/category/181>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

_____. Lei orgânica do município de Lagoa Santa/MG, de 04 de maio de 1990. Art. 13 e parágrafo único, artigo 83 parágrafos 1º ao 6º; artigo 87; Subseção VI - artigo 88, parágrafos 1º e 2º; artigo 135; artigo 139; artigo 140 e artigo 141. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-lagoa-santa-mg>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2006

LUCKESI, Cipriano. Filosofia da educação. São Paulo: Cortez, 1994.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE. Disponível em: < <http://www.simave.caedufjf.net/>>. Acesso em: 16 out. 2018.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE n. 2197, de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências e suas alterações. Disponível em: < <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2197-12-r.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018

_____. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 2843, de 13 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a organização e funcionamento da Educação de Jovens e Adultos/EJA – cursos presenciais, nas escolas da rede pública estadual de MG. Disponível em: < <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2843-16-r.pdf> >. Acesso em: 16 de out. de 2018.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Ofício Circular n. 211/2014 - Orienta sobre a operacionalização da progressão parcial, dos estudos independentes e de outros dispositivos previstos na Resolução SEE Nº 2197/2012. Disponível em: < <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmVqY2dvczR8Z3g6ZjA3ZjY0ODdjMThjNGN> m>. Acesso em: 16 out. 2018.

MIZUKAMI, Maria das Graças N°. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 16. ed. São Paulo: Papirus, 2009.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ORTEGA, Rosario; DEL REY, Rosario. Estratégias educativas para a prevenção da violência. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: < <http://www.ucb.br/sites/100/127/documentos/livro2.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018

PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PROJETO ALFALETRAR. Disponível em: < www.alfaletrar.org.br >. Acesso em: 16 de out. de 2018.

RANGEL, Mary. (Org). Supervisão pedagógica: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2005.

SANMARTÍ, Neus. Avaliar para aprender. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. Campinas, SP: 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html> Acesso em: 16 out. 2018.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da; RANGEL, Mary. Nove olhares sobre a supervisão. 9. ed. Campinas: Papirus, 2003.

STERNBERG, Robert J.; GRIGORENKO, Elena L. Inteligência plena: ensinando e incentivando a aprendizagem e a realização dos alunos. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 16. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VEIGA, Ilma Passos. Repensando a didática. São Paulo: Campinas, Papirus, 1993.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PSICOPEDAGOGO)

O desenvolvimento da criança nos aspectos biológico, afetivo e cognitivo. O lugar do corpo no aprender. O lugar da inteligência e do desejo na aprendizagem. Causas biopsicossociais das dificuldades de aprendizagem. Prevenção das dificuldades de aprendizagem. Transtornos Específicos de Aprendizagem: dislexia, disgrafia e discalculia. Especificidades do sintoma escolar. Família e aprendizagem. Modalidade de aprendizagem. Olhar e escuta psicopedagógicas. A capacidade atencional, a gestualidade e o brincar. Modalidades atencionais. Técnicas projetivas psicopedagógicas. O método clínico piagetiano na avaliação do estágio cognitivo. Avaliação do nível pedagógico: leitura, escrita e matemática. O grupo operativo ajudando a vencer as dificuldades de aprendizagem escolar. Educação e diversidade. Inclusão de alunos com deficiência em classes regulares dos sistemas de ensino. Política Nacional de Educação Especial. Princípios e fundamentos da Educação Especial. Currículo e ensino em Educação Especial. Mapeamento institucional: diagnóstico e intervenção psicopedagógicas em instituições escolares.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 02 de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC: Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 4 de 13 de julho de 2010. 4/2009. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 out. 2018.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- BOSSA, Nádia A. Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BOSSA, Nádia A.; OLIVEIRA, Vera Barros de (orgs.) Avaliação psicopedagógica da criança de sete a onze anos. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FERNÁNDEZ, Alicia. Atenção aprisionada: psicopedagogia da capacidade atencional. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 23 ed. São Paulo: Summus, 1992.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE/MG n. 2.197 de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: < <https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/resoluc3a7c3a3o-see-nc2ba-2-197-de-26-de-outubro-de-2012.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.
- PAIN, Sara. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
- PORTO, Olívia. Psicopedagogia Institucional: teoria, prática e Assessoramento psicopedagógico. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- ROTTA, T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. (Eds.). Transtornos de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. Ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 2015.
- SAMPAIO, Simaia. Manual prático do diagnóstico psicopedagógico clínico. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.
- SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. Dificuldades de aprendizagem de A a Z: guia completo para educadores e pais. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- VISCA, Jorge. O diagnóstico operatório na prática psicopedagógica – partes I e II. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2009.
- WEISS, Maria Lúcia L. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica. 12. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- WEISS, Maria Lúcia L.; WEISS, Alba. Vencendo as dificuldades de aprendizagem escolar. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROFESSOR A)

Legislação brasileira e políticas públicas para a Educação. Base nacional comum curricular. O cuidar e o educar na Educação Infantil. Organização do trabalho pedagógico na Educação Básica. Planejamento e avaliação da aprendizagem na Educação Básica. Alfabetização, letramento e conhecimentos da Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Alfabetização Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Alfabetização e letramento científico nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Diversidade, inclusão e relações étnico-raciais na educação. Educação de jovens e adultos e inclusão social

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. CNE/CEB. Brasília, DF. 2001. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII; Título IV; Título VIII Art. 205 a 214. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: out. 2018.
- Brasil. Lei n.º 8.069/1990. Estatuto da criança e do adolescente. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, DF, 1990. Versão atualizada. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: out. 2018.
- BRASIL. Lei nº 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm> Acesso em: out. 2018.
- BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf> Acesso em: out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial. Gabinete. Nota Técnica nº 19/2010. Assunto: Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília, DF. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei Federal n.º 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Versão atualizada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm> Acesso em: out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf> Acesso em: out. 2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Caderno 2 - A criança no Ciclo de Alfabetização. Brasília: MEC, SEB, 2015. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/57-a-crianca-no-ciclo-de-alfabetizacao>> Acesso em: out. 2018.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Caderno 7 - Alfabetização matemática na perspectiva do letramento. Brasília: MEC, SEB, 2015. Disponível em: <



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

<http://pacto.mec.gov.br/materiais-listagem/item/62-caderno-7-alfabetizacao-matematica-na-perspectiva-do-letramento>> Acesso em: out. 2018.

BRESSOUX, Pascal. As pesquisas sobre o efeito-escola e o efeito-professor. Educação em Revista, Belo Horizonte, FAE/UFMG, n. 38, p. 17-88, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Pascal_Bressoux/publication/271134780_As_pesquisas_sobre_o_efeito-escola_e_o_efeito-professor/links/54be7b690cf218d4a16a6433/As-pesquisas-sobre-o-efeito-escola-e-o-efeito-professor.pdf> Acesso em: out. 2018

CASSIANO, Janair; ARAUJO Eliana Pereira. O Projeto Alfabetrar na Rede Municipal de Lagoa Santa – MG: elementos centrais “Alfabetrar”. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 838-856, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10762/209209210248>> Acesso em: out. 2018.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. 72 p. - (Coleção Alfabetização e Letramento). Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%20Metodos_didaticas_alfabetizacao.pdf> Acesso em: out. 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

LAGOA SANTA. Decreto nº 3307/2017. Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa Educação Integral em Tempo Integral, e dá outras providências. Lagoa Santa, MG, 2017. Disponível em: <<https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/listoffiles0/category/283-2017-decretos?limit=10&start=190>> Acesso em: out. 2018.

LAGOA SANTA. Lei nº 3163/2011. Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas do município de Lagoa Santa. Lagoa Santa, MG, 2011. Disponível em: <<https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-leis/category/99?limit=10&start=70>> Acesso em: out. 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Currículo na educação infantil: dos conceitos teóricos à prática pedagógica. In: SANTOS, Marlene Oliveira dos; SOUZA, Maria Izabel (orgs). Educação infantil os desafios estão postos e o que estamos fazendo? Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36701-livro-proinfancia-bahia-mec-ufba-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192> Acesso em: out. 2018.

PERRENOUD, Phillipe. Introdução: A avaliação entre duas lógicas. In: PERRENOUD, Phillipe. Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre, Artmed, 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas públicas e qualidade da educação infantil. In: SANTOS, Marlene Oliveira dos; SOUZA, Maria Izabel (orgs). Educação infantil os desafios estão postos e o que estamos fazendo? Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36701-livro-proinfancia-bahia-mec-ufba-pdf&category_slug=marco-2016-pdf&Itemid=30192> Acesso em: out. 2018.

SOARES, Magda; Secretaria de Educação do Município de Lagoa Santa. Projeto Alfabetrar, 2018. ALFALETRAR é um verbo criado especialmente para expressar a concepção de ensino que fundamenta o Projeto. Disponível em: <www.alfaletrar.org.br>. Acesso em: out. 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROFESSOR B – ARTE)

Arte, educação e currículo - Plano de ensino, orientações didático-pedagógicas segundo os PCN e a BNCC. Artes integradas em experiências individuais e coletivas - possíveis diálogos que ultrapassam a sala de aula. Campos conceituais da Arte, alfabetização estética e cultural - Articulação da escola com famílias e comunidade. Desenho, uma expressão simbólica na representação de emoções, sentimentos e ideias - Diversidade e superação. Função da Arte na perspectiva multicultural - tendências contemporâneas da expressão criadora na Educação. História da Arte e História do ensino da Arte – Conceitos, Técnicas, Movimentos artísticos e seus percursos e expoentes no Brasil e no mundo. Integração e inclusão do aluno por meio da vivência artística - Metodologia de ensino e aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Brasília, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp->

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental-Livro 06 - Brasília: MEC/SEF, 1997. (site MEC)

MARTINS, Mirian Celeste, PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. Teoria e Prática do Ensino de Arte - A língua do mundo. SP: Ed. FTD, 2009

MENDONÇA, Victor – OUTRO OLHAR – Reflexões de um autista. Ed. Manduruvá, BH, 2015

MEIRA, Béa; PRESTO, Rafael; SOLER, Sílvia. PERCURSOS DA ARTE – Manual do Professor – Ensino Médio Arte. (PDF gratuito) www.scipioneatica.com.br/percursosarte_MPPMLD2018/#16

ROMANO, Raquel. Alfabetização Cultural. BH: Ed. Aquarela, 2012

LDBEN: Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Em especial, os artigos 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37 e 61.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROFESSOR B – CIÊNCIAS)

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA**

Práticas de ensino de Ciências: o papel da experimentação, uso de novas tecnologias, abordagens sociointeracionista e construtivista. Seres vivos: taxonomia e história natural de Moneras, Fungos, Protistas, Animais e Plantas. Teoria da evolução dos seres vivos: darwinismo. Corpo humano: funções de nutrição, regulação, sustentação e movimento, reprodução e sexualidade (prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e Aids, prevenção da gravidez indesejada). Saúde: promoção da saúde, prevenção de doenças humanas infecciosas e parasitárias. Ecologia: relações ecológicas, relações alimentares nos ecossistemas, biomas brasileiros. Educação ambiental: questões socioambientais atuais (aquecimento global e mudanças climáticas, escassez de água, perda de solo fértil, poluição atmosférica, destinação de resíduos). Geologia: constituição da Terra, tectônica de placas, fenômenos sísmicos, formação e transformação do solo. Astronomia: sistema Sol-Terra-Lua. Materiais: modelo de partículas, propriedades, usos e transformações. Reações químicas. Movimento, velocidade e aceleração de corpos. Eletricidade: fenômenos elétricos, geração de energia elétrica, prevenção de acidentes envolvendo eletricidade.

REFERÊNCIAS

- AKATU. Consumo consciente para um futuro sustentável. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- BAQUERO, R. Vygotsky e a aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Ática.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais 5ª a 8ª séries. V. 1, 4, 10.1, 10.3, 10.4 e 10.5. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/pcn/pcn-parametros-curriculares-nacionais-do-6-ao-9-ano>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: UNESCO.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- CARVALHO, A. M. Ciências no Ensino fundamental: o conhecimento físico. São Paulo: Scipione.
- CARVALHO, A.; SALLES, F. GUIMARÃES, M. (Org.). Adolescência. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- COLL, C. S. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artes Médicas.
- DEPARTAMENTO DE ASTRONOMIA DA UFRGS. Disponível em: <<http://astro.if.ufrgs.br>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- DOCA, R.H.; VILLAS BOAS, N.; BISCUOLA, G.J. Tópicos de Física 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva.
- EDIÇÕES SM (Org.). Ser Protagonista Box: Química. São Paulo: Edições SM.
- EICHHORN, S. E.; EVERT, R. F.; RAVEN, P. H. Biologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- FRIAÇA, A. C. S.; DAL PINO, E.; SODRÉ JR., L.; JATENCO-PEREIRA, V. (Org.). Astronomia: uma visão do Universo. São Paulo: Editora da USP.
- FROTA-PESSOA. O. Os caminhos da vida. v. I, II e III. São Paulo: Scipione.
- HEWITT, P. Física conceitual. Porto Alegre: Bookman.
- LIMA, M. E. C. C.; BRAGA, S. A. M.; AGUIAR JÚNIOR, O. Aprender ciências: um mundo de materiais. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Livro do aluno e do professor.
- MATEUS, L. A. A química na cabeça. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- MEYER, D.; EL-HANI, C. N. Evolução: o sentido da Biologia. São Paulo: UNIFESP.
- MONTEIRO, J. H. P. et al. Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro: IBAM. Disponível em: <<http://www.resol.com.br/cartilha4/manual.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- MORAIS, M. B.; ANDRADE, M. H. P. Ciências: ensinar e aprender. Belo Horizonte: Dimensão.
- PINOTTI, R. Educação ambiental para o século XXI – eBook. São Paulo: Blucher.
- POUGH, F. H. et al. A vida dos vertebrados. São Paulo: Atheneu.
- PURVES, W. K.; SADAVA, D.; ORIAN, G.H.; HELLER, H. C. Vida: a ciência da Biologia: v. I, II e III. Porto Alegre: Artmed.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA. Física na Escola. Disponível em: <<http://www.sbfisica.org.br/fne/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA. Química Nova Interativa. Disponível em: <<http://qnint.sbfisica.org.br/novo/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA. Química Nova na Escola. Disponível em: <<http://qnesc.sbfisica.org.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- TEIXEIRA, Wilson et al. (Org.) Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de textos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROFESSOR B – EDUCAÇÃO FÍSICA)

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais. Habilidades e Eixos temáticos da Educação Física nos segmentos Infantil, Fundamental e Médio. A História da Educação Física e do Esporte no Brasil: panorama, perspectivas e proposta. A Educação Física como área de conhecimento escolar. Competências para ensinar. Princípios pedagógicos. A Educação Física como componente curricular. Conhecimentos e conteúdos específicos da Educação Física. Motricidade Humana: a complexidade e a práxis educativa. Educação Física e inclusão escolar: relações étnico-raciais, gênero, pessoa com deficiência. A integração escolar e social da pessoa com deficiência. Eixos e capacidades a serem desenvolvidas em Educação Física. Conhecimentos fisiológicos do corpo em movimento. Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho. Planejamento das aulas de Educação Física. Como avaliar as aulas de Educação Física. Relação da Educação Física com o lazer e educação. Ensino de jogos / brincadeiras, esportes, danças, ginástica, lutas, expressão corporal, lazer e educação física escolar. Práticas corporais e de Aventura. Saúde, alimentação e qualidade de vida.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Decreto Municipal 3307 para atendimento de alunos no Programa Educação Integral em Tempo Integral. ~~Lei Municipal nº 3357/2012 e Lei complementar nº 4109/2017.~~ Lei Municipal nº 3357/2012 e Lei Municipal nº 4109/2017.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Cláudio Luis de Alvarenga. Educação Física e didática. Editora: Vozes; 4ª Edição (2014).
- BRACHT, V. Corporeidade, cultura corporal, cultura de movimento ou cultura corporal de movimento? In: NÓBREGA, T. P. (Org.). Epistemologia, saberes e práticas da educação física. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 30 set. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CAMPOS, C. M. Saberes docentes e autonomia dos professores. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.
- CASTELLANI FILHO, Lino. A educação física no Brasil: a história que não se conta. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- DARIO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. Educação Física na Escola: Implicações Para a Prática Pedagógica. Editora: Editora Guanabara Koogan; 2ª Edição (2011).
- Decreto nº 3307, de 15 de março de 2017. Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa Educação Integral em Tempo Integral.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia – saberes necessários a prática educativa; São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRECO, Pablo Juan. Iniciação Esportiva Universal – Volume 2. Metodologia da Iniciação Esportiva na Escola e no Clube. Editora UFMG, 1988.
- GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FRAGA, Alex Branco. Afazeres da Educação Física na Escola: planejar, ensinar, partilhar. Erechim: Edelbra, 2012. (Entre nós – anos finais do ensino fundamental, v. 3.)
- GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. Atividade Física Adaptada: Qualidade de Vida para Pessoas com Necessidades Especiais. Editora: Manole; 2ª Edição (2008).
- JANUZZI, Gilberta (2006) A educação do deficiente no Brasil – dos primórdios ao início do século XXI - 2ª ed. – Campinas: Autores Associados.
- ~~Lei Municipal nº 3357/2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento e a complementar (Lei nº 4109/2017).~~
- Lei Municipal nº 3357/2012 que Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento com as alterações realizadas pela Lei Municipal nº 4109/2017.
- LEUCAS, Cláudia Barsand de. Educação física e inclusão. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v.18, n. 104, p. 22-27 mar./abr, 2012.
- MARCASSA, L. Lazer – Educação. In: GOMES, C. L. (Org.). Dicionário crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MALANCHEN, J. Cultura, Conhecimento e currículo: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2016.
- Mc ARDLE, William D; KATCH, Frank I; KATCH, Victor L. Fisiologia do exercício. Energia, nutrição e desempenho humano. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- MONTOAM, MARIA TEREZA EGLER e colaboradores, A Integração de pessoas com deficiência - editora Memnon edições científicas Ltda, 1997.
- NOVELLIN, Rodolfo; GRECO, Pablo Juan (Org.). Iniciação Esportiva Universal – Volume 1. Da Aprendizagem Motora Ao Treinamento Técnico. Editora UFMG, 1998.
- PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- PLOWMAN, S.A.; SMITH, D.L. Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- SILVA, Cinthia Lopes da. Lazer e Educação Física: Textos didáticos para a formação de profissionais do lazer. Campinas, SP: Papirus, 2012. Coleção (Fazer/Lazer).
- SILVA, João Bosco da. Educação Física, esporte, lazer: aprender a aprender fazendo. Londrina: Lido, 1995.
- TUBINO, M. As teorias da educação física e do esporte. São Paulo: Manole, 2002.
- ZABALA, A. A prática educativa: Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- WERNECK, C. L. G. e ISAYAMA, H. F. (Org.). Lazer, recreação e educação física. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROFESSOR B – ENSINO RELIGIOSO)

História do Ensino Religioso no Brasil. Ensino Religioso na Legislação brasileira. Base Nacional Comum Curricular: a área de Ensino Religioso. O fundamento epistemológico do Ensino Religioso. Diversidade Religiosa e Direitos Humanos. Fundamentalismo Religioso e Intolerância Religiosa. As religiões de matrizes africanas. O monoteísmo: judaísmo, cristianismo e islamismo. Posturas religiosas ou filosóficas: deísmo, panteísmo, agnosticismo e ateísmo. Tradições Religiosas e sua organização: mitos, símbolos, ritos e lugares sagrados.

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, K. Uma história de Deus - Quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Brasília, 2017. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- COSTELLA, Domenico. O Fundamento epistemológico do Ensino Religioso. In JUNQUEIRA, Sergio Azevedo & WAGNER, Raul. (org). O Ensino Religioso no Brasil. (Coleção Educação Religiosa 5). Curitiba: Editora Champagnat, 2011. Páginas 129-142. Disponível em http://www.fonaper.com.br/noticias/38_livro_ensino_religioso_no_brasil.pdf
- COULIANO, Ioan & ELIADE, Mircea. Dicionário das Religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- Diversidade Religiosa e Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2004. Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_sedh_diversidade_religiosa.pdf
- GÓIS, Aurino José. As religiões de matrizes africanas: o Candomblé, seu espaço e sistema religioso. Horizonte, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 321-352, jan./mar. 2013 – ISSN 2175-5841. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/4782>
- JUNQUEIRA, Sergio Azevedo. A presença do Ensino Religioso no contexto da educação. In JUNQUEIRA, Sergio Azevedo & WAGNER, Raul. (org). O Ensino Religioso no Brasil. (Coleção Educação Religiosa 5). Curitiba: Editora Champagnat, 2011. Páginas 27-54. Disponível em http://www.fonaper.com.br/noticias/38_livro_ensino_religioso_no_brasil.pdf
- O Livro das Religiões. São Paulo: Globo Livros, 2014. 352p.
- PIAZZA, W. Religiões da humanidade. São Paulo: Loyola, 1997.
- Revista Senso. Religiões de Matriz Africana. Belo Horizonte: Revista Senso. Abril/Maio. Edição nº 1.2017. Disponível em <https://revistasenso.com.br/edicao-01-abril-maio/>
- RODRIGUES, Denise dos Santos. O dilema contemporâneo do fundamentalismo: do extremismo à intolerância. Maringá: Revista Espaço Acadêmico, Edição 206 – julho/ 2018. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43584/751375137900>
- SILVA, Antonio Ozaí da. O que é intolerância religiosa. Maringá: Revista Espaço Acadêmico, Edição 208 – setembro/2018. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42312/751375137520>
- WILKINSON, Philip. Religiões. Guia ilustrado Zahar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROFESSOR B – GEOGRAFIA)

Geografia Geral: I. O planeta Terra: a) O planeta no Sistema Solar. b) Zonas térmicas da Terra. c) Movimentos da Terra e suas consequências. II. Cartografia: a) Orientação e localização. b) Coordenadas geográficas. c) Fusos horários. d) Escala. e) Projeções cartográficas. f) Mapas topográficos. g) Sensoriamento Remoto. III. Geologia e Recursos Naturais: a) Estrutura interna da Terra. b) Coluna geológica. c) Deriva dos Continentes e Tectônica de Placas. d) Abalos sísmicos e suas consequências. e) Vulcanismos e suas consequências. f) Ciclo das rochas. g) Recursos minerais. h) Estrutura geológica. IV. Geomorfologia: a) Agentes construtores. b) Intemperismo e erosão. c) Formas de relevo.

d) Relevo submarino. V. Climatologia: a) Elementos do clima. b) Fatores do clima. c) Fenômenos climáticos: ilha de calor, efeito estufa, chuva ácida, inversão térmica, El Niño e La Niña. VI. Vegetação, conservação e degradação do meio ambiente: a) Classificação da vegetação (quanto à luminosidade, à temperatura, à umidade, à estratificação, à folhagem, às raízes). b) Biomas terrestres e paisagens naturais. c) Impactos ambientais antrópicos ao meio ambiente. d) Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

VII. Recursos hídricos: a) Ciclo da água. b) Disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos. c) Bacias hidrográficas. Geografia Humana: I. População: a) Indicadores demográficos. b) Teorias demográficas. c) Distribuição espacial do crescimento da população. d) Fluxos migratórios contemporâneos. e) Crescimento da demanda mundial de alimentos. f) Fome no século XXI. II. Atividades econômicas: a) Agricultura. b) Indústria. c) Comércio e serviços. III. Regionalizações do mundo: IV. Mundo globalizado

a) Organizações supranacionais. b) Efeitos socioeconômicos da globalização. Geografia Do Brasil: I. A natureza do território: a) Geologia. b) Relevo. c) Clima. d) Vegetação. e) Rede hidrográfica. II As políticas energéticas: a) Exploração dos recursos minerais. b) Matriz energética brasileira. III. Ocupação do espaço brasileiro: a) Agricultura e questão agrária. b) Espacialização da indústria a partir da segunda metade do século XX. c) Evolução da atividade industrial. d) O processo de urbanização no Brasil. e) A população brasileira: comportamento demográfico e distribuição espacial. IV. As diferentes propostas de regionalização do Brasil: a) do IBGE. b) de Pedro Geiger. c) de Milton Santos. Geografia Regional: I. América Latina: a) Formação territorial da América Latina: diferenças advindas do processo de colonização. b) Formação dos Estados latino-americanos. c) Aspectos naturais. d) Regionalização. e) Atuação de blocos econômicos.

f) Instabilidades político-econômicas contemporâneas. II. América Anglo-Saxônica: a) Formação Territorial da América Anglo-Saxônica. b) Aspectos naturais. c) Economia dos Estados Unidos da América: setores primário, secundário e terciário. d) Poderio econômico e militar dos Estados Unidos da América. III. África: a) Imperialismo e partilha da África. b) Aspectos naturais. c). Política e economia regional africana. d) Conflitos atuais de ordens diversas. IV. Europa: a) Formação Territorial do continente europeu. b) Aspectos naturais. c) Blocos econômicos. d) Conflitos atuais de ordens diversas. V. Ásia: a) Aspectos naturais. b) China. c) Índia. d) Japão. e) Tigres Asiáticos.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. Os domínios de natureza no Brasil - potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ADAS, M. Panorama geográfico do Brasil. 4ª ed.: Moderna, 2004.
- ANDRADE, M. C. Questão do território no Brasil. São Paulo/Recife: Hucitec-IPESPE, 1995.
- AYOADE, J. O. Introdução à Climatologia para os Trópicos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- AZEVEDO, A. O Brasil e suas regiões. Companhia Editora Nacional, 1971.
- CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas – Uma introdução à geografia física. 7ª ed. Tradução: Francisco Eliseu Aquino et al. Porto Alegre: Bookman, 2012. 728 p.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984.
GUERRA, A. T., CUNHA, S.B. (orgs.). Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.
PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. H. Para entender a Terra. 4ª ed. Bookman. Porto Alegre: 2006. 656 p.
ROSS, J. L. Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.
SADER, E.; JINKINGS, I.; MARTINS, C. E. Y NOBILE, R. Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe, São Paulo, Boitempo, 2006.
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Ministério do Meio Ambiente.
VISENTINI, P. F. G.; RIBEIRO, L. D. T.; PEREIRA, A. D. História da África e dos Africanos. Petrópolis: Vozes, 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROFESSOR B – HISTÓRIA)

História do ensino História. Questões curriculares no ensino de História. Prática de ensino de História. Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena. História do Brasil. História do Brasil Colônia. História do Brasil Império. História do Brasil República. História Contemporânea

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha & MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. <http://www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/01.pdf>
AYRES, Ivonir Rodrigues; CAINELLI, Marlene Rosa. Diálogos curriculares com o ensino de História na EJA. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, 2014. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_hist_artigo_ivonir_rodrigues_ayres.pdf
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes O ENSINO DE HISTÓRIA PARA POPULAÇÕES INDÍGENAS. Em aberto, Brasília, ano 14, n. 63, jul/set 1994. <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1982/1951>
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2006.
FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3738
FERNANDES, José Ricardo Oria. Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567.pdf>
FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História e Ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
GUIMARÃES, Selva. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas, SP, Papirus, 2012.
HERNADEZ, Leila Leite. A África na sala de aula. Visita à História contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
LOPES, Ana Mônica; ARNAUT, Luiz. História da África, uma introdução. Belo Horizonte: Crosálida, 2005.
MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Golpes na História e na Escola. O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez editora, 2017.
MAGALHÃES, Marcelo (et al.). Org. Ensino de história: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.
MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Introdução à História dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
NICODEMOS, Alessandra. O ensino de História na EJA: o legado da educação popular e os desafios docentes na formação do aluno jovem trabalhador. http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371350734_ARQUIVO_ANPUH2013-ALESSANDRANICODEMOSLIVEIRASILVA-TC1-ALTERADO_1_.pdf
PACHECO, Ricardo de Aguiar. O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus. <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304022012063/2157>
PARADA, Maurício. Formação do Mundo Contemporâneo. Petrópolis: Vozes
PEREIRA, Júnia Sales. Diálogos sobre o Exercício da Docência recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/15073/11515>
PEREIRA, Júnia Sales e CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. Sentidos dos tempos na relação museu/escola. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n82/08.pdf>
SCHWARCZ, Lília Moritz (Direção). História do Brasil Nação: 1808-2010. 5 volumes. Rio de Janeiro: Objetiva; Fundación MAPFRE, 2012-2014.
SCHWARCZ, Lília Moritz & STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Cia. das Letras, 2015
SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. Memória d’África. A temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez editora, 2007.
SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. <https://rhjh.anpuh.org/RHHJ/article/view/48/38>
SOUZA, Marina de Mello e. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África. <https://rhjh.anpuh.org/RHHJ/article/view/3/7>
Documentos: Legislação nacional, estadual e municipal acerca da responsabilidade pública com a oferta da educação de qualidade, atendendo à comunidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROFESSOR B – INGLÊS)

Compreensão (análise e síntese) de texto. Identificação e reconhecimento do vocabulário. Textos literários, jornalísticos, literatura da linguística aplicada ao ensino de língua estrangeira. Compreensão do sentido global, inferência, coesão, coerência e a localização



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

de determinada ideia no texto. Conhecimento das estruturas básicas da língua: Modificadores (modifiers), Referência pronominal, Uso de pronomes, Discurso indireto, Orações subordinadas, Ordem das palavras na oração, Formação de palavras – processo de derivação e composição. O sistema verbal – formas, uso e voz. Adjuntos e preposições. Gênero, número e caso dos substantivos.

REFERÊNCIAS

CELCE-Murcia, Marianne & LARSEN-FREEMAN, Diane. The Grammar Book – Second Edition. Boston: Heinle-Thomson, 1999.
LEECH, Geoffrey & SVARTVIK, Jan. A Communicative Grammar of English – Second Edition. New York: Longman Group, 1994.
Murphy, Raymond. English Grammar in Use. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press, 1980.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROFESSOR B – MATEMÁTICA)

Linguagem dos conjuntos: Representações de um conjunto, pertinência, inclusão, igualdade, união, interseção e complementação de conjuntos. Números reais: O conjunto dos números naturais: operações, divisibilidade, decomposição de um número natural nos seus fatores primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum de dois ou mais números naturais. O conjunto dos números inteiros: operações, múltiplos e divisores. O conjunto dos números racionais: propriedades, operações, valor absoluto de um número, potenciação e radiciação. O conjunto dos números reais: números irracionais, a reta real, intervalos. Unidades de medidas: Comprimento, área, volume, massa, tempo, ângulo e velocidade. Conversão de unidade de medidas. Proporcionalidade: Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta. Porcentagens. Juros simples e compostos. Cálculo algébrico: Operações com expressões algébricas, identidades algébricas. Polinômios de coeficientes reais: operações (soma, subtração, multiplicação e divisão). Equações e inequações: Equações do 1º e 2º graus, relação entre coeficientes e raízes. Inequações de 1º e 2º graus, desigualdades produto e quociente, interpretação geométrica. Sistemas de equações de 1º e 2º graus, interpretação geométrica. Resolução de situações problemas envolvendo equações de 1º e 2º grau. Funções: Conceito de função, função de variável real e seu gráfico no plano cartesiano. Composição de funções, função modular, funções inversas, funções polinomiais. Estudo das funções do 1º e 2º graus. Funções crescentes e decrescentes, máximos e mínimos de uma função. Resolução de situações problemas envolvendo funções de 1º e 2º grau. Geometria Plana: Ângulos - definição, classificação e operações, ângulos entre retas paralelas intersectadas por uma transversal. Elementos e Propriedades de Polígonos Convexos, área e perímetro de superfícies planas. Triângulos – classificação quanto aos lados e ângulos, congruência e semelhança de triângulos, relações Métricas e Trigonométricas em um triângulo retângulo. Razão e Proporção de Segmentos, Teorema de Tales. Círculo e circunferência: partes de um círculo e de uma circunferência. Ângulos em uma circunferência. Geometria Espacial: Cálculo de Volume e área de superfície de prismas e cilindros. Resolução de situações problemas envolvendo volume e área de superfície de prismas e cilindros. Análise Combinatória e Probabilidade: Resolução de situações problemas envolvendo o Princípio Fundamental da Contagem. Identificação do espaço amostral e evento de experimentos aleatórios. Resolução de Problemas envolvendo probabilidade simples. Estatística: Conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos). Medidas de tendência central (média, moda e mediana). Raciocínio Lógico: Noções básicas da lógica matemática: proposições, problemas com tabelas e argumentação. Verdades e Mentiras: resolução de problemas.

REFERÊNCIAS

Projeto Teláris – 6º ao 9º ano – Autor: Luiz Roberto Dante. Editora Ática.
Matemática - Compreensão e Prática - 6º ao 9º ano - 2ª Ed. 2013. Autores: Ênio Silveira e Cláudio Marques. Editora Moderna.
Matemática - 6º ao 9º ano – 1ª Ed. 2010. Autores: Luiz Márcio Imenes e Marcelo Lellis. Editora Moderna.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROFESSOR B – LÍNGUA PORTUGUESA)

A gramática de acordo com a norma padrão da língua (fonética e fonologia -encontros vocálicos, encontros consonantais; ortografia - acentuação tônica e gráfica; morfologia - estrutura e formação de palavras, classe de palavras, emprego e funções; sintaxe: orações, períodos e funções sintáticas; sintaxe de concordância verbal e nominal; sintaxe de regência verbal e nominal; colocação pronominal) e seu ensino de considerando as variações linguísticas. A pontuação em períodos simples e compostos. A sociolinguística: concepção social da língua: diversidade linguística e dialetos. Leitura e produção de textos; tipos de texto e gêneros textuais; texto e textualidade: coesão, coerência e outros fatores de textualidade. Leitura e interpretação de textos: informações explícitas e implícitas – inferências. Paráfrase e paródia. O trabalho com o texto na sala de aula – os gêneros discursivos e tipologia textual. A semântica: polissemia, ambiguidade, denotação e conotação; figuras de linguagem. O ensino de Língua Portuguesa e a oralidade na sala de aula: concepção e prática. Avaliação: concepções e metodologias. Multiletramentos: escola e inclusão. Base Nacional Comum Curricular.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV.
LDBEN: Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Em especial, os artigos 21, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37 e 61.
BNCC/homologada em 21 de dezembro de 2017.
ECA/ Estatuto da criança e do adolescente: Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990.
Lei nº 10.436 de 24/04/02. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.
Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. (Estatuto da Pessoa com Deficiência).



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Resolução SEE/MG nº 2197/2012. Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências e suas alterações.

Ofício Circular nº 211/2014 Assunto: Orienta sobre a operacionalização da progressão parcial, dos estudos independentes e de outros dispositivos previstos na Resolução SEE Nº 2197/2012.

Resolução SEE 2843/16. Dispõe sobre a organização e funcionamento da EJA.

Lei Orgânica do Município. Art. 13 e parágrafo único, artigo 83 parágrafos 1º ao 6º, art. 87 – Subseção VI – art. 88 parágrafos 1º e 2º, art. 135, art. 139, art. 140; artigo 141, LAGOA SANTA

Lei Municipal nº 3357/2012. Institui o Programa de Educação Integral em Tempo Integral e estabelece normas para seu funcionamento e a complementar (Lei nº 4109/2017).

§ Decreto nº 3307, de 15 de março de 2017. Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa Educação Integral em Tempo Integral

Decreto nº 3307, de 15 de março de 2017. Estabelece critérios para atendimento de alunos no Programa Educação Integral em Tempo Integral.

BNCC < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> >

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BRANDÃO, Helena Nagamine. (coord.) Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTILHO, Ataliba de. A língua falada no ensino de português. São Paulo: Contexto, 2003.

COSCARELLI, Carla Viana (org.). Leituras sobre a leitura: passos e espaços na sala de aula. v. 1. Belo Horizonte: Vereda, 2013.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática de português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gêneros textuais e ensino. São Paulo: Parábola, 2010.

ELIAS, Vanda Maria. (org.) Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita, leitura. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

FERRAREZI JR. Celso; CARVALHO, Robson Santos de. Produzir textos na educação básica: o que saber, como fazer. São Paulo: Parábola, 2015.

HOFFMAN, Jussara. Do pensar ao agir em avaliação. 12ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de textualização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PERINI, Mário. Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Parábola, 2010.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. (org.) Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola, 2012.

RUIZ, Eliana Donato. Como corrigir redações na escola: uma proposta textual-interativa. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2015.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZZAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. Para conhecer: fonética e fonologia do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2017.

SILVA, Maria Christina Figueiredo; MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Para conhecer: Morfologia. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, Thaís Cristófar. Fonética e Fonologia do Português: Roteiro de Estudos e Guia de Exercícios. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2ª ed. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: CEAL / Autêntica, 2001.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

ENSINO SUPERIOR

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ADVOGADO)

Direito Constitucional

Constituição: conceito e concepções de Constituição; classificação das constituições. Poder constituinte originário e derivado. Reforma Constitucional. Emenda e Revisão constitucionais. Princípio Hierárquico da Norma Constitucional. Controle de constitucionalidade. Sistema brasileiro. Inconstitucionalidade por omissão. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. ADPF. Controle difuso. Controle abstrato. Controle concentrado. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. ~~Leis nº 9.868/99, 9.882/99 e 13.105/2015.~~ Interpretação e integração das normas constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito. Princípio da legalidade. Princípio da igualdade. Princípio do controle judiciário. Garantias constitucionais: conceito e classificação. Remédios constitucionais: habeas-corpus, mandado de segurança; mandado de injunção, habeas-data. Direito de petição. Direitos políticos: sistema político brasileiro. Organização dos Poderes. Mecanismo de freios e contrapesos. Estado Democrático de Direito. Bases teóricas do federalismo: estado unitário, estado regional e estado federal. Soberania e autonomia no estado federal. Repartição de competências na Federação e suas técnicas. A repartição de competência na Constituição de 1988. Normas constitucionais pertinentes aos municípios. Autonomia municipal. Organização do município. Lei orgânica do Município de Lagoa Santa. ~~Intervenção federal nos estados.~~ Intervenção federal nos municípios. Processo Legislativo. Iniciativa. Emendas. Votação, sanção, veto, promulgação e publicação da lei. ~~Medida Provisória-Governo da União.~~ A unidade do poder estatal e a separação de poderes.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Posição do Município na Federação Brasileira. Criação e organização. Intervenção nos Municípios. ~~Regiões metropolitanas~~. Bases constitucionais da administração pública. Princípios e normas referentes à administração direta e indireta. Regime jurídico dos servidores públicos civis. ~~Isonomia~~. Direitos sociais aplicados aos servidores, aposentadoria e disponibilidade. Estabilidade. ~~Poder Judiciário~~. ~~Organização~~. ~~Estatuto constitucional da magistratura~~. ~~Supremo Tribunal Federal: organização e competência~~. ~~Superior Tribunal de Justiça: organização e competência~~. ~~Justiça Federal: organização e competência~~. ~~Justiça do Trabalho: organização e competência~~. ~~Justiça Comum Estadual: organização e competência~~. ~~As Funções Essenciais à Justiça~~. ~~Ministério Público~~. ~~Advocacia Geral da União~~. ~~Advocacia e Defensoria Pública~~. Ordem econômica e financeira. Princípios gerais. Atuação do Estado no domínio econômico. Ordem social. Direito à saúde: configuração constitucional. Lei nº 8.080/1990. Lei nº 8.142/1990. Direito à educação: configuração constitucional. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.304/1996). Configuração constitucional da assistência social, proteção à família, a criança, ao adolescente e ao idoso. ~~Estatuto do idoso (Lei nº 10.741/2003)~~. Estatuto da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990). ~~Lei nº 8.742/1993~~. Bases constitucionais do direito urbanístico. ~~Proteção ao patrimônio público e social~~. ~~Políticas Públicas~~.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva.
GONÇALVES, Kildare Gonçalves. Direito constitucional. Volumes 1 e 2. Belo Horizonte: Del Rey.
MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de Direito constitucional. São Paulo: Saraiva.
MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.
SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros.
TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.

Direito Processual Civil

Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil. Normas fundamentais do processo civil e normas processuais civis. Jurisdição. Competência. Ação Condições da ação. Pressupostos processuais. Preclusão. Sujeitos do processo. Capacidade processual. Capacidade postulatória. Deveres das partes e procuradores. Procuradores. Sucessão das partes. Sucessão dos procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiro. Juiz: poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria pública. Atos processuais: forma, tempo, lugar e comunicação. Prazos. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da causa. Tutela provisória. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento e cumprimento de sentença. Procedimento comum. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação, reconvenção e revelia. Audiência de instrução e julgamento. Providências preliminares e de saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Sentença e coisa julgada. Cumprimento da sentença. Liquidação. Procedimentos Especiais. Procedimentos de jurisdição voluntária. Processos de execução. Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. Livro Complementar e disposições finais e transitórias. Mandado de segurança. Ação popular. Ação civil pública. Ação de improbidade administrativa. ~~28 Reclamação constitucional~~. Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos). Lei n. 7.347/85 (Ação civil pública); Lei n. 6.830/80 (Execução Fiscal); ~~Lei n. 9.507/97 (habeas data)~~; ~~Lei n. 9.882/99 (Processo e julgamento de arguição de descumprimento de preceito constitucional)~~; Lei n. 9.494/97 (Tutela antecipada contra a Fazenda Pública); Lei n. 9.099/95 (Juizados Especiais); ~~Lei n. 10.259/01 (Juizados Especiais Federais)~~; ~~Lei n. 1.533/51 (Mandado de segurança)~~; ~~Lei n. 4.348/64 (Suspensão de liminar ou de segurança)~~; Lei n. 8.437/92 (Medidas cautelares contra o Poder Público); Lei n. 9.868/99 (Processo e julgamento da ação direta e inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade); Lei n. 4.717/65 (Ação popular).

[Lei nº 12.016/2009 que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, bem como da Lei nº 12.153/2009 que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.](#)

REFERÊNCIAS

ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. São Paulo: Revista dos Tribunais.
CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em juízo. Rio de Janeiro: Forense.
DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil, volumes 1, 2, 3, 4 e 5. JusPodivm: Salvador.
THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Rio de Janeiro: Forense.

Direito Administrativo

Princípios do Direito Administrativo. Administração Pública: conceito, finalidade, órgãos e agentes. Administração Pública direta e indireta. Poderes Administrativos. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação, revogação e anulação. Contratos administrativos: conceito, espécies, formalização alteração, execução. Inexecução, revisão e rescisão. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, sanções penais. Lei nº 8.666/2003. Lei nº 10.520/2002. Lei nº 13.019/2014. Recursos administrativos. Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação concessão, permissão e autorização. Servidores Públicos. Regime jurídico. Organização do serviço público. Direitos, deveres e proibições do servidor público. Responsabilidade Administrativa, civil e criminal do servidor público. Estatuto dos Servidores Públicos de Lagoa Santa, suas autarquias e fundações públicas. Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). Bens Públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade. Controle da Administração. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público. Direito de regresso. Limitações do direito de propriedade. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação por necessidade e utilidade pública. Desapropriação por interesse social.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Desapropriação indireta. Retrocessão. Servidão e requisição administrativa. Processo Administrativo: processo e procedimento, princípios, fases e modalidades. Improbidade Administrativa. Reformas Constitucionais Administrativas. Mandado de Segurança. Ação Popular. Mandado de Injunção. Ação Civil Pública. Ação por ato de improbidade administrativa.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.
DI PIETRO, Maria Silvia Zanella. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.
MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança e ações constitucionais. São Paulo: Malheiros.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

Direito Municipal

O município na Constituição da República. Autonomia municipal. Organização do município. Lei orgânica do Município de Lagoa Santa. Urbanismo e proteção ambiental. Lei de uso e parcelamento do solo (Lei nº 6.766/1979). ~~Lei nº 3.994/2017 do Município de Lagoa Santa.~~ Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). ~~Código de Posturas do Município de Lagoa Santa (Lei Municipal nº 3/1950).~~ Código de obras e edificações do Município de Lagoa Santa (Lei nº 2.863/2008 do Município de Lagoa Santa). Código de Limpeza Urbana do Município de Lagoa Santa (Lei nº 4.077/2017 do Município de Lagoa Santa). Plano diretor do Município de Lagoa Santa (Lei nº 4.129/2018 do Município de Lagoa Santa).

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Comentários ao Estatuto da Cidade. São Paulo: Atlas.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

Direito Ambiental

O meio ambiente na Constituição de 1988. O princípio federativo e a proteção do meio ambiente na ordem jurídica brasileira. Responsabilidade civil e penal por danos ao meio ambiente. Crimes ambientais. Lei nº 6.938/1981. ~~Gestão pública do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável.~~

REFERÊNCIAS

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva
MARCÃO, Renato Flávio. Crimes ambientais. São Paulo: Saraiva.
MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros

Direito Civil

~~Pessoa natural. Personalidade e capacidade. Pessoa jurídica. Domicílio civil. Bens. Fatos, atos e negócios jurídicos. Defeitos dos atos jurídicos. Forma dos atos jurídicos e da sua prova. Atos ilícitos. Prescrição e da decadência. Posse e propriedade. Obrigações. Conceito. Fontes. Modalidades. Efeitos. Extinção. Consequência da inexecução das obrigações. Cessão de crédito. Contratos. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Obrigações por ato ilícito. Liquidação. Concurso de credores. Responsabilidade Civil. Direitos reais. Direito das sucessões. Lei no 6.766/1979 e suas alterações (Parcelamento do solo urbano). Lei nº 6.015/1973 (Registros Públicos). Lei no 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).~~

REFERÊNCIAS

~~AMARAL, Francisco. Direito Civil—Introdução. São Paulo: Saraiva.~~
~~CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Atlas.~~
~~DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva~~
~~NERY JR. Nelson e outros. Código Civil Anotado e Legislação Extravagante em Vigor. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.~~
~~PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense~~
~~VENOSA, Sílvio Salvo de. Direito Civil. São Paulo: Atlas.~~

Direito empresarial

~~Conceito, princípios e fundamentos. Teoria da empresa. Empresário: conceito, inscrição, capacidade, modalidades. Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações (microempresa e empresa de pequeno porte) e suas alterações. Prepostos do empresário. Nome empresarial. Estabelecimento empresarial. Escrituração empresarial. Registro de empresa. Protesto de títulos e outros documentos de dívida: legislação, modalidades, procedimentos, efeitos, ações judiciais envolvendo o protesto. Direito societário. Sociedade empresária: conceito, terminologia, ato constitutivo, personalização. Sociedades simples. Sociedade irregular. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Lei de falências (Lei nº 11.101/2005). Processo falimentar.~~

REFERÊNCIAS

~~COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito empresarial. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: RT.~~
~~MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. São Paulo: Atlas.~~



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

~~LAMY FILHO, Alfredo e BULHÕES, José Luis. Direito das companhias. Rio de Janeiro: Forense.~~
~~MARTINS, Fran. Títulos de crédito. Rio de Janeiro: Forense.~~

Direito do Trabalho

~~Direito do Trabalho na Constituição Federal. Relação de Emprego e Relação de Trabalho. Responsabilidade Trabalhista da Administração Pública. Da Duração do Trabalho. Das Férias. Segurança e Medicina do Trabalho. Salário e Remuneração. Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. Da Rescisão do Contrato de Trabalho. Estabilidade e Garantias de Emprego. Das Comissões de Conciliação Prévias.~~

REFERÊNCIAS

~~BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr.~~
~~DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr.~~
~~NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva.~~

Direito Processual do Trabalho

Organização da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Partes e dos Procuradores. Nulidades. Exceções e dos Conflitos de Jurisdição. Execução. Tutelas de Urgência. Procedimentos Especiais. Ministério Público do Trabalho. Ações Coletivas.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho, São Paulo: Saraiva.
TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Sistema de recursos trabalhistas. São Paulo: LTr.
TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. O processo do trabalho e a reforma trabalhista. São Paulo: LTr.
SCHIAVI, Mauro. Execução no processo do trabalho. São Paulo: LTr.

Direito Tributário

Sistema Tributário Nacional. Competência para legislar sobre direito tributário. Competência tributária. Fontes do Direito Tributário. Conceito de tributo e espécies tributárias. Limitações do poder de tributar. Princípios tributários. Imunidades tributárias. Impostos municipais na Constituição. Normas gerais sobre impostos municipais. Vigência e aplicação das leis tributárias. Fato gerador da obrigação tributária. Obrigações tributárias. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Responsabilidade tributária. Crédito tributário. Lançamento tributário: conceito, técnicas e modalidades. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário. Administração Tributária. Processo tributário administrativo. Processo judicial tributário: execução fiscal, ação anulatória, ação declaratória, medida cautelar fiscal e mandado de segurança. Código Tributário do Município de Lagoa Santa (Lei nº 3.080/2010 do Município de Lagoa Santa).

REFERÊNCIAS

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. São Paulo: RT.
CALMON, Sacha. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário, São Paulo: Malheiros
MELO, José Eduardo Soares de. Curso de direito tributário. São Paulo: Dialética.
BALEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro, RJ: Forense.
BALEIRO, Aliomar. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Rio de Janeiro: Forense.
HARADA, Kiyoshi. Direito tributário municipal: sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas.
MELO, José Eduardo Soares de. ISS – teoria e prática. São Paulo: Saraiva.

Direito financeiro

~~Repartição das receitas tributárias. Finanças públicas. Princípios gerais. Competência legislativa. Fontes do direito financeiro. Normas gerais.~~ Receitas públicas. Despesas públicas. Crédito público. Estrutura dos orçamentos públicos. Princípios e normas constitucionais orçamentárias. Elaboração das Leis Orçamentárias. Plano plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei orçamentária anual. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária: controle interno, externo e tribunais de contas. Responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101/2001). Normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320/1964).

REFERÊNCIAS

BALEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças. Rio de Janeiro: Forense.
MARTINS, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Carlos Valder do. (Org.). Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Saraiva.
OLIVEIRA, Régis Fernandes. Curso de direito financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL)

DIREITO ADMINISTRATIVO: Regime jurídico administrativo. A Administração Pública: conceito, poderes e deveres do administrador público, uso e abuso do poder. Administração Pública direta e indireta. Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista. Entidades paraestatais. Atos Administrativos:

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA**

Conceitos e requisitos. Serviços Públicos: conceitos, classificação, regulamentação, controle, permissão, concessão e autorização. Servidores públicos. Regime Estatutário: direitos, deveres e responsabilidade. Improbidade administrativa. DIREITO CIVIL: Pessoas naturais e jurídicas. Capacidade jurídica. Representação. Do domicílio. Atos jurídicos lícitos e ilícitos. Prescrição e decadência. Contratos. Transmissão das obrigações. Responsabilidade civil. DIREITO CONSTITUCIONAL: Autonomia dos Municípios. Princípios fundamentais. Organização do Estado: organização político administrativa da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, territórios, repartição de competências; e intervenção nas esferas de poder. Administração pública: princípios constitucionais; servidores públicos e responsabilidade civil da administração. Hierarquia das leis. DIREITO EMPRESARIAL/COMERCIAL: conceito de empresário, tipos de sociedades empresariais, estabelecimento empresarial, registro, nome empresarial, escrituração. DIREITO MUNICIPAL: Código de Obras e suas alterações; Código de Posturas e suas alterações; Lei Orgânica Municipal. DIREITO TRIBUTÁRIO: O sistema tributário na Constituição. Limitações ao poder de tributar: competência tributária, imunidades e princípios. Lei complementar em matéria tributária. Repartição de receitas tributárias. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Espécies não tributárias. Impostos municipais: ISSQN, IPTU e ITBI. Fontes de direito tributário. Interpretação e integração das leis tributárias. Fato gerador. Norma geral antielisão. Obrigação tributária. Sujeitos ativo e passivo. Responsabilidade tributária. Substituição tributária. Capacidade tributária. Crédito tributário. Constituição. Lançamento. Modalidades. Efeitos. Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário. Prescrição e decadência. Garantias e privilégios de crédito tributário. Administração tributária. SIMPLES NACIONAL. Código Tributário Municipal e legislação específica municipal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA MELO, José Tarcízio de. Direito Constitucional do Brasil. Belo Horizonte, Del Rey, 2008.
AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo, Saraiva, 2013.
BRASIL. Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (Disponível no site www.planalto.gov.br)
BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei n. 5.172 de 1966.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Arts. 145 a 162 da CRFB. (texto atualizado)
BRASIL. Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. (texto atualizado)
Código Tributário Municipal. Lei nº 3080, de 01 de outubro de 2010. (texto atualizado)
COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. – 23. ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. – 30.ed. Rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro - vl. 2 - Teoria Geral das Obrigações - 26. ed., São Paulo - Saraiva 2011.
GAGLIANO, Pablo Stolze; Rodolfo Pamplona Filho. Manual de Direito Civil. 2.ed. Vol. Único. São Paulo: Saraiva, 2018.
LAGOA SANTA, Código de Obras e suas Alterações. Lei Municipal nº 2863, de 31 de dezembro de 2008. Institui o código de obras e edificações do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)
LAGOA SANTA, Código de Posturas Municipal. Lei nº 03, de 05 de abril de 1950. Institui o Código Municipal de Posturas de Lagoa Santa. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)
LAGOA SANTA, Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa, de 04 de maio de 1990 (texto atualizado)
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso De Direito Administrativo - 33ª Ed. – 2018 – São Paulo: Malheiros
MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2006.
PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2015.
SPAGNOL, Werther Botelho. Curso de direito tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ANALISTA ADMINISTRATIVO)

Administração. Conceitos. Funções, objetivos (...). Organização e gestão. Gestão Pública. Características da administração pública. Princípios da administração Pública. Governabilidade, Governança e Accountability. Burocracia. Sistemas sociais. Compreensão e funcionamento da gestão pública no Brasil. Governo Eletrônico e transparência. Qualidade na Administração Pública. Controle da Administração Pública. Direito Administrativo. Objeto. Princípios. Serviços Públicos. Fatos da Administração. Atos da Administração. Atributos. Elementos. Direcionalidade e vinculação. Classificação. Espécie. Forma. Planejamento, princípios gerais, conceitos e ferramentas. Planejamento e gestão estratégica. Comunicação organizacional. Contrato Administrativo. Áreas da administração e departamentos administrativos: financeiro; jurídico; pessoal; almoxarifado; Materiais; compras; tesouraria; estoques. Gestão de materiais. Comunicação na empresa. Processo de comunicação. Instrumentos, planilhas e gráficos administrativos. Organização e métodos(...). Processos, gestão de processos, conceitos e aplicações. Projetos. Gestão de projetos. Conceitos e práticas. Finanças empresariais e matemática financeira. Juros e capitalização. Empréstimos e financiamentos. Orçamento Público. Atribuições Econômicas do Estado. Princípios e classificações orçamentárias. Noções de contabilidade. Pesquisa, interpretação e redação de documentos. Requerimentos, pareceres, formulários, relatórios, relatórios financeiros, memorandos, cartas comerciais, ofícios, circulares, certidões, atas, minutas, cadastros, protocolos, cronogramas, cronogramas financeiros, convocações, controles de serviços. Editais, atos administrativos, procurações, mensagens eletrônicas. Organização do trabalho. Rotinas, processos de trabalho, serviços administrativos, supervisão, controle, expedição. Terceirização, legislação, responsabilidades, direitos, programação do trabalho, escalas, desempenho e avaliação, controle de qualidade, histórico funcional, documentação específica e organização do trabalho. Práticas e planejamento de Recursos Humanos. Departamento de pessoal. Remuneração e administração de pessoal. Organograma. Documentação, manuais administrativos. Produtividade, desempenho, burocracia, impactos sociais. Rotina de trabalho, distribuição funcional do trabalho, definição de responsabilidades, autoridade,



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

delegação, relacionamento. Aprendizado Organizacional. Treinamentos. Consultas, pesquisas, acervo e documentação. Organização e administração de arquivos. Gestão de documentos. Tipos de arquivos. Classificação de arquivos. Identificação e acesso de arquivos públicos e privados. Técnicas de arquivo e atividades correlatas. Patrimônio e Inventário. Conceitos e práticas. Avaliação patrimonial. Administração de Materiais e Controle de Almoxarifado. Conceitos e funções. Localização de materiais, classificação de materiais. Atividades de conservação e atividades de referência.

Direito administrativo. Direito Público - Ato administrativo: conceito, elementos, características. Noções gerais de licitações – Conhecimentos básicos pertinentes à Lei 8.666/1993 – normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal - LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Noções de contabilidade Pública – conceitos. Direito Constitucional – Noções Fundamentais. Direito Tributário – Conceitos e espécies; Competências: Sistema Tributário nacional.

REFERÊNCIAS

CLEMENTE, Ademir. Projetos Empresariais e Públicos. 3ª edição. Atlas, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos. O capital humano das organizações. 10ª Edição. Elsevier, 2015.

CRUZ, Tadeu. Sistemas, Organização e Métodos. Estudo Integrado orientado a processos de negócios sobre Organizações e Tecnologias da Informação. 4ª Edição. Ed. Atlas, 2013. S.P.

CARRANZA, Giovanna. Administração Geral e Pública. Editora jusPODIVM. 5ª Edição. 2018.

DANA, Samy. Introdução a Finanças Empresariais. Érica/ Saraiva, 2015.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: Princípios, Conceitos e Gestão. 6ª Edição. Ed. Atlas, 2014.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14ª Edição. Atlas, 2007.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Prática de Recursos Humanos. Conceitos, Ferramentas e procedimentos. Atlas, 2014.

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 2ª ed. revista e atualizada. Brasília, 2002.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução à Administração. São Paulo Ed. Atlas, 2006.

MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental: Contém Técnicas de Elaboração de Trabalhos de Conclusão de curso. 10ª ed. Atlas. São Paulo. 2016

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; FILHO, José Emmanuel Burle. Direito Administrativo Brasileiro. Editora Malheiros. 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico. Conceitos, Metodologia e Práticas. 31ª Edição. Atlas, 2013.

PAES, Marilena Leite. Arquivo. Teoria e prática. 3ª Ed. 2013.

PALUDO, Augustinho. Administração Pública. Elsevier. Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, José Matias. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 4ª Edição. Atlas, 2012.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Edição: Direito administrativo. Editora forense. 2018

RIBEIRO, Osiris Mendes; LACOMBE, Francisco José Masset. Gestão e controle do patrimônio. A contabilidade na prática. Ed. Saraiva, 2013. S.P.

SARAIVA. Licitações e Contratos da Administração Pública. Coleção saraiva de Legislação. Ed. Saraiva. 16ª Edição. 2015.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ANALISTA AMBIENTAL)

Noções básicas de: geologia, climatologia, cartografia, hidrologia, geomorfologia e geoprocessamento. Ecologia geral e aplicada: Conceitos e definições. Populações. Comunidade. Ecossistemas. Cadeias e redes alimentares. Sucessão ecológica. Ciclos biogeoquímicos. Manejo de ambientes aquáticos. Impactos ambientais: Identificação, causas e consequências. Avaliação de impacto ambiental (AIA). Previsão e indicadores. Gestão ambiental: Estrutura e conteúdo do Plano de Gestão Ambiental. Medidas mitigadoras e compensatórias. Análise e prevenção de riscos. Plano de monitoramento. Auditoria e perícia ambiental. Poluição ambiental (água, ar e solo): Poluentes e contaminantes. Padrões de emissão. Medidas preventivas e de controle. Saneamento ambiental: Abastecimento de água, Esgotamento sanitário, Drenagem urbana e Resíduos sólidos. Saúde pública e Meio ambiente. Controle de vetores. Legislação ambiental, florestal e de recursos hídricos. Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente. Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Licenciamento ambiental. Outorga de direito de uso das águas. Unidades de Conservação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NORMA ISO 14001. Sistema da gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso. ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NORMA ISO 10004. Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro. ABNT, 2004.

BARROS, R.T.V., CHERNICHARO, C.A.L., HELLER, L., von SPERLING, M. Manual de saneamento e proteção ambiental para apoio aos municípios. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental/Universidade Federal de Minas Gerais, 1995. Vol. 2.

BRANCO, S.M. Hidrobiologia Aplicada a Engenharia Sanitária. São Paulo, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. 1978.

BRASIL. Lei Federal no 9.985, de 18 de julho de 2000.

BRASIL. Lei Federal no 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

BRASIL. Lei Federal no 12.651, de 25 de maio de 2012.

BRASIL. Resolução CONAMA no 357, de 17 de março de 2005.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

CUNHA, S.B.; GUERRA, A.J.T.(Org.). Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa Copam nº 217, de 06 de dezembro de 2017.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº1, de 05 de maio de 2008.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Manual de Saneamento. 3ed. Brasília. Ministério da Saúde/FUNASA. 2007.

MOTA, S. Introdução à engenharia ambiental. 3ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária. 2003.

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.

von SPERLING. M. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. Volu. 1., 3ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental/Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. 452 p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias, v. 1).

von SPERLING. M. Estudos e modelagem da qualidade da água de rios. Volu. 7., 1ed. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental/Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 588 p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias, v. 7).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ANALISTA DE MÍDIAS PUBLICITÁRIAS E MARKETING)

A criação comercial, seus conceitos básicos e etapas; Características e Classificação dos meios; Democracia, opinião, mito, mentira e fato na propaganda; Publicidade na economia contemporânea; Marketing e responsabilidade social corporativa; Publicidade mediada entre público e privado - o impacto da mídia na publicidade; Noções e Funções do Marketing; A nova cultura política frente a nova cultura popular.

REFERÊNCIAS

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2008.

ROCHA, Marcos - autor e organizador; Dennis Reade, Jeferson Mola, Sérgio Ignácio.

Marketing: novas tendências. São Paulo: Saraiva, 2015

SANT'ANNA, Armando. Propaganda: Teoria, técnica e Prática. Armando Sant'anna, Ismael

Rocha Junior, Luiz Fernando Dabul Garcia. 9ª edição revisada. São Paulo: Cengage

Learning, 2015.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ:

Voices, 1998.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ANALISTA DE POLÍTICAS FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO)

Políticas Públicas e o Estado. A trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. Órgãos de turismo, hierarquia, âmbito de atuação. Legislação e turismo. A política de turismo nacional / estadual e projetos estruturantes. Política e planejamento turístico, a visão do ordenamento territorial e do desenvolvimento turístico responsável nos municípios. Modelos de organização institucional.

REFERÊNCIAS

BENI, M.C. Política e Planejamento Turístico no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006.

CÉSAR, P. A. B. Turismo e Desenvolvimento Sustentável: Análise dos modelos de planejamento turístico. Caxias do Sul: Educ, 2011.

CRUZ, R.C. Política de Turismo e Território. São Paulo: Contexto, 2000.

FREITAS, C. L. Política, Turismo e Planejamento Regional: métodos, modelos e reflexões críticas. Curitiba: Prisma, 2017.

HALL, C.M. Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

MAGALHÃES, C.F. Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios. São Paulo: Roca, 2002.

MAMEDE, G. Direito do turismo: legislação específica aplicada ao turismo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIELKE, E.J.C. Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária. Campinas: Alínea, 2009.

www.turismo.gov.br

www.turismo.mg.gov.br

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ANALISTA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO)

História das políticas de patrimônio no Brasil: da criação de uma política nacional para o patrimônio histórico e artístico nacional ao reconhecimento do patrimônio imaterial e a proteção da paisagem cultural. A noção de patrimônio como categoria jurídica, como forma de comunicação social e como política pública. As práticas de tombamento e registro dos bens culturais. As concepções de valor histórico e de valor artístico. Os conceitos de centro histórico e de entorno. A criação do IEPHA-MG e a trajetória da instituição. A Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais. A proteção do patrimônio arqueológico em Minas Gerais. Noções básicas de proteção do patrimônio arquivístico e do patrimônio museológico. Educação patrimonial.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Tarcísio R. Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: uma análise da lei do ICMS cultural de Minas Gerais. Habitus, v. 4, n. 1, p. 471-492, 2006. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/365>. Acesso em: 16 out. 2018.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

CADERNO de diretrizes museológicas I, Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência e Museus, 2006, v. 1, 2ª. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 16 out. 2018.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Editora FGV, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural. Conceitos, Políticas, instrumentos. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume, IEDS, 2009. p. 21-64.

CRUZ, Emília B. Manual de Gestão de Documentos. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro, 2013, 2ª edição. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/acervo_gestao/Manual_Gestao.pdf. Acesso em: 16 out. 2018.

CRUZ e SOUZA, L.; MORAES, N. A. Estado e Patrimônio: IEPHA/MG e o caso de Minas Gerais. In: ANAIS IV Seminário Internacional Políticas Culturais. Rio de Janeiro: 16 a 18 de out/2013, Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Luciana-Christina-Cruz-e-Souza-et-alii.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

FÉRES, Luciana R. A evolução da legislação brasileira referente à proteção do patrimônio cultural. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. (org.). Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002, p.15-27.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da 'pedra e cal': por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ; UNIRIO, 2003. p. 56-76.

HORTA, Maria de Lourdes P. et alli. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf. Acesso em: 16 out. 2018.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. De jure: Revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/handle/123456789/111>. Acesso em: 16 out. 2018.

OLIVEIRA, Rodrigo E.; DA-GLÓRIA, Pedro; NEVES, Walter Alves. A Percepção do meio ambiente por parte da população atual de Lagoa Santa e suas implicações para a Arqueologia Regional. Revista de Arqueologia, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 104-130, jun. 2018. ISSN 1982-1999. Disponível em: <<https://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/537>>. Acesso em: 16 out. 2018.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do Patrimônio Cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ; UNIRIO, 2003. p.46-55.

ZANIRATO, Sílvia H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. Revista Patrimônio e Memória. Assis, UNESP-FCLA-CEDAP, v.5, n.1, out. 2009. p. 145-160. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/11>. Acesso em: 16 out. 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ANALISTA DE SISTEMAS)

Arquitetura de computadores e sistemas operacionais

Organização do processador. Organização de memória. Conceitos de concorrência, paralelismo e computação distribuída. Conceitos básicos de computação em aglomerados (Cluster) e de computação em grades (Grids). Balanceamento de carga. Avaliação de desempenho. Computação em nuvem. Virtualização de servidores. Estrutura do SO. Gerência do processador. Gerência de memória. Sistemas de arquivos. Entrada e saída; RAID. Gerenciamento de serviços de TI: suporte a serviços e entrega de serviços. Multiprogramação. Deadlock. Gerenciamento de memória. Memória virtual. Ambiente Windows.

Análise e programação

Encapsulamento, Herança, Polimorfismo, Sobrecarga. Classes, Objetos, Métodos, Noções de Análise Orientada a Objeto: Análise de requisitos, Tipos Abstratos de Dados (TAD), Modelos de casos de uso, participantes e estrutura para o desenvolvimento de software, O processo unificado, conceitos fundamentais de fase e interação, Diagramas UML. Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet/Intranet e a linguagem JAVA. Algoritmos e estrutura de dados; Estruturas de controle básicas. Programação Orientada a Objetos na linguagem Java; Diagramas UML.

Banco de dados

TSQL; Modelo Entidade-Relacionamento, Modelo Relacional. Álgebra Relacional. Regras de Integridade; Estrutura de Arquivos e Armazenamento; Indexação; Processamento de Consultas, Transação; Controle de Concorrência; Recuperação; Banco de dados Distribuídos; Data Warehouse.

Redes de computadores e internet

Protocolos para Internet, estrutura do TCP/IP: camadas, endereçamento IP; Cabeamento: meios de transmissão; tipos. Ethernet. Equipamentos de redes em geral. Sistemas de Backup. Certificação digital: assinatura digital, autenticação, conceitos básicos de criptografia. Segurança física e lógica. Firewall e proxies. Criptografia. VPN. Softwares maliciosos (Vírus, Spywares, Rootkit etc.). Sistemas de detecção de intrusão. Certificação digital.

REFERÊNCIAS



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

ALVES, Gustavo Alberto. Segurança da informação - Uma visão inovadora da gestão. Rio de Janeiro: Ciência Moderna.

COMER, D. Interligação em rede com TCP IP Vol. I: princípios, protocolos e arquitetura. Rio de Janeiro: Campus.

CERT. Cartilha de segurança da Informação do CERT. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.

DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Bancos de Dados. 8. ed. Editora Campus, 2004.,

DEITEL, J. M., DEITEL, P.J. JAVA: Como Programar. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

FORBELLONE, André Luiz Villar, EBERSAPÄCHER, Henri Frederico. Lógica de Programação. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

FOWLER, M. e SCOTT, K. UML essencial: um breve guia para a linguagem padrão de modelagem de objetos. Porto Alegre: Bookman.

Gilleanes T. A. Guedes. UML Uma Abordagem Prática. Novatec. 2011

KUROSE, J. F. e ROSS, K. W. Redes de computadores e a Internet. . São Paulo: Makron Books, 2003.

ISO. Norma ABNT NBR/27002:2005. Editora: <http://www.abnt.org.br/>

KORT, H.; SILBERCHATZ, A. Sistemas de bancos de dados. 3. ed. São Paulo: Makron Books.

KUROSE, James F., ROSS, Keith W. Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down. São Paulo: Pearson Brasil.

MONTEIRO, Mario A. Introdução à organização de computadores – 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007

PETERSON, L.; DAVIE, B. Redes de computadores: uma abordagem sistêmica. Rio de Janeiro: Campus.

RUMBAUGH, James. Modelagem e projetos baseado em objetoscomUML2. Rio de Janeiro: Campus.

TANENBAUM, Andrew. Redes de computadores – tradução da 4a edição americana. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TANENBAUM, Andrew. Sistemas operacionais modernos. São Paulo: Pearson Brasil.

WISNIEWSKI, Steve. Advanced Network Administration. São Paulo: Prentice-Hall.

TANENBAUM, Andrew, Van Steen, Maarten. Sistemas Distribuídos - Princípios e Paradigmas. São Paulo: Prentice Hall – Br. 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ARQUITETO)

Desenho técnico: tipos, formatos, dimensões e dobradura de papel; linhas utilizadas no desenho técnico, escalas; desenhos de plantas e cortes de edificações e componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia. Projeto arquitetônico: a função do edifício; conforto térmico; controle de radiação térmica; controle de temperatura e umidade do ar; Iluminação; Acústica; Controle de incêndios.

Materiais de construção e solos: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico dos materiais de construção e de solos. Tecnologia das construções: locação de obra; execução de escavações e contenções; execução de fôrmas e estruturas; produção, transporte, lançamento, adensamento e cura do concreto; execução de alvenarias (inclusive estruturais); execução de instalações prediais; execução de revestimentos; montagens de esquadrias; execução de coberturas. Planejamento e controle de obras: organização de canteiros de obras; quantificações de materiais e serviços em obras, inclusive de reformas, medições; orçamentos; vistorias técnicas e fiscalização de obras; processos de compra e de controle de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas. Estruturas dos edifícios: reconhecimento de tipos de estruturas; identificação de componentes das estruturas; sistemas de cargas; resposta dos edifícios aos carregamentos. Patologias das construções: sintomas, mecanismos, causas, origens e as consequências das deficiências das construções. Noções de segurança em obras e higiene do trabalho. Acessibilidade nas edificações. Saídas de emergência em edifícios. Desenho assistido por computador.

Aplicação do B.I.M. (Building Information Modeling) na construção. Legislação Municipal de Lagoa Santa: Plano Diretor e seus anexos; Lei Orgânica; Código de Obras e Edificações; Lei de uso e ocupação do solo urbano e rural; Parcelamento do solo para fins urbanos.

REFERÊNCIAS

Legislação Municipal de Lagoa Santa: Plano Diretor e seus anexos; Lei Orgânica; Código de Obras e Edificações; Lei de uso e ocupação do solo urbano e rural; Parcelamento do solo para fins urbanos.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 6118:2014 - Projeto de estruturas de concreto.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 6492:1994 - Representação de projetos de arquitetura.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 7678:1983. Segurança na execução de obras e serviços de construção.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050:2015. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9077:2001. Saídas de emergência em edifícios.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 10151:2000 Versão Corrigida:2003. Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 10152:2017. Acústica — Níveis de pressão sonora em ambientes internos a edificações.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 14100:1998. Proteção contra incêndio - Símbolos gráficos para projeto.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 14645:2001. Elaboração do "como construído" (as built) para edificações.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 14931:2004. Execução de estruturas de concreto - Procedimento.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 16636:2017. Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos, partes 1 e 2.

ALLEN, E. - Como os edifícios funcionam - A ordem natural da Arquitetura

AZEREDO, H. A. - O Edifício e seu acabamento. Editora Blucher

AZEREDO, H. A. - O Edifício até sua cobertura. Editora Blucher

BADRA, Pedro. L. - Guia prático de orçamento de obras: do escalímetro ao B.I.M

BAUER, L. A. F. - Materiais de Construção. Editora LTC

BORGES, A. C. - Prática das Pequenas Construções. Editora Blucher



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

BOTELHO, M. H. C. - Concreto Armado Eu te Amo para Arquitetos. Editora Blucher
CORBELLA, O e YANNAS, S. - Em busca de uma arquitetura Sustentável para os trópicos. Conforto Ambiental
MASCARÓ, J. L. - O Custo das Decisões Arquitetônicas
MATTOS, A. D. - Como Preparar Orçamento de Obras. Editora Pini
RAMALHO, M. e CORRÊA, M. - Projeto de edifícios de alvenaria estrutural. Editora Pini
REBELLO, Y. C. P. - A concepção estrutural e a Arquitetura
REBELLO, Y. C. P. - Bases para projeto estrutural na Arquitetura
RIPPER, E. - Como evitar erros na construção civil, 3ª edição - São Paulo: PINI, 1996.
RIPPER, T. - Patologia, Recuperação e Reforço de Estruturas de concreto. Editora Pini
SARAPKA, E. M et al - Desenho Arquitetônico Básico. Editora Pini
Vasconcellos, S. - Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos
YAZIGI, W. - A Técnica de Edificar. Editora Pini

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (CONTADOR)

Constituição Federal: Título VI – Capítulo II – Das Finanças Públicas – Seções I e II, inclusive. Lei Nº 4.320/1964. Lei Complementar Nº 101/2000. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito; Classificação, Estágios, Escrituração Contábil. Restos a Pagar: Conceitos; Sistemática; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dívida Pública: Conceitos; Sistemáticas; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos Adiantamentos. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Subsistemas contábeis do setor público. Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Variações Patrimoniais. Variações Ativas e Passivas. Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e Abertura; Vigência; Indicação e Especificação de recursos. Controle Interno: Conceitos; Objetivos; Implantação do Sistema de Controle Interno e Metodologias Existentes. Demonstrativos Fiscais. Relatório de gestão fiscal: características e conteúdo. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública: conceitualização, características, procedimentos e responsabilidades dos gestores públicos. Fundamentos sobre controle, controle interno e controle externo na administração pública. Auditoria governamental. Responsabilidades dos dirigentes e demais usuários de recursos públicos. Julgamento e penalidades aos responsáveis pelos recursos públicos. Prestações de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: Demonstrativos exigidos e seu preenchimento; Prazos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1998). República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 1988>
BRASIL. Lei complementar no 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>
BRASIL. Lei no 4.320, de 17 de março de 1964. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>
BRASIL. Ministério da Fazenda/ Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria do Orçamento Federal. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view >
BRASIL. Manual de auditoria operacional. 3 ed. Brasília: Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, TCU, 2010. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058980.PDF>>.
BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 7. ed. 2016. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp>>
BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 8. ed. 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/592968/MDF+8a.+Edi%C3%A7%C3%A3o+-+vers%C3%A3o+18-06-18/6b4b8423-26c3-473b-a8ad-b2fb10ad53eb> >
BRUNO, Reinaldo Moreira. Lei de Responsabilidade Fiscal e orçamento público municipal. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007.
CARVALHO, D. CECCATO, M. Manual Completo de Contabilidade Pública, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
CASTRO, D. P. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP. Disponível em:



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

CHAVES, R. S. Auditoria e controladoria no setor público: fortalecimento dos controles internos - com jurisprudência do TCU. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

CRUZ, Flavio da, coord. Lei de Responsabilidade Fiscal comentada: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 404 p.

JUND, S. Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

JUND, S. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática, 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, D.; CASTRO, R. Fundamentos da auditoria governamental e empresarial: com exercícios, questões e testes com respostas, destinados a concursos públicos, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAS GERAIS. Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais. Controle Interno e Auditoria Governamental. 2012. Disponível em: < <http://www.cge.mg.gov.br/images/documentos/apostila-controle-interno-e-auditoria-governamental.pdf>>

MINAS GERAIS. Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais. Controle Interno e Auditoria Governamental. 2012. Disponível em: <<http://www.cge.mg.gov.br/images/documentos/apostila-controle-interno-e-auditoria-governamental.pdf>>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, 2012. Disponível em:

< http://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Control%20Interno.pdf.

MINAS GERAIS. Lei complementar 102 de 17 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.tce.mg.gov.br/IMG/Legislacao/legiscont/LegislacaoEstadual/LEI%20COMPLEMENTAR%20102,%20DE%2017-01-2008.pdf>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 03/2015. Dispõe sobre a remessa, pelos municípios, dos instrumentos de planejamento e das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais relativas ao exercício financeiro de 2016 e seguintes, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM). Disponível em: <http://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1139052>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução Normativa do 04/2015 - Dispõe sobre a remessa de informações relativas à folha de pagamento de pessoal, para a constituição do Cadastro de Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais – CAPMG. Disponível em: <http://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1137013>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 04/2016. Estabelece diretrizes para a prestação das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal referentes ao exercício financeiro de 2016. Disponível em: <http://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/DownloadPDF/1138648>.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Instrução normativa 02/2017. Acrescenta o art.14-A e dá nova redação ao Título V e aos artigos 11, 12 e 13, da Instrução Normativa nº 03/2015, que dispõe sobre a remessa, pelos municípios, dos instrumentos de planejamento e das informações orçamentárias, financeiras, contábeis, operacionais e patrimoniais relativas ao exercício financeiro de 2016 e seguintes, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM). Disponível em: <http://tclegis.tce.mg.gov.br/Home/ExibePDF/1139052>.

PETER, M. G. A; MACHADO, M. V. V. Manual de auditoria governamental. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PINTO, H. G. Guia para Normas de Controle Interno. Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Brasília, v. 19, n. 19, p. 55-72, jan. 1993.

SLOMSKI, V. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ENGENHEIRO AGRIMENSOR)

Planimetria e Planialtimetria: generalidades e definições. Campo topográfico e erro de esfericidade. Grandezas de um levantamento topográfico. Unidades de medida utilizados em topografia. Equipamentos topográficos. Medida de distâncias (diretas e indiretas). Medidas angulares (ângulos horizontais e verticais). Métodos de levantamentos planimétricos e planialtimétricos: poligonação, triangulação, interseções. Processamento de dados topográficos: cálculo da planilha de coordenadas cartesianas. Cálculos de áreas e volumes. Altimetria: generalidades e definições. Cotas, altitudes e diferenças de nível. Equipamentos de nivelamentos. Processos de nivelamento (geométrico e trigonométrico). Levantamentos batimétricos: conceitos e métodos. Equipamento batimétricos. Forma de representação do relevo: desenho do perfil, pontos cotados e curvas de nível. Traçado das curvas de nível: interpolação. Determinação de declividades. Determinação das cotas do greide e das alturas de cortes e aterros. Cálculo de volumes de cortes e aterros. Cálculo dos elementos das curvas horizontais e verticais de vias terrestres. Locação de obras. Escalas numéricas e gráficas. Normas: NBR 14.166 e NBR 13.133. Sistemas geodésicos de referência. Formas da Terra. Datum, Geoide e Elipsoide. Sistemas de coordenadas geodésicos. Transformação de Data geodésicos. Geodésia por satélites. Sistema GNSS: sistemas e técnicas de posicionamento por satélites. Aplicações e erros do sistema GNSS. Equipamentos GNSS. Transporte de coordenadas Geodésicas e UTM. Sistemas de projeção: tipos de projeção: planas, cônicas e cilíndricas. Articulação de cartas. Sistema UTM: definições. Sistema UTM: transformação de coordenadas geodésicas em coordenadas planas UTM e vice-versa. Ajustamento de observações: teoria dos erros e métodos dos mínimos quadrados. Cadastro: definições e rede de referência cadastral. Sistema de informações geográficas: definições. Diferenças entre sistemas SIG, CAD, CAM e AM/FM. Estrutura de dados em SIG. Componentes e características de um SIG. Softwares de SIG. Aplicações de SIG. Sistemas sensores: aplicações, análise e interpretação por meio de imagens terrestres, aéreas e orbitais. Interpretação visual de imagens orbitais. Processamento de imagens digitais. Tratamento de imagens digitais. Correções geométricas de imagens orbitais. Fotogrametria: definições. Plano de voo. Cobertura aerofotogramétrica. Relações fotogramétricas fundamentais. Fotointerpretação. Uso de VANT's na topografia.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13133: execução de levantamento topográfico. Rio de Janeiro, 1994.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14.166: Rede de Referência Cadastral Municipal - Procedimento. Rio de Janeiro, 1998.
- BORGES, A. C. Topografia aplicada à engenharia civil. São Paulo: Edgard Blucher, 1992. v.2.
- CASACA, João Martins. Topografia geral. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 208 p.
- COSTA, A.U.L. Desenho Técnico de Estradas: Topografia, Projeto Geométrico, Terraplanagem. Editora Ciência Moderna. Volume 1, 224p. 2018.
- FITZ, P. R. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- FLORENZANO, T. G. Iniciação em sensoriamento remoto. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
- GONÇALVES, J. A.; MADEIRA, S. & SOUZA, J. Topografia: conceitos e aplicações. Lisboa: Lidel Brasil, 2012.
- JENSEN, J. R. Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres. São José dos Campos, SP: Parêntese, 2009
- KUX, H.J.H. Sensoriamento remoto e SIG avançados: novos sistemas sensores, métodos inovadores. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos 2007.
- MARTINELLI, M. Mapas da geografia e cartografia temática. São Paulo: Contexto, 2009.
- McCORMAC, Jack C. Topografia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. xv, 391 p., il.
- SILVA, J. X. & ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- TULER, M.; SARAIVA, S. Fundamentos de Geodésia e Cartografia. Porto Alegre: Bookman, 2016. 227 p. (Série Tekne).
- TULER, M.; SARAIVA, S. Fundamentos de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2014. 324 p. (Série Tekne).
- TULER, M.; SARAIVA, S. TEIXEIRA, A. Manual de Práticas de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2017. 132 p. (Série Tekne).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ENGENHEIRO AGRÔNOMO)

Agricultura Geral – Grandes culturas, fruticultura, olericultura e plantas ornamentais. Métodos de cultivo, tratos culturais, colheita e beneficiamento. Melhoramento genético de plantas. Biotecnologia. Fisiologia das plantas cultivadas. Métodos de propagação de plantas. Manejo de Pastagens.

Manejo Fitossanitário – Entomologia básica e agrícola. Fitopatologia básica e agrícola. Biologia e ecologia de plantas daninhas. Manejo de integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. Controle alternativo de pragas e doenças. Pragas quarentenárias (IN 38 e 39 de 2018). Pragas não quarentenárias regulamentadas. Uso correto de agrotóxicos e afins. Principais produtos utilizados no controle de pragas e doenças e plantas daninhas. Tecnologia de aplicação de produtos fitossanitários.

Solos – Características morfológicas; ordens e classes de solos, aptidão agrícola, limitações de uso, fertilidade natural. Conservação dos solos e controle da erosão: práticas de manejo de caráter conservacionistas. Propriedades dos solos. Processos pedogenéticos. Coleta de solos para análise: técnica de amostragem. Fertilidade do solo. Cálculo de calagem e adubação. Fertirrigação. Manejo e Gestão de Bacias Hidrográficas.

Irrigação e drenagem – Sistema solo-água-plantas, Balanço hídrico do solo. Necessidade hídrica das culturas. Potencial da água no solo. Retenção e movimento da água no solo. Disponibilidade de água para as plantas. Infiltração e escoamento superficial da água no solo. Uso racional da água. Características hidráulicas dos sistemas de irrigação. Sistemas de irrigação. Avaliação e manejo de sistemas de irrigação. Drenagem agrícola.

Mecanização agrícola – Máquinas e implementos para preparo do solo, cultivo, aplicação de defensivos, corretivos e fertilizantes, colheita e beneficiamento de produtos agrícolas. Sistemas de implantação de culturas e desempenho de equipamentos. Gerenciamento de sistemas motomecanizados (planejamento, dimensionamento, regulação e manutenção, controle de custos).

Legislações ambientais - Política Nacional de Recursos Hídricos. Política Nacional do Meio Ambiente. Lei da Mata Atlântica. Novo Código Florestal. Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. Manual de Fitopatologia Vol. 1: Princípios e Conceitos, 4ª ed. São Paulo. Agronômica Ceres, 2011. 704 p.
- ANDEF - Associação Nacional de Defesa Vegetal. Manual de tecnologia de aplicação. Campinas. São Paulo: Linea Creativa, 2004. Disponível em: <http://www.lpv.esalq.usp.br/sites/default/files/Leitura%20-%20Manual%20Tecnologia%20de%20Aplicacao.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017
- BERNARDO, S.; SOARES, A. A.; MANTOVANI, E. C.. Manual de irrigação. 8ª ed. Atualizada e ampliada. Viçosa: Imprensa Universitária, 2008. 625 p.
- BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, DF. Dez 2006.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF. Ago 1981.
- BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, DF. Jan 1997.
- BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF. Fev 1998.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA**

BRASIL. Decreto no 6.514 de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. Brasília, DF. Jul 2008.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF. Jul 2000.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Lista de pragas quarentenárias ausentes e presentes. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/mapa-disponibiliza-listagem-atualizada-de-pragas-quarentenarias>>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis no 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF. Mai 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Sistemas de produção: milho. Disponível em: <https://www.spo.cnptia.embrapa.br/conteudo?p_p_id=conteudoportlet_WAR_sistemasdeproducaoof6_1ga1ceportlet&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-2&p_p_col_count=1&p_r_p_76293187_sistemaProducaoId=7905&p_r_p_-996514994_topicId=8658>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. Tecnologias de produção de soja - Região central do Brasil 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/975595/tecnologias-de-producao-de-soja---regiao-central-do-brasil-2014>>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3ª ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2008. 422 p.

GALLO, D., O. NAKANO, S. S. NETO, R. P. L. CARVALHO, G. C. BATISTA, E. B. FILHO, J. R. P. PARRA, R. A. ZUCCHI, S. B. ALVES, J. D. VENDRAMIM, L. C. MARCHINI, J. R. S. LOPES & C. OMOTO. Entomologia agrícola. Piracicaba, FEALQ, 2002. 920p.

KER, J. C.; CURTI, N.; SCHAEFER, C. E. G.; TORRADO, P. V. editores. Pedologia: fundamentos. Editora SBCS, 2012, 343 p.

KIMATI, H.; AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A.; CAMARGO, L. E. A. Manual de Fitopatologia Vol. 2: Doenças das plantas cultivadas 5ª ed. São Paulo. Agronômica Ceres, 2016. 769 p.

SANTOS, H. G. dos et al. editores técnicos. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos 3ª edição. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2013. 306 p.

SILVA, A. A & SILVA, J. F. ed. Tópicos em manejo de plantas daninhas. Viçosa: Ed. UFV, 2007. 324 p.

VENZON, M.; PAULA JUNIOR, T. J.; PALLINI, A. (Coord.). Controle alternativo de pragas e doenças na agricultura orgânica. Viçosa: EPAMIG, 2010. 232p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ENGENHEIRO CIVIL)

Planejamento, execução e fiscalização de obras: organização de canteiro de obras; quantificações de materiais e de serviços; orçamentos; vistorias técnicas e fiscalização de obras; processos de controle e compras de materiais; licitações e contratos administrativos; cronogramas. Tecnologia das construções: locação de obra; execução de escavações; execução de fundações; execução de formas e armaduras; produção, transporte, lançamento, adensamento e cura do concreto; execução de estruturas metálicas; execução de estruturas de madeira; execução de alvenarias, inclusive estruturais; execução de instalações prediais; execução de revestimentos; execução de pisos; montagens de esquadrias; execução de coberturas. Materiais de construção: características e propriedades dos materiais de construção; controle tecnológico. Patologias das construções: sintomas, mecanismos, causas, origens e tratamento das consequências das deficiências das construções. Elementos de mecânica estrutural: sistemas estruturais; conceitos de tensão, deformação, propriedades mecânicas dos materiais, carregamentos, dimensionamento de estruturas de concreto, aço e madeira. Topografia: equipamentos de topografia; levantamentos topográficos; desenho topográfico; cálculos topográficos. Desenho técnico: tipos, formatos, dimensões e dobradura do papel; escalas; desenhos de plantas e cortes de edificações e de componentes dos edifícios; leitura, interpretação e produção de desenhos de arquitetura, de estruturas, de fundações, de instalações prediais em geral e de topografia. Noções de segurança em obras e higiene do trabalho. NR8 – Edificações; NR10 – Segurança em instalações e serviços de eletricidade; NR11 – Transporte, movimentação, armazenamento e manuseio de materiais; NR17 – Ergonomia; NR18 – Condições e meio-ambiente de trabalho na indústria da construção; NR23 – Proteção contra incêndio; EPIs e EPCs utilizados em obras e serviços; critérios básicos para a promoção de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Desempenho nas edificações habitacionais. Acessibilidade nas edificações. Saídas de emergência em edifícios. Estudos ambientais. Inspeções preventivas e corretivas: programação e avaliação de relatórios de inspeção; perícia de projetos e obras, com emissão de laudos e avaliações.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Instalações elétricas de baixa tensão, NBR 5410, 209 páginas, Rio de Janeiro, 2004, Versão Corrigida 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Instalação predial de água fria, NBR 5626, 41 páginas, Rio de Janeiro, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Projetos de estruturas de concreto – Procedimento, NBR 6118, 238 páginas, Rio de Janeiro, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Projeto e execução de fundações, NBR 6122, 91 páginas, Rio de Janeiro, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Representação de projetos de arquitetura, NBR 6492, 27 páginas, Rio de Janeiro, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Projeto e execução de instalações prediais de água quente, NBR 7198, 6 páginas, Rio de Janeiro, 1993.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Segurança na execução de obras e serviços de construção, NBR 7678, 112 páginas, Rio de Janeiro, 1983.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Sistemas prediais de esgoto sanitário – Projeto e execução, NBR 8160, 74 páginas, Rio de Janeiro, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios, NBR 8800, 237 páginas, Rio de Janeiro, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, NBR 9050, 148 páginas, Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Saídas de emergência em edifícios, NBR 9077, 40 páginas, Rio de Janeiro, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Instalações prediais de águas pluviais - Procedimento, NBR 10844, 13 páginas, Rio de Janeiro, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Concreto de cimento Portland - preparo, controle, recebimento e aceitação – Procedimento, NBR 12655, 23 páginas, Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Preparação de concreto em laboratório - Procedimento, NBR 12821, 5 páginas, Rio de Janeiro, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Execução de estruturas de concreto - Procedimento, NBR 14931, 53 páginas, Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Edificações habitacionais - Desempenho, NBR 15575-2, 31 páginas, Rio de Janeiro, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Edificações habitacionais – Desempenho, NBR 15575-6, 32 páginas, Rio de Janeiro, 2013.

LEI Nº 3/1950. Institui o Código de Posturas Municipais do Município de Lagoa Santa e dá outras providências.

LEI Nº 2633/2006. Institui o Plano Diretor do Município de Lagoa Santa, em conformidade com a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

LEI Nº 2759/2007. Estabelece normas para o Parcelamento do Solo para Fins Urbanos no Município de Lagoa Santa, dispõe sobre regularização e autorização de implantação de loteamento fechado no âmbito do Município e dá outras providências.

LEI Nº 2862/2008. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural do Município de Lagoa Santa e dá outras providências.

LEI Nº 2863/2008. Institui o Código de Obras e Edificações do Município de Lagoa Santa e dá outras providências.

AMBROSEWICZ, P. H. L., Materiais de Construção, São Paulo: Pini, 2012.

BURIN, E. M. et al., Vistorias na construção civil, São Paulo: Pini, 2009.

CARVALHO JR, R., Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura, 11ª ed., São Paulo: Blucher, 2017.

CLÍMACO, J. C. T. S., Estruturas de concreto armado, 3ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

CREDER, H., Instalações elétricas, 16ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2016.

CREDER, H., Instalações Hidráulicas e Sanitárias, 6ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2006.

FAKURY, R. H. et al., Dimensionamento de elementos estruturais de aço e concreto, São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

GOMIDE, T. L. F., Engenharia diagnóstica em edificações, São Paulo: Pini, 2014.

HACHICH, W. et al., Fundações: teoria e prática, 3ª ed., São Paulo: Pini, 2016.

HIBBELER, R. C., Resistência dos materiais, 7ª ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MARTHA, L. F., Análise de estruturas: conceitos e métodos básicos, 2ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

MATTOS, A. D., Como preparar orçamento de obras, 2ª ed., São Paulo: PINI, 2014.

MCCORMAC, J. et al., Topografia, 6ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 2016.

RICARDO, H. S.; CATALINI, G., Manual prático de escavação, terraplenagem e escavação de rocha, 3ª ed., São Paulo: PINI, 2008.

SALGADO, J., Técnicas e Práticas Construtivas para Edificação, São Paulo: Érika, 2018.

SARAPKA, E. M., Desenho Arquitetônico Básico, São Paulo: Pini, 2010.

TAUIL, C. A.; NESSE, F. J. M., Alvenaria Estrutural, São Paulo: Pini, 2010.

YAZIGI, W., A Técnica de Edificar, São Paulo: Pini, 2016.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ENGENHEIRO ELETRICISTA)

Eletricidade: Grandezas elétricas; Associações de componentes; Circuitos elétricos em corrente contínua e corrente alternada; Fontes: de tensão, de corrente, independente, controlada; Potência e energia nos circuitos elétricos; Fator de potência; Instrumentos de medição de grandezas elétricas; Leis fundamentais da eletricidade; Métodos de análises: Thevenin, Norton, Maxwell, Kirchhoff, Superposição, Máxima transferência de potência; Análise e interpretação de gráficos e de formas de ondas. Curto-circuito nas instalações elétricas: Análise das correntes de curto-circuito. Valores percentuais e por unidade. Tipos de curto-circuito. Componentes simétricas. Cálculo de curtos-circuitos. Aplicações das correntes de curto-circuito. Instalações elétricas: Sistema elétrico de potência; Fornecimento de energia elétrica; Normas técnicas aplicadas aos sistemas elétricos; Instalações elétricas industriais de alta e baixa tensão; Componentes das instalação elétrica; Cargas instaladas e demandas; Distribuição das cargas em circuitos elétricos; Ramais alimentadores e suas proteções; Diagramas unifilares, em blocos, funcional, multifilar da instalação elétrica; Luminotécnica; Iluminação de interiores e de exteriores; Instalações elétricas prediais; Dimensionamento de cargas; Dimensionamento de: eletrodutos, condutores, disjuntores e dispositivos de proteção; Demanda e fator de potência; Equilíbrio de fases; Quadros de distribuição de energia; Quadros de comandos de equipamentos elétricos; Proteção de redes elétricas; SPDA - Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas. Sistemas de automação predial integrada. Manutenção corretiva e preventiva de equipamentos e instalações elétricas. Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Máquinas elétricas: Geradores e motores de corrente contínua; Motores monofásicos e trifásicos; Transformadores monofásicos e trifásicos;



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Transformadores de medida; Partida e proteção de motores elétricos; Relés, contadores, disjuntores; fusíveis do tipo "D" e NH; relé de sobrecarga; Simbologia utilizada em comandos elétricos; Circuitos de carga e comandos elétricos; Simbologia numérica e literal de comandos elétricos. Transmissão e distribuição de energia elétrica: Sistemas de transmissão e de distribuição. Planejamento, projetos e estudos de engenharia. Construção, operação, manutenção, proteção, desempenho, normas, padrões e procedimentos. Proteção de sistemas elétricos: Sistemas elétricos de potência. Transformadores de corrente e de potencial para serviços de proteção. Proteção digital de sistemas elétricos de potência. Proteção de sobrecorrente de sistemas de distribuição de energia elétrica. Esquemas de tele proteção. Proteção diferencial de transformadores de potência, geradores e barramento. Proteção digital de sistemas elétricos de potência. Eletrônica: Componentes eletrônicos: diodos, transistores BJT, FET e MOSFET, DIAC, TRIAC, SCR, IGBT; Circuitos utilizando componentes eletrônicos; Configurações dos componentes eletrônicos; Componentes eletrônicos em corrente contínua e alternada. Amplificadores; Amplificadores Operacionais; Osciladores; Resposta em frequência; Circuitos retificadores monofásicos, trifásico e polifásico; Retificadores controlados; Choppers; Chaves estáticas; Conversores; Inversores. Sistemas digitais: Sistemas de numeração e códigos. Portas lógicas e álgebra booleana. Circuitos lógicos combinacionais. Sistemas sequenciais. Latches e flip flops. Circuitos sequenciais síncronos e assíncronos. Registradores e contadores. Memórias. Sequenciadores. Dispositivos lógicos programáveis. Microprocessadores; Microcontroladores. Desenho técnico e arquitetônico: Desenho projetivo: vistas ortográficas, leitura e interpretação de desenho, supressão de vistas. Dimensionamento e cotação. Perspectivas. Cortes. Vistas especiais. Escalas. Representação de um projeto. Simbologia. Normas técnicas aplicadas ao desenho técnico e arquitetônico. Utilização de software para desenho – AutoCAD – a partir da versão 2016.

REFERÊNCIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Normas técnicas aplicadas: ao sistema elétrico, às instalações prediais, ao desenho técnico e arquitetônico.
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Procedimentos de distribuição de energia elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST. www.aneel.gov.br/prodist. Acesso em OUT/2018.
- ARRAÇABA, Devair Aparecido e GIMENEZ, Salvador Pinillos. Eletrônica de potência – conversores CA/CC – teoria, prática e simulação. São Paulo: Érica, 2011.
- BALDAM, Roquemar de Lima e COSTA, Lourenço. AutoCAD 2016: utilizando totalmente. São Paulo: Érica, 2015.
- BOYLESTAD, Robert, NASHIELSKY, Louis. Dispositivos eletrônicos e teoria de circuitos. 6a ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- CAVALIN, Geraldo e CERVELIN, Severino. Instalações elétricas prediais: conforme Norma NBR 5410:2004. 21a ed. rev. e atual. São Paulo: Érica, 2011.
- CEMIG. Manuais: Gerenciamento de energia, SMF – Sistema de medição de faturamento, Micro e minigeração distribuída, Construção de redes de distribuição por particulares. www.cemig.com.br Acesso em OUT/2018.
- CEMIG. Normas Técnicas ND5.1 - Fornecimento de Energia Elétrica em Tensão Secundária - Rede de Distribuição Aérea Edificações Individuais. www.cemig.com.br Acesso em OUT/2018.
- CEMIG. Normas Técnicas ND5.2 - Fornecimento de Energia Elétrica em Tensão Secundária - Rede de Distribuição Aérea – Edificações Coletivas. www.cemig.com.br Acesso em OUT/2018.
- CEMIG. Normas Técnicas: ND2.2, ND2.3, ND2.9, ND2.10, ND3.1, ND3.3, ND3.5, ND5.30, ND5.31. www.cemig.com.br Acesso em OUT/2018.
- CEMIG. PEC11 - Materiais e Equipamentos Aprovados para Padrões de Entrada. www.cemig.com.br Acesso em OUT/2018.
- CHAPMAN, Stephen J. Fundamentos de máquinas elétricas. 5a ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- COELHO, Ronaldo Sérgio de Araújo. Instalações elétricas - sistemas prediais de energia elétrica proteção contra descargas atmosféricas. São Paulo: PINI, 2013.
- COSTA, Cesar de; MESQUITA, Leonardo e PINHEIRO, Eduardo. Elementos de lógica programável com VHDL e DSP: teoria e prática. São Paulo: Érica, 2011.
- CREDER, Hélio. Instalações elétricas. 16a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- FILHO, João Mamede. Instalações elétricas industriais. 8a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- FILHO, João Mamede. Proteção de sistemas elétricos de potência. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- FRANCHI, Claiton Moro e CAMARGO, Valter Luís Arlindo de. Controladores lógicos programáveis: sistemas discretos. 2a ed. São Paulo: Érica, 2009.
- FRANCHI, Claiton Moro. Acionamentos elétricos. 4a ed. São Paulo: Érica, 2008.
- MALVINO, Albert Paul. Eletrônica. Porto Alegre: McGraw Hill, 7a ed. 2011.
- MARKUS, Otávio. Circuitos elétricos – corrente contínua e corrente alternada – teoria e exercícios. 9a ed. rev. São Paulo: Érica, 2011.
- MICELI, Maria Teresa e FERREIRA, Patrícia. Desenho técnico básico. 2a ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008.
- MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico. 4a ed. São Paulo: Blucher, 2001.
- NASCIMENTO, G. Comandos elétricos: teoria e atividades. 1a ed. São Paulo: Érica, 2011.
- NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade. http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D308E216601310641F67629F4/nr_10.pdf. Acesso em OUT/2018.
- PAPENKORT, Franz. Esquemas elétricos de comando e proteção. 2a ed. rev. São Paulo: E.P.U., 2013.
- PERTECE Jr, Antônio. Amplificadores operacionais e filtros ativos. 8a ed. Porto Alegre, Bookman, 2015.
- RASHID, Muhammad H. Eletrônica de potência: circuitos, dispositivos e aplicações. São Paulo: Makron, 1999.
- SANTOS JÚNIOR, Joubert Rodrigues dos. NR-10 Segurança em eletricidade: uma visão prática. São Paulo: Érica, 2013.
- SIEMENS. Manual de contadores, fusíveis e relés. www.siemens.com.br Acesso em SET/2017.
- SIQUEIRA, Iony Patnota de. Manutenção centrada na confiabilidade: Manual de Implementação. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

STEPAN, Richard M- Acionamento, comando e controle de máquinas elétricas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.
TOCCI, Ronald J., WIDMER, Neal S. Sistemas digitais: princípios e aplicações. 8a ed. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2003.
TORO, Vicent del. Fundamentos de máquinas elétricas. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
VIZNA, Helbert Ricardo Garcia. PCM Planejamento e Controle de Manutenção. 2a ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
WEG. Manuais de chaves de partida. <http://ecatalog.weg.net/files/wegnet/WEG-chaves-de-partida-50009814-catalogo-portugues-br.pdf>. Acesso em OUT/2018.
WEG. Manuais de componentes elétricos de força, comando, sinalização. www.weg.net/br. Acesso em OUT/2018.
WEG. Manual de motores elétricos. <http://ecatalog.weg.net/files/wegnet/WEG-iom-general-manual-of-electric-motors-manual-general-de-iom-de-motores-electricos-manual-geral-de-iom-de-motores-electricos-50033244-manual-english.pdf>. Acesso em OUT/2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (JORNALISTA)

Jornalismo e imprensa local. Ética jornalística: sobre a imparcialidade e a objetividade no jornalismo. Assessoria de imprensa, relações públicas e relacionamento com a mídia. Publicações nas redes sociais e engajamento da audiência. A relação entre os processos comunicacionais e os desenvolvimentos sociais. Técnicas de reportagem. Teorias relativas aos efeitos da mídia e de seus sistemas de produção. Internet: jornalismo digital, integração e convergência de mídias. Gêneros e técnicas de redação jornalística: os critérios de atualidade e relevância.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Eugênio. A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.
DUARTE, Jorge, (Org.). Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia. São Paulo: Atlas, 2011.
FERRARI, Pollyana (Org.). Hipertexto Hiperídia, as novas ferramentas da comunicação digital. São Paulo: Contexto, 2007.
LAJE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Record, 2002.
RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Ciberultura).
THOMPSON, Jonh B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.
JENKINS, Henry et al. Cultura da Conexão – Criando Valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo, Aleph, 2014
JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2008

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROCURADOR DA FAZENDA)

~~DIREITO ADMINISTRATIVO/MUNICIPAL: Código de Obras e suas alterações; Código de Posturas e suas alterações; Lei Orgânica Municipal; Código Municipal de Limpeza Urbana e suas alterações; Lei Municipal nº 3.994/2017 e suas alterações.~~
~~DIREITO TRIBUTÁRIO: O sistema tributário na Constituição. Limitações ao poder de tributar: competência tributária, imunidades e princípios. Lei complementar em matéria tributária. Repartição de receitas tributárias. Conceito de tributo. Espécies tributárias. Espécies não tributárias. Impostos municipais: ISSQN, IPTU e ITBI. Fontes de direito tributário. Interpretação e integração das leis tributárias. Fato gerador. Norma geral antielisão. Obrigação tributária. Sujeitos ativo e passivo. Responsabilidade tributária. Substituição tributária. Capacidade tributária. Crédito tributário. Constituição. Lançamento. Modalidades. Efeitos. Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário. Prescrição e decadência. Garantias e privilégios de crédito tributário. Administração tributária. SIMPLES NACIONAL. Código Tributário Municipal e legislação específica municipal.~~

REFERÊNCIAS

~~AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo, Saraiva, 2013.~~
~~BRASIL, Lei Complementar Nacional nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. (texto atualizado)~~
~~BRASIL, Lei Federal 6.830/80, de 22 de setembro de 1980. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. (Disponível no site www.planalto.gov.br)~~
~~BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei nº 5.172 de 1966.~~
~~BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – Arts. 145 a 162 da CRFB. (texto atualizado).~~
~~BRASIL. Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. (texto atualizado)~~
~~BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2015.~~
~~COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense. 12 ed. 2012.~~
~~LAGOA SANTA, Código de Obras e suas Alterações. Lei Municipal nº 2863, de 31 de dezembro de 2008. Institui o código de obras e edificações do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)~~
~~LAGOA SANTA, Código de Posturas Municipal. Lei nº 03, de 05 de abril de 1950. Institui o Código Municipal de Posturas de Lagoa Santa. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)~~
~~LAGOA SANTA, Código Municipal de Limpeza Urbana e suas alterações. Lei Municipal nº 4077, de 21 de novembro de 2017. Institui o Código de Limpeza Urbana do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)~~



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

~~LAGOA SANTA, Código Tributário Municipal. Lei nº 3080, de 01 de outubro de 2010. Institui o Código Tributário do Município de Lagoa Santa/MG e dá outras providências. (texto atualizado)~~

~~LAGOA SANTA, Lei Municipal nº 3.994, de 12 de junho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos informais e de parcelamentos do solo para fins urbanos, implantados irregularmente no Município de Lagoa Santa, cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)~~

~~LAGOA SANTA, Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa, de 04 de maio de 1990. (texto atualizado)~~

~~MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.~~

~~PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.~~

~~PAULSEN, Leandro. MELO, José Eduardo Soares de. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Livraria do Advogado, 2016.~~

~~SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2015.~~

~~SPAGNOL, Werther Botelho. Curso de direito tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.~~

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PROCURADOR DA FAZENDA)

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Princípios fundamentais.
2. Direitos e garantias fundamentais.
3. Organização do Estado.
4. Organização dos poderes.
5. Administração pública.
6. Servidores públicos.
7. Princípios constitucionais sensíveis.
8. Processo legislativo.
9. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
10. Funções essenciais à justiça.
11. Defesa do Estado e das instituições democráticas.
12. Sistema tributário nacional.
13. Ordem econômica e financeira.
14. Ordem social.
15. Controle de constitucionalidade.
16. Ações constitucionais.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luiz Roberto. Controle de constitucionalidade no Brasil. São Paulo: Saraiva.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros

BONAVIDES, Paulo, MIRANDA, Jorge, AGRA, Walber de Moura. Comentários à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense. Curso de direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

JÚNIOR, José Cretella. Comentários à Constituição de 1988 – Sistema Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de direito Constitucional tributário. São Paulo, Malheiros.

GONÇALVES, Kildare Gonçalves. Direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey

HORTA, Raul Machado. Direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de Direito constitucional. São Paulo: C. Bastos

MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha. São Paulo: Saraiva

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. São Paulo: Atlas

SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva BRASIL.

Constituição da República Federativa do Brasil (texto atualizado).

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais (texto atualizado).

DIREITO ADMINISTRATIVO



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

1. Princípios do Direito Administrativo.
2. Administração Pública: conceito, finalidade, órgãos e agentes.
3. Administração Pública direta e indireta. Poderes Administrativos.
4. Atos Administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação, revogação e anulação.
5. Contratos Administrativos: conceito, espécies, formalização alteração, execução. Inexecução, revisão e rescisão.
6. Licitação: conceito, princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, sanções penais. Recursos administrativos.
7. Serviços Públicos: conceito, classificação, delegação concessão, permissão e autorização.
8. Servidores Públicos. Regime jurídico. Organização do serviço público. Direitos, deveres e proibições do servidor público. Responsabilidade administrativa, civil e criminal do servidor público
9. Bens Públicos: conceito, classificação, aquisição, uso, alienação, imprescritibilidade, impenhorabilidade.
10. Controle da Administração.
11. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das privadas prestadoras de serviço público. Direito de regresso.
12. Limitações do direito de propriedade.
13. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação por necessidade e utilidade pública. Desapropriação por interesse social. Desapropriação indireta. Retrocessão. Servidão e requisição administrativa.
14. Processo administrativo: processo e procedimento, princípios, fases e modalidades.
15. Improbidade administrativa.
16. Reformas Constitucionais Administrativas
17. Mandado de Segurança. Ação Popular. Mandado de Injunção. Ação Civil Pública. Ação por ato de improbidade administrativa

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Juris

DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Curso de direito administrativo. São Paulo: Atlas.

FAGUNDES, M. Seabra. O controle dos atos administrativos pelo poder judiciário. Rio de Janeiro: Forense.

FARIA, Edimur Ferreira de. Curso de direito administrativo positivo. Belo Horizonte: Del Rey

GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva

JAYME, Fernando Gonzaga. Mandado de segurança de acordo com a Lei n. 12.016/2009. Belo Horizonte: Del Rey.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros.

MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. São Paulo: Malheiros.

MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança (atualizado por Arnaldo Wald e Gilmar Ferreira Mendes). São Paulo: Malheiros

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial. Rio de Janeiro: Forense,

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos Belo Horizonte: Del Rey

MOTTA, Carlos Pinto Coelho (Coord.). Curso prático de direito administrativo. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey

TÁCITO, Caio. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva

Lei n. 4.717/65

Lei n. 8.429/92

Lei n. 8.666/93

Lei n. 9.507/97

BRASIL, Lei Complementar n. 101/2000

BRASIL, Constituição da república federativa do brasil (texto atualizado).

LAGOA SANTA, Lei n. 3.241, de 16 de janeiro de 2012.

DIREITO CIVIL

1. Pessoa natural. Personalidade e capacidade. Pessoa jurídica. Domicílio civil.
2. Bens.
3. Fatos, atos e negócios jurídicos.
4. Defeitos dos atos jurídicos.
5. Forma dos atos jurídicos e da sua prova.
6. Atos ilícitos.
7. Prescrição e da decadência.
8. Posse e propriedade



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

9. Obrigações. Conceito. Fontes. Modalidades. Efeitos. Extinção. Consequência da inexecução das obrigações. Cessão de crédito. Contratos. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Obrigações por ato ilícito. Liquidação. Concurso de credores.
10. Responsabilidade Civil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Francisco. *Direito civil* – introdução. Rio de Janeiro: Renovar

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. São Paulo: Malheiros

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva

FIUZA, César. *Direito civil: curso completo*. Belo Horizonte: Del Rey

LÔBO, Paulo. *Direito civil*. São Paulo: Saraiva.

NERY JR. Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código civil anotado e legislação extravagante em vigor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. Rio de Janeiro: Forense

RODRIGUES, Sílvia. *Direito civil*. São Paulo: Saraiva

THEODORO JR. Humberto. *Dano moral*. São Paulo: Juarez de Oliveira.

BRASIL. *Código civil*. Lei n. 10.406/2002

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Jurisdição, ação e processo.
2. Princípios constitucionais do processo civil
3. Sujeitos da relação processual: parte e procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros.
4. Prazos processuais
5. Petição inicial: requisitos.
6. Da antecipação de tutela.
7. Resposta do réu
8. Exceções: de incompetência; de impedimento ou suspeição; procedimento das exceções
9. Julgamento conforme o estado do processo: extinção do processo com ou sem resolução do mérito; julgamento antecipado da lide
10. Prova: conceito, objeto, fontes e meios da prova, ônus da prova
11. Sentença: estrutura e classificação das sentenças
12. Coisa julgada
13. Pressupostos processuais.
14. Procedimentos: comum ordinário, comum sumário e procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.
Conceito e natureza jurídica.
15. Tutela antecipada.
16. Da execução em geral. Das diversas espécies de execução. Meios de defesa do devedor
17. Processo cautelar. Eficácia temporal dos provimentos cautelares.
Procedimentos cautelares nominados e inominados.
18. Ações de procedimentos especiais
19. Recursos: teoria geral e recursos em espécie
20. Mandado de segurança. Ação popular. Mandado de injunção. Ação civil pública.
Ação por ato de improbidade administrativa
21. Liquidação de sentença.
22. Cumprimento da sentença
23. Execução contra a Fazenda Pública
24. Execução Fiscal

REFERÊNCIAS

ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*. São Paulo. Revista dos Tribunais.

ASSIS, Araken de. *Manual da execução*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O novo processo civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris

JAYME, Fernando Gonzaga. *Mandado de segurança de acordo com a Lei 12.016/2009*. Belo Horizonte: Del Rey

MARINONI, Luis Guilherme. *Manual do processo de conhecimento*. São Paulo: Revista dos Tribunais

MARINONI, Luis Guilherme. *Teoria geral do processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

MARINONI, Luis Guilherme. *Execução*. São Paulo: Revista dos Tribunais
MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais
MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O novo processo civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense.
NERY JR. Nelson, NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de processo civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais
NERY JR. Nelson, NERY, Rosa Maria Andrade. *Teoria geral dos recursos*. São Paulo: Revista dos Tribunais
PACHECO, José da Silva. *O mandado de segurança e outras ações constitucionais típicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais
SANTOS, Ernane Fidelis dos. *Manual de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva.
SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Curso de processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Do processo cautelar*. Rio de Janeiro: Forense
THEODORO JUNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. Rio de Janeiro: Forense
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - LEI Nº 13.105, de 16 de março de 2015. (texto atualizado).
Lei n. 9.099, de 26-9-95 – Juizados Especiais Cíveis e Criminais – (texto atualizado).
Lei n. 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal)

DIREITO TRIBUTÁRIO:

1. O sistema tributário na Constituição.
2. Limitações ao poder de tributar: competência tributária, imunidades e princípios.
3. Lei complementar em matéria tributária.
4. Repartição de receitas tributárias. Conceito de tributo.
5. Espécies tributárias. Espécies não tributárias.
6. Impostos municipais: ISSQn. IPTU e ITBI.
7. Fontes de direito tributário.
8. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e integração das leis tributárias.
9. Fato gerador.
10. Norma geral antielisão.
11. Obrigação tributária. Sujeitos ativo e passivo.
12. Responsabilidade tributária. Substituição tributária.
13. Capacidade tributária.
14. Crédito tributário. Constituição.
15. Lançamento. Modalidades. Efeitos.
16. Hipóteses de suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário.
17. Prescrição e decadência.
18. Garantias e privilégios de crédito tributário.
19. Administração tributária.
20. SIMPLES NACIONAL.
21. Matéria Tributária em Juízo: execução fiscal, ação anulatória de débito fiscal e mandado de segurança.
22. Código Tributário Municipal e legislação específica municipal.

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo, Saraiva, 2013.
BRASIL, Lei Complementar Nacional nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. (texto atualizado)
BRASIL, Lei Federal 6.830/80, de 22 de setembro de 1980. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. (Disponível no site www.planalto.gov.br)
BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei n. 5.172 de 1966.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Arts. 145 a 162 da CRFB. (texto atualizado).
BRASIL. Lei Complementar Nacional nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. (texto atualizado)
BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2015.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense. 12 ed. 2012.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
PAULSEN, Leandro. Curso de direito tributário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
PAULSEN, Leandro. MELO, José Eduardo Soares de. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Livraria do Advogado, 2016.
SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2015.
SPAGNOL, Werther Botelho. Curso de direito tributário. Belo Horizonte: Del Rey, 2004



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

DIREITO MUNICIPAL:

1. O município na Constituição da República
2. Autonomia municipal
3. Organização do município
4. Lei orgânica do município de Lagoa Santa
5. Urbanismo e proteção ambiental
6. Plano Diretor do Município de Lagoa Santa
7. Estatuto das Cidades – Lei Federal n. 10.257/2001
8. Código de Obras e suas alterações; Código de Posturas e suas alterações;
9. Lei Orgânica Municipal;
10. Código Municipal de Limpeza Urbana e suas alterações;
11. Lei Municipal n. 3.994/2017 e suas alterações.

REFERÊNCIAS

CASTRO, José Nilo de. *Direito municipal positivo*. Belo Horizonte: Del Rey.

DALLARI, Adilson Abreu, FERRAZ, Sérgio (Coord.). *Estatuto da cidade* – comentários à Lei n. 10.257/2001. São Paulo: Malheiros

GASPARINI, Diógenes. *Estatuto da cidade*. São Paulo: NDJ

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Poder municipal* – Paradigmas para o estado constitucional brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. São Paulo: Malheiros

MELO FILHO, Urbano Vitalino. *Direito municipal em movimento*. Belo Horizonte: Del Rey

BRASIL. Decreto-Lei Federal n. 201, de 27-02-67.

BRASIL. Lei Complementar Federal n. 101, de 04-05-2000.

LAGOA SANTA, Código de Obras e suas Alterações. Lei Municipal nº 2863, de 31 de dezembro de 2008. Institui o código de obras e edificações do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)

LAGOA SANTA, Código de Posturas Municipal. Lei nº 03, de 05 de abril de 1950. Institui o Código Municipal de Posturas de Lagoa Santa. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)

LAGOA SANTA, Código Municipal de Limpeza Urbana e suas alterações. Lei Municipal nº 4077, de 21 de novembro de 2017. Institui o Código de Limpeza Urbana do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)

LAGOA SANTA, Código Tributário Municipal. Lei nº 3080, de 01 de outubro de 2010. Institui o Código Tributário do Município de Lagoa Santa/MG e dá outras providências. (texto atualizado)

LAGOA SANTA, Lei Municipal nº 3.994, de 12 de junho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária de assentamentos informais e de parcelamentos do solo para fins urbanos, implantados irregularmente no Município de Lagoa Santa, cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, e dá outras providências. (Disponível no portal www.lagoasanta.mg.gov.br)

LAGOA SANTA, Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa, de 04 de maio de 1990. (texto atualizado)

SÍTIOS ELETRÔNICOS:

www.stf.gov.br
www.stj.gov.br
www.tjmg.gov.br

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (RELAÇÕES PÚBLICAS)

Sociedade, organizações e comunicação sociedades e organizações contemporâneas:

Novos paradigmas comunicacionais no mundo pós-globalizado. Teoria da comunicação e gestão organizacional: Conceitos e processos de comunicação organizacional; Comunicação e sociedade; Público, massa e audiência; Cultura e representações sociais.

Teorias e estratégias em Relações Públicas, Conceitos básicos, natureza e funções estratégicas, Planejamento, técnicas e instrumentos utilizados em Relações Públicas.

Estratégias de relacionamento com a mídia; Relações com a imprensa; Relações Públicas em mercados especializados. Relações Institucionais e Governamentais: Comunicação pública e política; relações com o governo, associações de classe, agências reguladoras e demais stakeholders; lobby e programas de relacionamento; relação com as empresas e setores econômicos. Opinião pública: Conceitos básicos e objetivos; públicos em Relações Públicas; tipos e técnicas de pesquisas de opinião e mercado; instrumentos de controle e avaliação de resultados; amostra, questionários e tipos de entrevistas. Gestão da comunicação organizacional: Gestão estratégica da comunicação; Planejamento estratégico da comunicação; Comunicação e cultura



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

organizacional; Identidade institucional; Imagem organizacional; Gestão de Crises e Reputação Corporativa; Comunicação Interna; Comunicação Integrada (360º); Comunicação Dirigida; Comunicação Visual; O marketing como gestão organizacional. Planejamento de comunicação organizacional: Etapas do Planejamento; Campanhas culturais, inclusão social e de preservação do patrimônio; Responsabilidade social, Sustentabilidade e relação com a comunidade. Planejamento de Relações Públicas: Instrumentos/técnicas de comunicação; Notas oficiais; Clipping; Release, press-kit e entrevistas coletivas; Assessoria de imprensa; Produção de Eventos institucionais, Cerimonial e Protocolo. Comunicação digital e seus usos institucionais. Novas tecnologias de comunicação aplicadas às Relações Públicas; utilização de Internet e Intranet; ferramentas estratégicas digitais: redes sociais, blogs, sites, newsletters, Landing Pages, eBooks, vídeos, Whitepapers, podcasts. Código de ética e legislação em relações públicas Ética e moral na comunicação; Código de ética, novos meios e formas de controle social da mídia.

REFERÊNCIAS

- ARGENTI, Paul A. Comunicação empresarial. A construção da identidade, imagem e reputação. Trad. Paulo Roberto de Miguel. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- DREYER, Bianca Marder. Relações Públicas na Contemporaneidade: Contexto, Modelos e Estratégias. São Paulo: Summus, 2017.
- FARIAS, Luiz Alberto de. Relações Públicas Estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos. São Paulo: Summus, 2011.
- KUNSCH, Margarida M.K. Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada. 4.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003, 422p.
- _____. A Comunicação Como Fator de Humanização das Organizações. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2010. 258p.
- _____. Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Difusão Editora. 2.ed. 2009.
- _____. (Org.). Relações Públicas e Comunicação Organizacional: campos acadêmicos e aplicados de múltiplas perspectivas. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009a.
- _____. (Org.). Comunicação Organizacional - Vol. 1 - Histórico, Fundamentos e Processos. São Paulo: Saraiva, 2009c.
- _____. (Org.). Comunicação Organizacional - Vol. 2 - Linguagem, Gestão e Perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2009c. 360p.
- MARCHIORI, Marlene. Faces da Cultura e da Comunicação Organizacional - Vol. 2. 2. ed. — São Caetano do Sul, SP : Difusão Editora, 2008.

SUPERIOR SAÚDE

LÍNGUA PORTUGUESA (Para todos os cargos de nível Superior Saúde)

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de texto. Articulação textual, coesão e coerência textual. Morfossintaxe. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Variação linguística.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- BAGNO, Marcos. Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2012.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SAÚDE PÚBLICA (Para todos os cargos de nível Superior Saúde)

Princípios e Diretrizes do SUS. Legislação estruturante do SUS. Participação Popular e Controle Social. Vigilância em saúde. Programa Nacional de Humanização. Política Nacional da Atenção Básica. Programa de acesso e melhoria da atenção básica. Núcleo de Apoio à saúde da Família – NASF. Redes de Atenção à saúde. Legislação Municipal.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Seção III. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM n.º 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 fev. 2006. Seção 1, p. 43. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0399_22_02_2006.html
- Brasil. Presidência da República. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1. p. 18055. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm
- Brasil. Presidência da República. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990. p. 25694. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Brasil. Ministério da Saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde NOB-SUS 93. Brasília, 1993. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1993/prt0545_20_05_1993.html

Brasil. Ministério da Saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde NOB-SUS 96. Brasília, 1996. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/legislacao/nobsus96.htm>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Descentralização da Gestão da Assistência. Regionalização da assistência à saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso: Norma Operacional de Assistência à Saúde: NOAS/SUS 01/02 e Portaria MS/GM n.º 373, de 27 de fevereiro de 2002 e regulamentação complementar. Brasília, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0373_27_02_2002.html

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria nº 2.436, de 21 de Setembro de 2017, Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria- Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizassus_2004.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/img/07_jan_portaria4279_301210.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Guia prático de matriciamento em saúde mental / Dulce Helena Chiaverini (Organizadora) ... [et al.]. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011. Capítulos 1, 2 e 5. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saude_mental.pdf

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília : CONASS, 2007. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colec_progestores_livro6a.pdf

Brasil. Presidência da República. Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa de melhoria do acesso e qualidade. Manual instrutivo para as equipes de atenção básica e NASF. Brasília, 2017. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/Manual_Instrutivo_3_Ciclo_PMAQ.pdf

Brasil. Ministério da Saúde. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Básica, n. 27) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_do_nasf_nucleo.pdf

Minas Gerais. Prefeitura de Lagoa Santa. Lei nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Lagoa Santa, de suas autarquias e fundações públicas e dá outras providências. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/servidor/estatuto-do-servidor/file/4412>

Minas Gerais. Prefeitura de Lagoa Santa. Decreto 3652 de 08 de agosto de 2018. Reorganiza as regiões de saúde do Município de Lagoa Santa e dá outras providências. Disponível em: <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php/legislacao-decretos/category/312-2018-decretos?limit=10&start=10>

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Sistema Estadual de Regulação Assistencial de Minas Gerais: SUS fácil MG. Belo Horizonte, 2006.42 p. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/2/docs/cartilha_sistema_estadual_regulacao_assistencial_mg.pdf

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (Para todos os cargos de nível Superior Saúde)

Conhecimento da legislação municipal no que se refere ao Estatuto do Servidor e o Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo municipal. Lei Orgânica Municipal. Constituição do Estado de Minas Gerais. Constituição da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3.241, de 16 de janeiro de 2012. Lei que dispõe sobre a estrutura do Plano de Cargos e Vencimentos do Poder Executivo do Município de Lagoa Santa, estabelece normas de reequadramento, institui nova tabela de vencimentos e dá outras providências.

LAGOA SANTA, Prefeitura Municipal de. Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lagoa Santa, de suas autarquias e fundações públicas e dá outras providências.

LAGOA SANTA. Lei Orgânica do Município: Título II: “Da organização político-administrativa do Município”: arts. 14 ao 114.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de 1989: Título II: “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”; Título III: “Do Estado”: arts. 6º ao 51.

BRASIL. Constituição da República: Título I: “Dos Princípios Fundamentais”: art. 1º ao 4º; Título II: “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”: art. 5º, 7º, 12º e 13º; Título III: “Da Organização do Estado”: arts. 29 ao 31 e art. 37.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

INFORMÁTICA (Para todos os cargos de nível Superior Saúde)

Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows XP, Windows 7 e Windows 10: configurações básicas do Sistema Operacional; organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear). Editor de texto Microsoft Word 2007, 2010 e 2016: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta. Software de criação e apresentação de slides PowerPoint 2007, 2010 e 2016: criação, formatação, impressão e utilização de recursos disponíveis para criação e apresentação de slides. Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Internet Explorer, Google Chrome e Firefox). Conceitos de segurança da informação, noções básicas de segurança da informação.

REFERÊNCIAS

Cartilha de segurança da internet. Disponível em: <<http://cartilha.cert.br/>>.
Manuais on-line do Microsoft Excel. - <https://support.office.com/pt-BR/Excel>
Manuais on-line do Microsoft Word. - <https://support.office.com/pt-BR/Word>
Manuais on-line do Sistema Operacional Windows. - <https://support.microsoft.com/pt-br>
Manual on-line do Internet Explorer 8.0 ou superior. - <https://support.microsoft.com/pt-br/products/internet-explorer>
Manuais on-line do Google Chrome. - <https://support.google.com/chrome/?hl=pt-BR>
Manuais on-line do Mozilla Firefox. - <https://support.mozilla.org/pt-BR/>
Manual do Microsoft Office - <https://support.office.com/pt-br>

ESPECÍFICOS – SUPERIOR SAÚDE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (CIRURGIÃO DENTISTA ATENDIMENTO ESPECIAL)

Procedimentos clínicos da atenção básica em saúde bucal. Atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais e procedimentos relacionados com a fase clínica da instalação de próteses dentárias elementares. Diagnóstico. Trabalho em equipe. Avaliação de radiografias de diversos tipos. Coordenação de atividades coletivas. Orientação e supervisão de técnicos em saúde bucal (TSB) e auxiliares em saúde bucal (ASB).

REFERÊNCIAS

Oclusão Dentária - Princípios e Prática Clínica Elsevier ed, Leo Marchini, Jarbas Francisco Fernandes dos Santos, 2011.
Capacitação em Administração e Marketing na Odontologia - Editora Ícone 2ª edição, Plínio Marcos Modaffore e Bernardino Marques de Figueiredo Filho, 2010.
Política Nacional de Atenção Básica: Ministério da Saúde ANO:2012, EDITORA: Ministério da Saúde.
Diretrizes Atenção à Pessoa Síndrome Down. MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas 1ª ed, 2013.
Saúde Bucal para Pacientes com Necessidades Especiais: Análise da Implementação de uma Experiência Local Ana Lúcia A. e S. de Souza Freire Tese apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação
Oswaldo Cruz, para a obtenção do título de Doutor em Ciências na área de Saúde Pública. 2011
MANUAL PRÁTICO PARA O ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, Campos CC, Frazão BB, Saddi GL, Moraes LA, Ferreira MG, Setúbal PCO, Alcântara RT 2ª ed 2009 Universidade de Goiás
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS: uma revisão da literatura, Gonçalves JB, 2012 Trabalho de Conclusão da UFMG.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (CIRURGIÃO DENTISTA BUCOMAXIOFACIAL)

Procedimentos clínicos da atenção básica em saúde bucal. Atendimento das urgências, pequenas cirurgias ambulatoriais. Procedimentos relacionados com a fase clínica da instalação de próteses dentárias elementares. Diagnóstico. Trabalho em equipe. Avaliação de radiografias de diversos tipos. Coordenação de atividades coletivas. Orientação e supervisão de técnicos em saúde bucal (TSB) e auxiliares em saúde bucal (ASB).

REFERÊNCIAS

Oclusão Dentária - Princípios e Prática Clínica Elsevier ed, Leo Marchini, Jarbas Francisco Fernandes dos Santos, 2011.
Capacitação em Administração e Marketing na Odontologia - Editora Ícone 2ª edição, Plínio Marcos Modaffore e Bernardino Marques de Figueiredo Filho, 2010.
Política Nacional de Atenção Básica: Ministério da Saúde ano:2012, editora: Ministério da Saúde.
Cirurgia Bucomaxilofacial Pogrel M, Kahnberg K, Andersson L, 2016 ed Santos
Princípios da cirurgia Bucomaxilofacial de Peterson; Miloro M. segunda ed. 2008 ed. Santos.
Tratado de cirurgia Bucomaxilofacial Freitas R. 2006 1ª edição ed Santos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (CIRURGIÃO DENTISTA EDODONTISTA)



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

O Complexo Dentino-Pulpar. Patologias Pulpar e Perirradicular. Pulpotomia. Etapas Operatórias do Tratamento do Sistema de Canais Radiculares. Preparo Biomecânico dos Canais Radiculares. Definição, Conceituação, Importância e Finalidades. Instrumentos Endodônticos. Anestesia local em Endodontia. Microbiologia Endodôntica e Tratamento de Infecções. Sistemas Rotatórios na Endodontia. Diagnóstico em Endodontia. Aspectos Radiográficos de Interesse Endodôntico. Acesso Coronário e Localização dos Canais Radiculares. Preparo Químico-Mecânico dos Canais Radiculares. Fatores que Influenciam o Retratamento Endodôntico. Medicação Intracanal. Interrelações Endodônticas e Periodontais. Efeitos da Idade e da Saúde Sistêmica sobre a Endodontia. O Papel da Endodontia Após o Traumatismo Dentário. Irrigação dos Canais Radiculares.

REFERÊNCIAS

BERGENHOLTZ, G.; HORSTED-BINDSLEV, P.; REIT, C. Endodontia. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006. 322p.
BRAMANTE, C.M. Acidentes e Complicações no Tratamento Endodôntico – Soluções Clínicas. 1. ed. São Paulo: Santos, 2008. 202p.
ESTRELA, C. Endodontia Laboratorial e Clínica: Série ABENO. 1. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2013. 160p.
HARGREAVES, K.M.; COHEN, S. Cohen Caminhos da Polpa. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 928p.
LEONARDO, M.R. Endodontia Tratamento de Canais Radiculares Princípios Técnicos e Biológicos. v. 2., 1. ed. São Paulo: Artes Médicas; 2005. 1471p.
LEONARDO, M.R.; LEONARDO, R.T. Tratamento de Canais Radiculares. 1. ed. São Paulo: Artes Médicas; 2012. 472p.
LOPES, H.P.; SIQUEIRA JR., J.F. Endodontia Biologia e Técnica. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 817p.
LEONARDO, M.R.; LEONARDO, R.T. Endodontia: Conceitos Biológicos e Recursos Tecnológicos. 1. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2009. 601p.
ORSTAVIK, D.; FORD, T.R.P. Fundamentos da Endodontia Prevenção e Tratamento da Periodontite Apical. 1. ed. São Paulo: Santos, 2004. 410p.
TORABINEJAD, M.; WALTON, R.E.; Endodontia Princípios e Prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 496p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (CIRURGIÃO DENTISTA ESTOMATOLOGISTA)

O Processo do Diagnóstico. Exame Clínico. Doenças Vesicobolhosas. Condições Ulcerativas. Lesões Brancas. Lesões Vermelho-Azuladas. Cistos e Tumores Odontogênicos. Manifestações Orais de Doenças Sistêmicas. Doenças Neoplásicas e Não Neoplásicas das Glândulas Salivares. Epidemiologia do câncer Bucal. Semiologia do câncer Bucal. Cistos dos Maxilares e do Pescoço. Tumores Benignos Não Odontogênicos. Infecções Virais. Infecções Fúngicas e Protozoárias. Infecções Bacterianas. Anormalidade dos Dentes. Semiologia Óssea.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O.P. Patologia Oral. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 168p.
CAWSON, R.A.; ODELL, E.W. Fundamentos Básicos de Patologia e Medicina Oral. 8. ed. São Paulo: Santos, 2013. 494p.
NEVILLE, B.W. et al. Patologia Oral e Maxilofacial. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 972p.
PARISE JR., O. Câncer de Boca: Aspectos Básicos e Terapêuticos. São Paulo: Sarvier, 2000. 256p.
REGEZI, J.A.; SCIUBBA, J.J.; JORDAN, R.C.K. Patologia Oral: Correlações Clínicopatológicas. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2017. 402p.
SHAHER, W.G. et al. Tratado de Patologia Bucal. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 837p.
SILVERMAN, S.; EVERSOLE, L.R.; TRUELOVE, E.L. Fundamentos de Medicina Oral. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 384p.
SONIS, S.T.; FAZIO, R.C.; FANG, L. Princípios e Prática de Medicina Oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1996. 491p.
TOMMASI, M.H.M. Diagnóstico em Patologia Bucal. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 463p.
TOPAZIAN, R.G.; GOLDBERG, M.H.; HUPP, J.R. Infecções Orais e Maxilofaciais. 4. ed. São Paulo: Santos, 2006. 529p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ASSISTENTE SOCIAL)

Parâmetros para a atuação do/a Assistente Social na Saúde. O Serviço Social e a atuação nos serviços de saúde. Direitos, deveres, competências, atribuições privativas do/a Assistente Social. Ética e Serviço Social. Atenção e reinserção social de usuários de drogas e dependentes químicos. Políticas de Saúde e a Rede de Atenção a Saúde da Pessoa com Deficiência. Envelhecimento populacional contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (Org). Código de ética do/a assistente social comentado. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília: CFESS, 2008.
MATOS, Maurílio Castro. Reforma Sanitária e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: elementos para o debate. In: BRAVO, Maria Inês Souza; VASCONCELOS, Ana Maria; GAMA, Andréa de Souza; MONNERAT, Gisele Lavinias (Org.). Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
BRAVO, M.L.S.; CORREIA, M.V.C. Desafios do controle social na atualidade. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n.109, p. 126-150, jan./mar. 2012.
VERAS, Renato Peixoto. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. In: Rev Saúde Pública 2009; N.43(3). Pág.548-554.
FERTONANI, Hosanna Patrig et al. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1869-1878, June 2015.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

MENDES. Vera Lúcia. Políticas de Saúde e a Rede de Atenção a Saúde da Pessoa com Deficiência I Seminário Nacional sobre Deficiência e Funcionalidade Transitando do Modelo Médico para o Biopsicossocial 21/11/2014

LEITE, Marcos da Costa. Aspectos básicos do tratamento da síndrome de dependência de substâncias psicoativas. 2ª ed. Brasília; Brasil. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. Secretaria Nacional Antidrogas; 2001.

BRASIL. Lei Federal Nº 11.343/2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

-Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742/93 e demais alterações.

-https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

-Estatuto da Criança e do Adolescente, suas alterações e demais legislações pertinentes

-Estatuto do Idoso, suas alterações e demais legislações pertinentes

-Estatuto da Pessoa com Deficiência, suas alterações e demais legislações pertinentes

-Lei Federal 11.340/2006, suas alterações e demais legislações pertinentes.

-Legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), suas alterações e demais legislações pertinentes: Política nacional de Assistência Social, Lei Orgânica da Assistência Social, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB SUAS e a Tipificação de Serviços Socioassistenciais

-Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), suas alterações e demais legislações pertinentes

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (BIÓLOGO)

~~Seres vivos: Características da morfologia e fisiologia dos diferentes grupos animais e vegetais. Características que auxiliam na adaptação ao ambiente pelos diferentes grupos animais e vegetais. Biologia molecular: conceitos básicos, molécula de DNA (constituição, duplicação, tradução e transcrição), gens (conceito, hereditariedade); biotecnologia (princípios básicos das técnicas mais utilizadas e a importância do emprego das técnicas). Microbiologia: principais grupos e suas características morfológicas e fisiológicas, espécies mais utilizadas nos estudos de biotecnologia. Ecologia: conceitos básicos. Dinâmica populacional. Diferentes biomas e sua composição. Impacto ambiental e Manejo de recursos naturais (princípios básicos). Epidemiologia: conceito, princípios básicos e importância. Educação Ambiental: conceito, princípios e importância. Metodologia de pesquisa: Etapas metodológicas básicas para iniciar um estudo de inventário da biodiversidade da fauna e flora. Princípios básicos para o desenvolvimento de pesquisas na área biológica. Legislação que rege os trabalhos de pesquisa com animais e humanos.~~

REFERÊNCIAS

ALBERTS, Biologia Molecular da Célula. Gaby Renard, 6 ed., Porto Alegre: Artmed, 2017.

BIODIVERSIDADE. E.O. Wilson (Ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. Parte 6 Como a Biodiversidade é monitorada e protegida. p. 287-329. Parte 7 Ciência e Tecnologia: Como podem ajudar. ? p. 333-395.

GARAY, B. DIAS. Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais: Avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento. Ed. Vozes. Petrópolis. 2011

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Ambiental. IN: Educação Ambiental e Sustentabilidade. Ed. Barueri, SP, Manole, 2014.

GIULIETTI, A. M. et al. Biodiversidade e conservação das plantas no Brasil. MEGADIVERSIDADE | Volume 1 | Nº 1 | Julho 2005. Disponível em:

https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/22819389/09_giulietti_et_al.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1539553456&Signature=%2BcUK5%2FCYkrtQBwc7yGQFBsZVYA0%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3D2005_-_Biodiversidade_e_conservacao_das.pdf

PHILIPPI JR., Arlindo, coord. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Ed. Barueri, SP, Manole, 2014.

HILL, R. W. et al. Fisiologia Animal. Ed. Artmed, Porto Alegre. 2011.

PELZAR, M.J.; CHAN, E.C.S. e KRIEG, N.R. Microbiologia conceitos e aplicações, vol 1 e 2, 2ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

RAVEN, P.H. et al. Biologia Vegetal. Ed. Guanabara, RJ, 2001.

TOLEDO, R. F. e PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental em Unidades de Conservação. IN: Educação Ambiental e Sustentabilidade. Ed. Barueri, SP, Manole, 2014.

http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap1.pdf

http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap2.pdf

http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap4.pdf

http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap3.pdf

http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap5.pdf

http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/Aval_Conhec_Cap6.pdf

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (BIÓLOGO)

Conservação da fauna silvestre (Biossegurança aplicada ao manejo de fauna silvestre)



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Fauna ameaçada de extinção. Tráfico de animais silvestres. Livro Vermelho das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção (MMA). Resgate de fauna e de flora: técnicas de captura e coleta, introduções, reintroduções, translocações e adensamento populacional

https://www.iic.org/sites/default/files/disclosures/pcfa_rev2_0.pdf

[Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção - ICMBio](#)

[Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/.../fauna-brasileira/livro.../vol_1_parte2.pdf](#)

Alho, C J. R. [Integração entre Biodiversidade e Aplicação de Pesquisa Científica Resultando em Manejo Para uso Sustentável e Conservação](#). *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 2010 - [revistarebram.com](#) 131-434-1-PB.pdf

<https://www.google.com/search?q=Alho%2C+C.J.+R.+Integra%C3%A7%C3%A3o+entre+Biodiversidade+e+Aplica%C3%A7%C3%A3o+de+Pesquisa+Cient%C3%ADfica+Resultando+em+Manejo+Para+uso+Sustent%C3%A1vel+e+Conserva%C3%A7%C3%A3o&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b-ab>

http://www.ief.mg.gov.br/images/SEMAD/REGULARIZACAO/TR_MANEJO_FAUNA/Informações_para_Obtenção_das_Autorizações_de_Manejo_de_Fa.pdf

Doenças Infectocontagiosas e parasitárias típicas de animais silvestres

RAMOS, J. C. **Zoonoses e Doenças Emergentes Transmitidas por Animais Silvestres**

Disponível em: <http://r1.ufrj.br/adivaldofonseca/wp-content/uploads/2014/06/Ramos-Silva-JC-2004-Doencas-Emergentes-e-Zoonoses-Animais-Silvestres-www-abravas-org-br-.pdf>

Ecologia da Paisagem

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16115/1/ARTIGO_EcologiaPaisagemConceitos.Pdf

<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1515/1/AspectosEcologiaPaisagem.pdf>

GUREVITCH, J.; SCHEINER, S. M. & FOX, G. A. *Ecologia Vegetal*. Ed Porto Alegre: Artmed, 2009. Capítulo 16.

Espécies Invasoras

GUREVITCH, J.; SCHEINER, S. M. & FOX, G. A. *Ecologia Vegetal*. Ed Porto Alegre: Artmed, 2009. Capítulo 13 e 21

ZILLER, S. R. Plantas exóticas invasoras: a ameaça da contaminação biológica. *Ciência Hoje*, dez de 2001/

Disponível em: <http://www.institutohorus.org.br/download/artigos/cienhojedez2001.pdf>

SAMPAIO, A. B. e SCHMIDT, I. B. Espécies exóticas invasoras em unidades de conservação federais do Brasil. *Biodiversidade Brasileira* 3(2):32-49, 2013.

<http://www.icmbio.gov.br/revistaelectronica/index.php/BioBR/article/view/351>

Legislação para elaboração de pareceres e notas técnicas na conservação de Zonas Úmidas (Convenção de RAMSAR)

<http://www.mma.gov.br/informma/item/8565-zonas-úmidas>

As zonas úmidas cuidam da água - Ministério do Meio Ambiente

Disponível em: www.mma.gov.br/publicacoes/.../53-biodiversidade-aquatica.html?...2013...

Legislação sanitária

Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999,

<http://www.anvisa.gov.br/alimentos/legis/geral.htm>

Lei 8.080 de 19/09/1990

http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm

Serviços ecossistêmicos e serviços de biodiversidade.

Valoração Econômica dos recursos naturais e remuneração.

Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos Um Business Case para a Agricultura Brasileira. Disponível em: http://www.spvs.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Business_Case_PORTUGUES_web-1.pdf

Guedes, Fátima Becker e Seehusen, Susan Edda (Orgs). *Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios*. Brasília: MMA, 2011]

Disponível em: www.mma.gov.br/.../psa_na_mata_atlantica_licoes_aprendidas_e_desafios_202.pdf



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Subsídios para o desenvolvimento econômico a partir do conhecimento sobre Serviços Ecossistêmicos e a Biodiversidade na Flota

Disponível em: http://www.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/143-economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade.html?download=1442:subs%C3%ADdios_Relat%C3%B3rio_flotaamapapdf.

KILL, J. Valoração Econômica e Pagamento por Serviços Ambientais. Reconhecimento do Valor da Natureza ou Atribuição de Preço à destruição da Natureza?

https://br.boell.org/sites/default/files/valoracaoeconomica_boll_1.pdf

Unidades de Conservação, importância, função ecológica.

TOLEDO, R. F. e PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental em Unidades de Conservação. IN: Educação Ambiental e Sustentabilidade. Ed. Barueri, SP, Manole, 2014.

HENRY-SILVA, G. G. A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica. Revista LOGOS, n. 12, 2005.

Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/190/UC.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (EDUCADOR EM SAÚDE)

Conjunto de normas educacionais legais, leis e regulamentos, com instrução jurídica, relativas ao setor educacional, Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), ensino a distância e a didática no ensino superior. Tendências pedagógicas, a pedagogia liberal; o tecnicismo; os crítico-reprodutivistas; currículo. Educação inclusiva, avaliação de aprendizagem e a educação progressista. Metodologias de ensino. Tecnologias digitais. Processo Ensino aprendizagem e qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Estrutura e Organização do Sistema Educacional, gestão e educação. Planejamento, execução e avaliação no ensino, elaboração de plano de curso. Avaliação dos processos de ensino aprendizagem, avaliação institucional na área de educação. Aspectos Éticos, Filosóficos e Sociológicos da Educação.

REFERÊNCIAS

Gordis. L. Epidemiologia. 4º ed. Editora Revinter, 2010.

ROUQUAYROL, M Z; SILVA M.G.C. Epidemiologia & Saúde. Editora Medici. 7ª edição, Editora MedBook, 2013

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM n.º 1.101, de 12 de junho de 2002. Estabelece os parâmetros assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jun. 2002. Seção 1, p. 36.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM n.º 1.559, de 1º de agosto de 2008. Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM n.º 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 fev. 2006. Seção 1, p. 43.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria SAS n.º 589, de 27 de dezembro de 2001. Implementa a Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade (CNRAC), com objetivo de organizar a referência Interestadual de Pacientes que necessitem de assistência hospitalar de alta complexidade. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de. 2001. Seção 1. p. 184.

_____. Ministério da Saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde NOB-SUS 93. Brasília, 1993.

_____. Ministério da Saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde NOB-SUS 96. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências. 2. ed. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Descentralização da Gestão da Assistência.

Regionalização da assistência à saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso: Norma Operacional de Assistência à Saúde: NOAS/SUS 01/02 e Portaria MS/GM n.º 373, de 27 de fevereiro de 2002 e regulamentação complementar. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Portaria SAS n.º 423, de 9 de Julho de 2002. Detalha as atribuições básicas inerentes a cada nível do governo no controle, regulação e avaliação da assistência à saúde no SUS. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jul. 2002. Seção 1. p. 74.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Regulação no setor saúde: em direção aos seus fundamentos públicos. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1. p. 18055.

_____. Presidência da República. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1990. p. 25694.

_____. Ministério da Saúde. Portaria N. 3.410/2013. Estabelece as diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP).



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

- Correia, L. M. Inclusão e Necessidades Educativas Especiais. Um guia para Educadores e Professores. (2ªed). (Coleção Necessidades Educativas Especiais). Porto: Porto Editora, 2008.
- Freire. P. Pedagogia do Oprimido. 17ª. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987. 934p
- Freire. P. Pedagogia da Autonomia. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1996. 144p.
- GADOTTI, Moacir, 1941- História das ideias pedagógicas. 8 Ed. São Paulo. Ática, 1999.
- LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58p.
- LUCKESI, Cipriano C. Planejamento, Execução e Avaliação no Ensino: a busca de um desejo. In: Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 1995.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 5ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2ª edição – São Paulo: Cortez, (Coleção magistério Série Formação do professor). 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: Políticas, estrutura e organização – 10ª edição. São Paulo: Cortez 2012 (Coleção docência em formação: Saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta)
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Sistema Estadual de Regulação Assistencial de Minas Gerais: SUS fácil MG. Belo Horizonte, 2006. 42 p.
- PADILHA, P. R. Planejamento dialógico – como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.
- Rossi. M.G.R. et al. Tecnologias Digitais. Desafios, possibilidades e relatos de experiências. Ed. Ibicit. Brasília, 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ENFERMEIRO)

Ética e Legislação do exercício profissional. Epidemiologia e vigilância em saúde. Saúde da família: estratégia de organização da atenção básica. Programa nacional de imunização. Aspectos metodológicos da assistência de enfermagem: Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Aspectos técnicos da assistência de enfermagem: princípios da administração de medicamentos e cuidados de enfermagem, relacionados à terapêutica medicamentosa, ao tratamento de feridas e prevenção de lesões cutâneas. Diagnóstico e planejamento da assistência de enfermagem: conceito, finalidade e organização, recursos humanos, recursos materiais, relacionamento humano e profissional, supervisão e liderança, trabalho em equipe, educação continuada em enfermagem, administração da assistência de enfermagem. Assistência de enfermagem na atenção à saúde da criança, mulher, adulto, idoso e saúde mental. Assistência de enfermagem ao indivíduo em situação de urgência / emergência. Assistência de enfermagem na atenção e controle das doenças infecciosas e contagiosas. Assistência de enfermagem na atenção às doenças crônicas e degenerativas. Biossegurança: prevenção e controle da população microbiana. Programa de Gerenciamento de Resíduos de Saúde (PGRSS).

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Assistência Segura: Uma Reflexão Teórica Aplicada à Prática. Brasília: Anvisa, 1ª Edição - 2013.
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde; ANVISA - 2017.
- AMERICAN HEARTH ASSOCIATION. Destaques das Diretrizes da American Heart Association 2015 para RCP e ACE. Guidelines, 2015.
- ANVISA – RDC 306 – 2004, que dispõe sobre gerenciamento de produção de resíduos.
- ASPERHEIM, M.K. Farmacologia para enfermagem. 11ª ed. Elsevier, 2009.
- Assistência ao parto e nascimento: Diretrizes para o cuidado multidisciplinar. Belo Horizonte, 2015.
- BARROS, Alba L. B. et al. Anamnese e exame físico – Avaliação Diagnóstica de Enfermagem no Adulto. Artmed, 2010.
- BORGES, Eline Lima et al. Feridas: como tratar. 2ª ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2008.
- BRASIL. Lei Nº 7.498 de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Publicada no DOU de 26 de junho de 1986. Seção I – fls. 9.273 a 9.275.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Amamentação e uso de medicamentos e outras substâncias. 2ª ed. Amamentação e uso de drogas. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à Saúde do Recém-Nascido: Guia para os profissionais de Saúde. Cuidados Gerais. v.1. Brasília, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias. Guia de bolso. 8ª ed. revista. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção clínica das doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais crônicas. Caderno de Atenção Básica, n. 14, 2006.
- BRASIL. Normas e Regulamentos. NR 32. Dispõe sobre a Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.
- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. 2ª ed. revisada, Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 197 p.
- BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília/DF: 2011.
- BRUNNER; SUDDARTH. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan, 2015. 13ª ed. 2v.
- COFEN. Resolução Nº 358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência da enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.
- COFEN. Resolução Nº 0564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
- COFEN. Resolução Nº 0544/2017. Consulta de enfermagem.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 543/2017. Atualiza e estabelece parâmetros para o dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem nos serviços/locais em que são realizadas atividades de enfermagem. Brasília, DF: 2017.
- KURCGANT, Paulina. Administração em enfermagem. São Paulo: EPU, 2003.
- NASI, L. A. Rotinas em pronto-socorro. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Organização Mundial da Saúde – Representação Brasil. Linhas de Cuidado: Hipertensão Arterial e Diabetes. Brasília, 2010.

PORTARIA nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo e dá outras providências.

Protocolo de prevenção e tratamento de feridas. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2011.

SILVA, M. T. et al, Cálculo e administração de medicamentos na enfermagem. 3ª ed. São Paulo: Martinari, 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO)

Assistência Farmacêutica. Gestão da assistência farmacêutica municipal. Ciclo da assistência farmacêutica. Política de assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde, assistência farmacêutica e estratégia saúde da família, núcleo de apoio a estratégia saúde da família. Logística Farmacêutica. Gestão Técnica e Clínica do Medicamento. Gerenciamento da Terapia Medicamentosa na Atenção Primária. Revisão da farmacoterapia, Manejo de Condição Crônica de Saúde, Monitorização Terapêutica, Conciliação de medicamentos. Uso racional de Medicamentos. Farmacotécnica: formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semi-sólidas e parenterais: conceito, importância, aspectos biofarmacêuticos, preparo, acondicionamento. Farmacologia e Farmacoterapia: farmacocinética; farmacologia e farmacoterapia na hipertensão, dislipidemias, insuficiência cardíaca; farmacologia e farmacoterapia no diabetes; farmacologia e farmacoterapia na tuberculose, hanseníase e leishmaniose; farmacologia e farmacoterapia nas doenças infecciosas agudas em atenção primária; farmacologia e farmacoterapia na asma; princípios da farmacoterapia em idosos; princípios da farmacoterapia em pediatria; processos da farmacoterapia; avaliação global da farmacoterapia, anticoncepção hormonal; reações adversas a medicamentos, interações medicamentosas. Medicamentos de risco na gestação e lactação. Medicamentos empregados em parasitoses humanas. Bioquímica Clínica: causas de variação nas determinações laboratoriais: a preparação do paciente. Variações e erros devidos à amostra biológica; Fotometria em Bioquímica Clínica: conceito, tipos, leis de fotometria, aplicação nas análises clínicas; Técnicas, fundamentos químicos e interpretação clínica de exames de: glicemia, função renal, função hepática, colesterol, triglicérides. Urinalise: fundamentos químicos, interpretação das análises. Hematologia Clínica: Interpretação clínica do hemograma: valores de referência. Índices hematimétricos. Hematoscopia normal e patológica. Alterações qualitativas e quantitativas; Anemias; Imuno-hematologia: exames laboratoriais para classificação sanguínea; Coagulação e hemostasia: técnicas usadas, interpretações; métodos de coloração para exames hematológicos. Parasitologia Clínica: Patogenia, sintomatologia, epidemiologia, profilaxia e diagnóstico das parasitoses humanas. Fundamento das técnicas utilizadas no diagnóstico das parasitoses humanas. Microbiologia Clínica: Diagnóstico laboratorial de Tuberculose, Hanseníase. Métodos de coloração GRAM, BAAR. Imunologia: técnicas sorológicas, fixação do complemento, aglutinação, inibição da aglutinação, precipitação, imunofluorescência.

REFERÊNCIAS

ACÚRCIO, F.A. Medicamentos: políticas, assistência farmacêutica, farmacoepidemiologia e farmacoeconomia. Belo Horizonte: COOPMED, 2013. 319 p

AULTON ME, TAYLOR KMG. Delineamento de Formas Farmacêuticas. 4 ed Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, 872 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas Farmacêuticas no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf). Disponível em: http://www.saude.goiania.go.gov.br/docs/divulgacao/NASF_praticas_farmaceuticas_nasf_2017.pdf Acesso em: 09 de outubro de 2018.

BERMUDEZ, J. A. Z et al. Assistência Farmacêutica nos 30 anos do SUS na perspectiva da integralidade Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1937-1949, June 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601937&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 outubro. 2018.

BURTIS, CA; ASHWOOD, ER; BRUNS, Davi E. Tietz fundamentos de química clínica. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 959p

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016, 200p. Disponível em :< http://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf>

CORRER, C. J.; OTUKI, M. F. A prática farmacêutica na farmácia comunitária. Porto Alegre: Artmed, 2012. 454 p.

ERICHSEN, E S; VIANA, LG; FARIA, ROSA D.; SANTOS, SME. Medicina laboratorial para o clínico. Belo Horizonte: COOPMED/UFGM, 2009

FUCHS, F D.; WANNMACHER, L. Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. 833 p.

NEVES, D P; COSTA, AO.; MELO, AL.; LINARDI, PM.; VITOR, RWA. Parasitologia humana. 12. ed. São Paulo: Atheneu, 2012. 546 p.

OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S.; LUIZA, VL(Org.) ; CASTILHO, SR (Org.) ; OLIVEIRA, MA(Org.) ; MARIN, N(Org.) . Assistência Farmacêutica: gestão e prática para profissionais de saúde. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. v. 1. 469p.

PONTAROLLI, D.R.S.; MORETONI, C.B.; ROSSIGNOL, P. A organização da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde. Direito à Saúde. Para entender a gestão do SUS - 2015. Brasília: CONASS; 2015. Disponível em http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/colecao2015/CONASS--ART_3B.pdf

RAMALHO DE OLIVEIRA, D. Atenção Farmacêutica: da filosofia ao gerenciamento da terapia medicamentosa. 1. ed. São Paulo: RCN Editora Ltda, 2011, 328p

SANTOS P C Lima. Farmácia Clínica & Atenção Farmacêutica - Contexto atual, Exames Laboratoriais e Acompanhamento Farmacoterapêutico. São Paulo: Atheneu. 2ed. 2017 560p

STORPIRTIS, S.; GAI, N.M.; CAMPOS, D.R.; GONÇALVES, J.E. Farmacocinética: básica e aplicada . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, 222 p



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

VIEIRA.; F.S. Assistência farmacêutica no sistema público de saúde no Brasil. Rev Panam Salud Publica. v.27, p.149-156, 2010.
WELLS BG, DIPIRO GT, SCHWINGHAMMERTL, DIPIRO CV. Manual de Farmacoterapia. Porto Alegre: Artmed/ McGraw-Hill, 9 ed. 2016 976 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (FISIOTERAPEUTA)

Processo saúde/ doença, promoção e educação para a saúde. Educação para saúde: estratégias (grupos, orientação/ aconselhamento, educação popular).

Disfunções neuromusculares: medidas preventivas, de habilitação e reabilitação nas diversas disfunções neuromusculares na infância, em adultos e velhice. Avaliação e identificação de diagnósticos funcionais. Prescrição e acompanhamento dos planos de tratamento. Orientação ao paciente, familiares e cuidadores.

Disfunções ortopédicas: medidas preventivas, de habilitação e reabilitação nas diversas disfunções ortopédicas nas fases da infância, adultos e velhice. Avaliação e identificação de diagnósticos funcionais. Prescrição e acompanhamento dos planos de tratamento. Orientação ao paciente, familiares e cuidadores, indicação de órteses.

Traumatologia: medidas preventivas, de habilitação e reabilitação após a ocorrência dos traumas na infância, em adultos e idosos. Avaliação e identificação de diagnósticos funcionais. Prescrição e acompanhamento dos planos de tratamento. Orientação ao paciente, familiares e cuidadores.

Disfunções cardiorrespiratórias e vasculares: medidas preventivas, de habilitação e reabilitação nas diversas disfunções cardiorrespiratórias e vasculares em adultos e idosos. Avaliação e identificação de diagnósticos funcionais. Prescrição e acompanhamento dos planos de tratamento. Orientação ao paciente, familiares e cuidadores.

REFERÊNCIAS

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL APROVADO PELA RESOLUÇÃO COFFITO-10 DE 3 DE JULHO DE 1978 http://www.coffito.org.br/conteudo/con_view.asp?secao=45

LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL – Resoluções do conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional: Resolução COFFITO 08 – Aprova as normas para habilitação ao exercício profissional.

Britto R, Parreira V, Brant T. Recursos Manuais e Instrumentais em Fisioterapia Respiratória. Ed Manole, 2a. edição, 2014.

Prentice WE. Modalidades terapêuticas para fisioterapeutas. Porto Alegre: Artmed, 2ª edição, 2004.

Hall CM & Brody LT. Exercícios terapêuticos na busca da função. Editora Guanabara Koogan. 2ª ed. 2007.

Shepherd RB. Fisioterapia em pediatria. 3. ed. São Paulo: Santos Liv. Ed., 1996. 421p.

Pryor J, Webber BA. Fisioterapia para problemas respiratórios e cardíacos. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 366p.

Umphred DA. Reabilitação Neurológica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Magee DJ. Avaliação musculoesquelética. Barueri, SP: Manole, 2005. 1014 p

Perracini MR, Fló CM. Funcionalidade e Envelhecimento. 1ª Ed. Editora: Guanabara Koogan. 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (FONOAUDIÓLOGO)

Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Caracterização das principais alterações da linguagem oral e escrita, da fala, da voz, da audição e do sistema sensorio motor oral. Prevenção, avaliação, diagnóstico e intervenção em linguagem oral e escrita, voz, audição, fluência e motricidade orofacial. Atuação do fonoaudiólogo na área educacional. Promoção de saúde em Fonoaudiologia. Planejamento e programas preventivos fonoaudiológicos. Avaliação e tratamento das fissuras labiopalatinas, da disfunção velofaríngea e das disfagias e disfunção neuromotora. Transtornos de linguagem associados às lesões neurológicas.

REFERÊNCIAS

Andrade CRF de. Gagueira infantil: risco, diagnóstico e programas terapêuticos. Barueri, SP: PróFono, 2006.

Andrade, C. R. F.; Béfi-Lopes, D. M.; Fernandes, F. D. M.; Wertzner, W. H. ABFW: Teste de linguagem infantil nas áreas de Fonologia, Vocabulário, Fluência e Pragmática. Carapicuíba (SP): Pró-Fono, 2000.

Bastos, Jose Roberto de Magalhães; Peres, Sílvia Helena de Carvalho Sales;

Behlau, M. Voz – O Livro do Especialista. (Volume I). Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

Behlau, M. Voz – O Livro do Especialista. (Volume II). Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

Caldana, Magali de Lourdes. Educação em saúde com enfoque em odontologia e fonoaudiologia. São Paulo: Santos, 2007.

Capovilla AGS, Capovilla FC. Problemas de Leitura e Escrita: como identificar, prevenir e remediar numa abordagem fônica. São Paulo, Mennon, 2000.

Cesar, Andréa de Melo; Maksud, Simone Siqueira. Fundamentos e práticas em fonoaudiologia. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

Ciasca SM. Distúrbios de Aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. 6

Cunha VLO. Prevenindo problemas na fala pelo uso adequado das funções orais: manual de orientação. Carapicuíba: Pro-Fono; 2001.

Fernandes FDM, Mendes BCA, Navas AL. Tratado de fonoaudiologia. 2a ed. São Paulo: Roca; 2009.

Fernandes FDM, Mendes BCA, Navas ALGP (orgs). Tratado de Fonoaudiologia. 2ª Ed. São Paulo: Roca, 2010.

Ferraz MC. Manual prático de Motricidade Oral. 5ª edição. Rio de Janeiro: Revinter; 2001.

Ferreira LP, Béfi-Lopes DM, Limongi SCO. Tratado de Fonoaudiologia. São Paulo: Roca; 2004.

Frota, Silvana. Fundamentos em fonoaudiologia: audiologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Furkim, Ana Maria; Santini, Célia S. Disfagias Orofaríngeas. 2ª edição, Carapicuíba: Pró-Fono, 2004.

Jacobi, Juliana S; et al. Disfagia Avaliação e Tratamento, Editora Revinter, 2003

Jakubovicz, Regina; Cupello, Regina. Introdução à Afasia; Diagnóstico e Terapia. 7ª edição, Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2004.

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Jotz, G.P. ; Carrara-De Angelis, E; Barros, A.P.B. – Tratado da deglutição e disfagia: no adulto e na criança. Revinter, 2009

Lopes Filho – O. Tratado de Fonoaudiologia. 2ª ed. Ribeirão Preto: Tecmedd; 2005.

Marchesan, I.; Zorzi, J. Tópicos em Fonoaudiologia. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

Marchesan IQ. Fundamentos em Fonoaudiologia: Aspectos Clínicos na Motricidade Oral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2005.

Medeiros. A.M.C; Medeiros, M. Motricidade orofacial – inter-relação entre fonoaudiologia e odontologia. São Paulo: Lovise, 2006.

Mota, H. B. (2001). Terapia fonoaudiológica para os desvios fonológicos. Rio de Janeiro: Revinter.

Musiek, F. E.; Rintelmann, W. F. Perspectivas atuais em avaliação auditiva. São Paulo: Manole, 2001.

Ortiz, K.Z. (org) –Distúrbios Neurológicos Adquiridos: Fala e Deglutição. Editora Manole, São Paulo, 2006.

Pinho, Sílvia M. R. Fundamentos Em Fonoaudiologia: Tratando os Distúrbios da Voz, Rio de Janeiro:

Peña-Casanova, J. Pérez Pamies, M. Reabilitação da Afasia e Transtornos Associados 2005.

Raymundo Manno. et al.Fonoaudiologia e Saúde Pública. 2ª edição, Carapicuíba: Pró-Fono, 2000, p. 121-136.

Russo e Santos. Audiologia Infantil. Cortez editor, 4ª edição, 2001.

Russo, Ieda C. Pacheco; Santos, Teresa Maria Momensohn. Prática da audiologia clínica. São Paulo: Cortez, 2009.

Santos, M. T. M.; Navas, A. L. G. P. Distúrbios de leitura e escrita. São Paulo: Manole, 2002.

Tomè, Marileida Cattelan (Org.). Dialogando com o coletivo: dimensões da saúde em fonoaudiologia. São Paulo, Santos: 2009.

Zorzi, Jaime L. A intervenção fonoaudiológica nas alterações da linguagem infantil. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO CARDIOLOGISTA)**PROGRAMA**

~~Arritmia cardíaca. Cardiopatia Congênita. Dislipidemia. Doença arterial coronariana. Doenças da Aorta. Doenças do miocárdio e pericárdio. Eletrocardiografia. Endocardite. Farmacologia cardiovascular. Febre reumática. Gravidez e doença cardiovascular. Hipertensão arterial. Infarto agudo do miocárdio. Insuficiência cardíaca. Síndrome coronariana aguda. Terapia anticoagulante e trombolítica. Tromboembolismo pulmonar. Valvulopatias.~~

REFERÊNCIAS

~~Braunwald. Tratado de doenças cardiovasculares. 9ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. – Português~~
~~Cardiologia, livro texto da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Manole, 2015 – 2ª edição.~~
~~Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia disponíveis online através do site~~
~~<http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes.asp>~~

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO CLÍNICO)**PROGRAMA**

Fisiopatogenia, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Cardiovasculares. Fisiopatogenia, Diagnóstico e Tratamento de Doenças do Sistema Respiratório. Fisiopatogenia, Diagnóstico e Tratamento de Doenças do Sistema Digestório. Fisiopatogenia, Diagnóstico e Tratamento de Doenças do Sistema Urinário. Fisiopatogenia, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Endocrinometabólicas. Diagnóstico e Tratamento de Infecções e Infestações. Diagnóstico e Tratamento de Emergências Clínicas. Abordagem inicial do paciente em consultório e domicílio. Cuidados gerais e específicos do Médico de Família. Acompanhamento do paciente após o fim do tratamento.

REFERÊNCIAS

Porto e Porto. Semiologia – 7ª Edição, Editora GEN, 2014.

Wagner G. Tratado de Saúde Coletiva – 2ª Edição, Editora Hucitec, 2012.

Rouqueayrol MZ, Gurgel M. Epidemiologia e Saúde – 8ª Edição, editora Med Book, 2018.

Gusso, G, Popes, JMD. Tratado de Medicina de Família e Comunidade – 1ª Edição, Editora Art Med, 2013.

Cavalcanti HA, Muyfeldt ES, Maillet, ALR. Ambulatório de Clínica Médica. – 2ª Edição. Editora Thieme Revinter, 2018.

Lopes, AC. Tratado de Clínica Médica – 3ª Edição, Editora GEN, 2016.

Freitas PY. Tratado de Geriatria e Gerontologia – 4ª Edição. Editora GEN, 2016.

Veronesi e Focaccia. Tratado de Infectologia – 5ª Edição, Editora Atheneu, 2015.

Seruf JC, Marcolino, MS. Emergências Clínicas – 3ª Edição, Editora Coopmed, 2018.

Prado, C. Atualização terapêutica – 26ª Edição, Editora Art Med, 2018.

Zaterka, S., Eisig, J. Tratado de Gastroenterologia. 2ª Edição. Editora Atheneu, 2016.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO DERMATOLOGISTA)

Dermatoviroses: Herpes, HPV, molusco contagioso. Infestações (zodermatoses, dermatoses parasitárias). Doenças bacterianas. Hanseníase. Micoses superficiais e profundas. Eczemas. Afecções do tecido conectivo: lúpus eritematoso, dermatomiosite e esclerodermia. Treponematoses. Neoplasias cutâneas: ceratose actínica, carcinoma basocelular, carcinoma escamoso, melanoma. Reações adversas a drogas. Fotodermatoses

REFERÊNCIAS

Azulay RD, Azulay DR. Dermatologia. 6ª. edição. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan; 2013.

Belda Júnior W, Di Chiacchio N, Criado PR. Tratado de Dermatologia. 3ª. edição. São Paulo: Ed. Atheneu; 2018.

Bolognia JL, Jorizzo JL, Schaffer JV. Dermatology. 3rd ed. Philadelphia, PA: Elsevier Saunders; 2012.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Duarte AA. Colagenoses e a Dermatologia. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Ed. DiLivros; 2011. Elder DE, Elenitas R, Johnson Jr BL, Murphy GF, Xu X, editors. Lever's histopathology of the skin. 11 th edition. Philadelphia: Ed. Lippincott; Williams &Wilkins; 2015. James WD, Berger TG, Elston DM. In: Andrews' Diseases of the Skin: Clinical Dermatology. 12th edition. China: Ed. Elsevier, 2015. Kadunc B, Palermo E, Addor F, Metsavaht L, Rabello L, Mattos R, et al. Tratado de cirurgia dermatológica, cosmiatria e laser da Sociedade Brasileira de Dermatologia. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier; 2012. Ramos-e-Silva M, Castro MCR. Fundamentos da Dermatologia. Rio de Janeiro: Ed. Atheneu; 2009. Talhari S, Penna GO, Gonçalves HS, Oliveira MLW. Hanseníase. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Ed. DiLivros; 2014. Zaitz C. Compêndio de Micologia Médica. 2ª edição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA)

Mecanismos de ação hormonal. Biologia Molecular aplicada a Endocrinologia. Sinais e sintomas de distúrbios hormonais. Diabetes Mellitus. Obesidade. Hipotireoidismo. Hipertireoidismo. Nódulo tireoidiano e câncer de tireóide. Tumores hipofisários. Hipopituitarismo. Incidentaloma adrenal. Hipertensão endócrina. Hipogonadismo. Síndrome dos ovários policísticos. Osteoporose. Hiperparatireoidismo. Baixa estatura. Hiperplasia congênita de supra-renal. Puberdade precoce. Neoplasias endócrinas múltiplas.

REFERÊNCIAS

Endocrinologia para o Clínico- Anelise Impellizieri Nogueira e colaboradores. 1a edição. Coopmed, 2016. Greenspan's Basic and Clinical Endocrinology. David Gardner e colaboradores. 10a edição. Editora Lange, 2017.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO GINECOLOGISTA)

Alterações fisiológicas da gestação. Nutrição, hábitos e vícios na gravidez. Vacinação na gestação. Avaliação de risco gestacional. O cuidado pré-natal. Avaliação da idade gestacional e maturidade fetal. Avaliação da vitalidade fetal. Alterações do crescimento intrauterino. Hemorragias da primeira metade da gestação. Hemorragias da segunda metade da gestação. Prematuridade. Rotura prematura das membranas. Síndromes hipertensivas na gestação. Gestação múltipla. Diabetes na gestação. Infecções congênitas. Infecção do trato urinário na gestação. Terapêutica medicamentosa na gestação. Interrupção legal da gestação. Contracepção no puerpério.

Ginecologia: Embriologia e anatomia do aparelho urogenital feminino. Fisiologia menstrual – controle neuroendócrino. Semiologia ginecologia. Desenvolvimento puberal normal e anormal. Sexualidade. Vulvovaginites. Doenças sexualmente transmissíveis. Doença inflamatória pélvica. Síndrome Pré-Menstrual. Dismenorréia. Sangramento uterino anormal. Miomatose uterina. Amenorréias. Dor pélvica crônica. Endometriose. Infertilidade conjugal. Climatério. Planejamento familiar – Métodos anticoncepcionais. Prevenção do câncer na mulher.

REFERÊNCIAS

OMS - Critérios Médicos de Elegibilidade para uso de métodos anticoncepcionais - 5a edição, 2015. Disponível em http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/181468/1/9789241549158_eng.pdf?ua=1
Diretrizes para a detecção precoce do câncer de mama no Brasil/Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – Rio de Janeiro: INCA, 2015. Acesso gratuito: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/livro_deteccao_precoce_final.pdf
Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. – 2. ed. rev. atual. – Rio de Janeiro: INCA, 2016. http://www.citologiaclinica.org.br/site/pdf/documentos/diretrizes-para-o-rastreamento-do-cancer-do-colo-do-uterio_2016.pdf
Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Brasil. Ministério da Saúde. 230 p.: il. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., 2. reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MS2009_politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf
Sexually transmitted diseases treatment guidelines, 2015. Centers for Disease Control and Prevention (CDC). Recommendations and Reports. Vol. 64. No. 3. June 5, 2015. Acesso gratuito: <https://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/rr6403a1.htm>
ZUGAIB M. Zugaib Obstetrícia, 3ª ed, SP: Manole, 2016.
CUNNINGHAM, F. Gary; Leveno, Kenneth J. ; Bloom, Steven L. Williams Obstetrics. 24ª edição, McGraw-Hill, 2015.
CAMARGOS, Aroldo Fernandes. Ginecologia Ambulatorial. Belo Horizonte: COOPMED, 3ª Edição 2016.
CAMARGOS, Aroldo Fernando et al. Anticoncepção, Endocrinologia e Infertilidade: Soluções para as questões da ciclicidade feminina. Coopmed, 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO NEUROLOGISTA)

Semiologia Neurológica; Síndromes Neurológicas e Topografia Lesional; Neurofisiologia; Neuroimagem; Liquor; Neuroinfecção; Doença Vascular encefálica e medular; Tumores; Anomalias do Desenvolvimento Neuronal; Desordens Neurocutâneas. Neuropatias Periféricas; Miopatias; Mielopatias; Ataxias; Distúrbios do Movimento; Doenças da Junção Neuromuscular; Esclerose Múltipla e



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

outras doenças desmielinizantes; Epilepsia; Cefaleias; Distúrbios do Sono; Neuro-otologia; Neuro-oftalmologia; Neuropediatria; Manifestações Neurológicas das Doenças Sistêmicas; Demências, Delírios e alterações do nível de consciência; Desordens do Sistema Autônomo; Desordens Psiquiátricas.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN ACADEMY OF NEUROLOGY. Neurology clinical practice. Lippincott Williams and Wilkins. Revista bimestral da Academia Americana de Neurologia.
- Aminoff's Neurology and General Medicine. 5th ed. Elsevier Edition. 2014.
- BERTOLUCCI, P. H. F.; BALLALAI, Ferraz H.; VILLAR, Félix E. P.; PEDROSO, J. L. Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar da UNIFESP-EPM. 1ª ed. Manole, 2011.
- BILLER, J. Localization in Clinical Neurology. 6th ed. Wolters Kluwer, 2011.
- BILLER, J. Practical Neurology. 1st ed. Lippincott Williams & Wilkins, 2005.
- BILLER, J. The Interface of Neurology & Internal Medicine. 1st ed. Wolters Kluwer, 2008.
- CAPLAN, L. R. Caplan's Stroke: A clinical approach. 4th ed. Saunders, 2009.
- CAPLAN, Louis R. Stroke Syndromes. 3rd ed. Cambridge, 2012.
- DEJONG'S. The Neurological Examination. 7th ed. Amirsys, 2013. Wolters Kluwer, 2013.
- Duus' Topical Diagnosis in Neurology. Anatomy, Physiology, Signs, Symptoms. 5th edition. Thieme. 2012.
- DYCK, P. J.; THOMAS, P. K. Peripheral Neuropathy. 4th ed. Elsevier Saunders, 2005.
- ENGEL, J. Epilepsy: A comprehensive Textbook. 2nd ed. Wolter Kluwer, 2007.
- JOSEPHSON, S. Andrew; FREEMAN, W. David; LIKOSKY, David J. Neurohospitalist Medicine. 1st ed. Cambridge, 2011.
- KARPATI, George; JONES, David Hilton; BUSHBY, Kate; GRIGGS, Robert C. Disorders of Voluntary Muscle. 8th ed. Cambridge University Press, 2010.
- KIMURA, Jun. Electrodagnosis in Diseases of Nerve and Muscle: Principles and Practice. 4th ed. Oxford University Press, 2013.
- KRAUSS, G. L.; FISHER, R. S. The John Hopkins Atlas of Digital EEG. 1st ed. The John Hopkins University Press, 2006.
- LIU, Grant T.; VOLPE, Nicholas J.; GALETTA, Steven L. Neuro-Ophtalmology: Diagnosis and Management. 2nd ed. Saunders, 2010.
- OSBORN, A. G. Angiografia Cerebral Diagnóstica. 2ª ed. Revinter, 2002.
- OSBORN, A. G. Diagnostic Imaging Brain. 1sted. AMIRSYS, 2004.
- PATTEN, J. Neurological Differential Diagnosis. 2nd ed. Springer, 1996.
- PRACTICAL NEUROLOGY. BMJ Group. Revista bimestral.
- REVISTA CONTINUUM, LIFELONG LEARNING IN NEUROLOGY. American Academy of Neurology. Revista bimestral de Neurologia. Lippincott Williams and Wilkins.
- REVISTA NEUROLOGY. American Academy of neurology. Lippincott Williams and Wilkins. Revista bimensal da Academia Americana de Neurologia.
- ROPPER, ALLAN H.; BROWN, ROBERT H. Adams and Victor's Principles of Neurology. 10 ed. McGraw Hill, 2014.
- ROWLAND, L. P. Merritt's Textbook of Neurology. 11 ed. Williams & Wilkins, 2005.
- Seminars in Neurology. Thieme Medical Editions. Revista neurológica bimestral.
- SILBERSTEIN, S. D.; LIPTON, R. B.; DODICK, D. W. Wolff's Headache and other head pain. 8th ed. Oxford University Press, 2008.
- TOLOSA, E.; JANKOVIC, J. The Parkinson Disease and movement disorders. 5th ed. Lippincott Williams & Wilkins, 2006.
- UPTODATE. Disponível em: <<http://www.uptodate.com>>. Referência do mês de outubro de 2018.
- WALSH & HOYT'S. Clinical neuro-Ophtalmology: The Essentials. 2nd ed. Wolters Kluwer, 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO ORTOPEDISTA)

Anatomia e histologia do sistema musculoesquelético. Biomecânica do aparelho locomotor. Deformidades congênitas de membros. Doença de Legg-Calvé-Perthes.

Embriologia do aparelho locomotor. Epifisiólise proximal de fêmur. Escoliose. Fraturas de crianças e adultos. Hálux valgus e rígido. Histologia e consolidação das fraturas. Lesão medular. Lesões de nervos periféricos. Lesões ligamentares. Lesões tendíneas. Luxações. Meniscopatias. Mielomeningoceles. Necrose avascular de cabeça femoral. Osteocondrites. Paralisia cerebral. Pé diabético. Pé neuropático. Pseudoartroses. Reabilitação do aparelho locomotor. Tumores ósseos e de partes moles: classificação, histologia, radiologia e tratamento.

REFERÊNCIAS

- BROWNER, B. et al. Skeletal trauma. 4. ed. Philadelphia: Saunders/Elsevier, 2008.
- CANALE, T.; BEATY, J. H. Campbell's Operative Orthopaedics. 11. ed. Philadelphia: Elsevier/Mosby, 2007.
- COURT-BROWN, C. et al. Rockwood and Green's Fractures in Adults. Two volumes. 7. ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2010.
- MORRISSEY, R. T.; WEINSTEIN, S. L. Lovell and Winter's Pediatric Orthopaedics. 6. ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA)

Otorrinolaringologia geral: Semiologia geral otorrinolaringológica: ouvido, nariz, faringo-e e laringe. Propedêutica otorrinolaringológica - exame clínico completo otorrinolaringológico e exames complementares gerais: ouvido, nariz, faringo-estomato, laringe e pescoço.

Ouvido: Anatomia e Fisiologia da Audição e do Equilíbrio, Anatomia Cirúrgica do Osso Temporal. Afecções Inflamatórias/infecciosas da Orelha Externa e Orelha Média e suas complicações. Traumatismo do osso temporal. Alterações não infecciosas de orelha

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

externa (ceratose obliterante, cerume e corpos estranhos). Disfunções da Tuba Auditiva. Otosclerose. Perda auditiva e suas diversas causas e tratamentos. Paralisia Facial. Zumbido. Vestibulopatias Periféricas. Vertigem de Origem Central. Vestibulopatias na Infância. Tratamento da Vertigem. Neoplasias Malignas do Osso Temporal. Histiocitose de Células de Langerhans. Schwannoma do VIII Nervo. Acessos Cirúrgicos à Fossa Posterior. Acessos Cirúrgicos à Fossa Média.

Nariz: Anatomia e semiologia da Cavidade Nasal e Seios Paranasais. Histologia e Fisiologia da Mucosa Nasossinusal e Olfação. Meningoencefalocelos e Outras Malformações Nasossinusais. Atresia Coanal Congênita. Obstrução Nasal. Rinites. Cirurgias nasais. Afecções inflamatórias e infecciosas do nariz e seios paranasais: sintomas, sinais e tratamentos. Rinossinusite em Pacientes Imunodeprimidos. Complicações das Rinossinusites. Granulomatose Nasais. Tumores Benignos de Nariz e Seios Paranasais. Mucocelos dos Seios Paranasais. Doenças da Olfação. Cefaleias rinogênicas. Discinesias Ciliares Primárias e Secundárias. Fístulas Liquóricas Nasais. Epistaxe. Complicações das cirurgias nasais. Tumores de Hipófise e Acesso Endoscópico às Regiões Sellar e Parassellar.

Boca e Faringe: Anatomia da Boca e Faringe. Anel Linfático de Waldeyer: Histologia e Imunologia. Afecções inflamatórias e infecciosas das tonsilas faríngeas e palatinas. Síndrome do Respirador Oral. Adenotonsilectomias: Indicações, Contraindicações, Técnica Cirúrgica e Complicações. Doenças Infecciosas da Cavidade Oral. Estomatologia: semiologia, anatomia, fisiologia, doenças e tratamentos. Parotidite Recorrente da Infância. Xerostomia. Sialorreia. Mucosite Oral. Halitose. Tumores Benignos da Boca. Ronco e Síndrome da Apneia do Sono: sintomas, sinais, diagnóstico e tratamentos. Disfunções do paladar.

Laringologia e Voz: Fisiologia e semiologia Laríngea. Avaliação Clínica da Voz. Fisiologia e Semiologia da Deglutição, Influência dos Hormônios na Laringe. Distúrbios Neurológicos da Laringe. Paralisias Laríngeas. Repercussões Laríngeas do Refluxo Gastroesofagofaríngeo. Traumatismos da Laringe. Anomalias Congênitas da Laringe. Laringites Agudas e Crônicas Inespecíficas. Papilomatose Respiratória Recorrente. Disfonias: Classificação, Diagnóstico e Tratamento. Lesões Fonotraumáticas. Alterações Estruturais Mínimas. Disfonias da Infância: Diagnóstico e Tratamento. Disfagias: diagnóstico e tratamento. Estridor Laríngeo. Lesões Pré-malignas da Laringe.

Cabeça e Pescoço: Anatomia do Pescoço. Exame Físico do Pescoço. Avaliação por Imagem do Pescoço. Punção Aspirativa por Agulha Fina em Otorrinolaringologia. Câncer de Cabeça e Pescoço: epidemiologia, fatores de risco, sinais e sintomas, diagnóstico e tratamento. Abordagem dos Nódulos e do Câncer da Tireoide. Metástases Cervicais. Abscessos cervicais.

Cirurgia Plástica da Face: Anatomia e Histologia Aplicadas. Análise Estética da Face. Cicatrização. Princípios de Cirurgia Plástica da Face. Avaliação Pré-operatória em Cirurgia Plástica Facial. Cefalometria. Síndromes com Deformidade Craniofacial. Trauma Facial. Rinosseptoplastia: Acessos Fechado, Aberto e Semiaberto. Rinoplastia Revisional. Cirurgia da Ponta Nasal. Rinosseptoplastia Reparadora em Crianças. Insuficiência Valvular. Reconstrução Nasal. Otoplastia. Reconstrução da Orelha Externa.

REFERÊNCIAS

Tratado de Otorrinolaringologia. Pignatari, S.S.N e Anselmo-Lima, W.T. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO PEDIATRA)

~~Desenvolvimento infanto-juvenil. Classificação diagnóstica dos transtornos psiquiátricos. Epidemiologia, propedêutica e tratamento farmacológico e não farmacológico dos transtornos psiquiátricos na infância e adolescência. Exame clínico, neurológico e psiquiátrico e exames complementares em psiquiatria da infância e adolescência. Diagnóstico diferencial dos transtornos psiquiátricos da infância e adolescência e quadros relacionados a doenças sistêmicas. Psicofarmacologia na infância e adolescência.~~

REFERÊNCIAS

~~APA. Manual de diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais do DSM 5. Porto Alegre: Artmed; 2013.~~

~~IACAPAP – www.IACAPAP.ORG/IACAPAP-Textbook-of-child-and-adolescent-mental-health. Acesso em: 14 de outubro de 2018.~~

~~National Institute for Health and Care Excellence (NICE). Attention-deficit hyperactivity disorder: diagnosis and management. London: The Institute; 2018. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/ng87>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.~~

~~National Institute for Health and Care Excellence (NICE). Depression in children and young people: identification and management. London: The Institute; 2005. Update: 2015. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/cg28>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.~~

~~National Institute for Health and Care Excellence (NICE). Psychosis and schizophrenia in children and young people: recognition and management. London: The Institute; 2013. Update: 2016. Disponível em: <https://www.nice.org.uk/guidance/cg155>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.~~

~~Scottish Intercollegiate Guidelines Network (SIGN). Assessment, diagnosis and interventions for autism spectrum disorders. Edinburgh: SIGN; 2016. (SIGN publication no. 145). [June 2016]. Disponível em: <https://www.sign.ac.uk/sign-145-assessment,-diagnosis-and-interventions-for-autism-spectrum-disorders.html>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.~~

~~Thapar A e cols (Ed). Rutter's Child and Adolescent Psychiatry, Sixth Edition. John Wiley & Sons, Ltd, 2015.~~

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO PEDIATRA)

O programa versará sobre conhecimentos em pediatria, com nível de complexidade exigido ao pediatra geral (pediatria ambulatorial, pediatria preventiva, pediatria neonatal, crescimento e desenvolvimento, doenças infecto-parasitárias, alergia e imunopatologia, doenças neurológicas e neuromusculares, doenças do aparelho digestivo, doenças do aparelho locomotor, doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho cardiovascular, doenças do trato digestório, doenças genéticas, doenças da pele e anexos)



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33)
- DUNCAN, BB et al. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- FEIJO RB; COSTA COM; HAGEL LD; CRUZ NLA. Medicina Ambulatorial: Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidências.
- SILVA L. TRATADO DE PEDIATRIA. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. 4ª ed. Ed Manole- 2017
- NELSON. Tratado de Pediatria - Richard E. Behrman, Hal B. Jenson, Robert Kliegman. 18ª Edição. Elsevier. 2009.
- MANUAL DE NEONATOLOGIA - John P. Cloherty, Eric C. Eichenwald e Ann R. St Avery / Neonatologia - Fisiopatologia e Tratamento do Recém-nascido - Mary M.K. Seshia, Martha D., M.D. Mullett, Mhairi G. Macdonald
- Semiologia Pediátrica - Rodrigues, Yvon Toledo. 3ª Edição; Guanabara Koogan, 2009

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO PSIQUIATRA)

Psicopatologia. Diagnóstico sindrômico e diagnóstico nosológico. Clínica psiquiátrica: Transtornos psicóticos: esquizofrenia e transtornos esquizoafetivo, esquizofreniforme, psicótico breve, delirante persistente, delirante induzido. Transtornos do humor. Avaliação do risco de suicídio. Transtornos fóbico-ansiosos: fobia específica, social, agorafobia, transtorno de pânico, transtornos de adaptação, transtorno de estresse pós-traumático, transtorno de ansiedade generalizada. Transtornos relacionados ao uso de álcool e substâncias psicoativas. Transtorno obsessivo-compulsivo. Transtornos de hábitos e impulsos. Transtornos somatoformes. Transtornos alimentares. Transtornos do sono. Transtornos dissociativos. Transtornos envolvendo a sexualidade. Transtornos da personalidade. Transtornos factícios. Transtornos do desenvolvimento. Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Transtornos psiquiátricos relacionados ao envelhecimento. Síndromes orgânicas que cursam com sintomatologia psiquiátrica. Delirium, demência, transtornos amnésicos e outros transtornos cognitivos. Aspectos neuropsiquiátricos da infecção por HIV. Síndromes psiquiátricas no período perinatal. Classificação em psiquiatria: sistemas classificatórios CID-10 e DSM V. Urgências e emergências psiquiátricas. Exames complementares em psiquiatria. Prescrição em psiquiatria. Psicofarmacologia e psicofarmacoterapia. Psicoterapias. Documentos médico-legais. Direitos da pessoa portadora de transtorno mental. Internações psiquiátricas. Reforma psiquiátrica. Princípios, Legislação, Diretrizes e Políticas do SUS. Estruturação da Rede de Atendimento em Saúde Mental e os Serviços de Atendimento Psiquiátrico. Cuidado em saúde mental no SUS. Projeto terapêutico singular. Redução de danos. Instrumentos de intervenção psicossocial. Saúde e sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. Promoção da saúde no SUS. Prevenção de doenças e agravos à saúde. Problemas de saúde pública no Brasil. Ética médica. Aspectos legais do exercício profissional da Medicina.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA-FILHO E, CHALUB M, TELLES LEB. Psiquiatria Forense de Taborda. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM n.º 1.101, de 12 de junho de 2002. Estabelece os parâmetros assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília-DF, 2002. Seção 1, p. 36.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM n.º 1.559, de 1º de agosto de 2008. Institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília-DF, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria GM n.º 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília-DF, 2006. Seção 1, p. 43.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria SAS n.º 589, de 27 de dezembro de 2001. Implementa a Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade (CNRAC), com objetivo de organizar a referência Interestadual de Pacientes que necessitem de assistência hospitalar de alta complexidade. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília-DF, 2001. Seção 1. p. 184.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2001. Seção 1.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde NOB-SUS 93. Brasília-DF, 1993.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde NOB-SUS 96. Brasília-DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção às urgências. 2. ed. Brasília-DF, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N. 3.410/2013. Estabelece as diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP). Brasília-DF, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 189, de 11 de dezembro de 1991. Dispõe sobre o atendimento à Saúde Mental no Brasil. Diário Oficial Da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1991. Seção 1, p. 28495.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 224 de 29 de janeiro de 1992. Estabelece diretrizes e normas para o atendimento em saúde mental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 1992. Seção 1.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União. Brasília-DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Descentralização da Gestão da Assistência. Regionalização da assistência à saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso: Norma Operacional de Assistência à Saúde: NOAS/SUS 01/02 e Portaria MS/GM n.º 373, de 27 de fevereiro de 2002 e regulamentação complementar. Brasília-DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Portaria SAS n.º 423, de 9 de Julho de 2002. Detalha as atribuições básicas inerentes a cada nível do governo no controle, regulação e avaliação da assistência à saúde no SUS. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília-DF, 2002. Seção 1. p. 74.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. Regulação no setor saúde: em direção aos seus fundamentos públicos. Brasília-DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Políticas de promoção da equidade em saúde. 1ª. ed. Brasília-DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília-DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília-DF, 2005.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília-DF, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília-DF, 1990. Seção 1.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília-DF, 1990.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO DA CID-10. Porto Alegre: Artmed, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Código de Ética Médica. Resolução CFM nº 1931/2009.

CORDIOLI, AV. Psicoterapias, abordagens atuais. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 2. ed. Porto Alegre: Artes Medicas, 2008.

DIEHL A, CORDEIRO DC, LARANJEIRA R. Dependência Química: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FORLENZA, OV & MIGUEL, EC. Compêndio de Clínica Psiquiátrica. 1ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2013.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento. et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli. et al. 5 ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014. Editado também como livro impresso em 2014.

MATTA, GC. Políticas de saúde: organização e operacionalização do sistema único de saúde. Organizado por Gustavo Corrêa Matta e Ana Lúcia de Moura Pontes. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Sistema Estadual de Regulação Assistencial de Minas Gerais: SUS fácil MG. Belo Horizonte, 2006. 42 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de Atenção Básica. Caderno 34. Brasília-DF, 2013.

MORENO RA & CORDÁS TA. Condutas em psiquiatria: consulta rápida. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

QUEVEDO J, CARVALHO AF. Emergências Psiquiátricas. 3ª edição. Artmed, Porto Alegre, 2014.

SCHATZBERG AF, COLE JO, De BATTISTA C. Manual de Psicofarmacologia Clínica. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO DO TRABALHO)

Processo saúde-doença e trabalho. Doenças profissionais (pneumoconioses, mielopatias ocupacionais, saturnismo e outras intoxicações por metais, intoxicações por agrotóxicos, patologias causadas pelo ruído (PAIR), lesões por esforços repetitivos (LER/DORT), dermatoses ocupacionais). Trabalho e Saúde Mental. Vigilância em ambientes de trabalho. Epidemiologia e Saúde do trabalhador. Comunicação de acidente de trabalho. Legislação - Tópicos específicos de saúde do trabalhador (Portaria n. 3.214. Ministério do Trabalho, Leis 8.080, 8.212 e 8.213 e Decreto nº 2.172 de 05/03/97). Estruturação e serviços de saúde o trabalhador. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO (Portaria n. 24/12/94). Saúde e Segurança no Trabalho (normas regulamentadoras - MTb). Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). Redação de laudos (LTCAT). Acidentes do trabalho/direito previdenciário. Fator Acidentário de Prevenção – FAP. Ergonomia.

REFERÊNCIAS

ABHO. Limites de tolerância da ACGIH. TLVs® e BEIs® da ACGIH® - edição 2016.

ALI, Salim Amed. Dermatoses ocupacionais. 2.ed. São Paulo, SP: Fundacentro, 2009.

ALMEIDA, IM. Caminhos da análise de acidentes do trabalho. – Brasília: MTE, SIT, 2003.

ANAMT. Guia de imunização. Disponível em: http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/arquivos_diversos_16620161211277055475.pdf. Acesso em: 15 de out. de 2018.

Epidemiologia básica. 2. ed. Atual. São Paulo: Santos, 2003. 175 p.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

BURGESS, WA. Identificação de possíveis riscos à saúde do trabalhador nos diversos processos industriais. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1997., 1997.

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva (INCA). Diretrizes para Vigilância do Câncer Relacionado ao Trabalho. Rio de Janeiro: Inca, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes_vigilancia_cancer_trabalho.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Manual de Aplicação da NR- 17.

BRASIL. Normas Regulamentadoras. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/seguranca-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

BUSCHINELLI, José Tarcísio P. Manual de Orientação sobre controle médico ocupacional da exposição a substâncias químicas. São Paulo, 2014. Disponível em <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/publicacao/detalhe/2014/3/manual-de-orientacao-sobre-controle-medico-ocupacional-da-exposicao-a-substancias-quimicas>>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

Conselho Federal de Medicina. Código de Ética Médica, 2009. Disponível em <http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra.asp>>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1.488/1998. Disponível em http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1998/1488_1998.htm>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

COUTO, H. A. Como Instituir a Ergonomia na Empresa: a prática dos comitês de ergonomia. 2ª Edição. Belo Horizonte, Ergo Editora, 2011.

COUTO, H.A. Ergonomia do corpo e do cérebro no trabalho: os princípios e a aplicação prática do profissional da ergonomia. Belo Horizonte, Ergo, 2014, 2014.

CREMESP. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. 2015. Saúde Mental e Trabalho. DIAS, Elizabeth Costa et al. Competências essenciais requeridas para o exercício da Medicina do Trabalho. Atualização 2016. São Paulo. Anamt: 2016. Disponível em: http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/arquivos_diversos_29820161055157055475.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

Gliha DMR, Rocha LE (organizadores). Saúde mental no trabalho: da teoria à prática. São Paulo: Roca; 2010.

Direito Previdenciário. Disponível em <http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/direito-previdenciario.htm>>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

MENDES, R. Patologia do Trabalho. Mendes, São Paulo. Editora Atheneu, 2013. 2 volumes. Ministério da Saúde. Dermatoses ocupacionais. Brasília, 2006. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/06_0553_M.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

Perfil Profissiográfico Previdenciário. Disponível em <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/novasnormasppp.htm>>. Acesso em: 15 de out. de 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (MÉDICO VETERINÁRIO)

Patologia de animais de produção, Zoonoses infecciosas e parasitárias dos animais domésticos. Plantas tóxicas. Epidemiologia geral e aplicada à Medicina Veterinária. Inspeção e Tecnologia de Produtos de Origem Animal. Vigilância em saúde. Ética profissional do Médico Veterinário. Bioética e bem-estar animal. Controle de pragas e vetores. Normas para o trânsito de animais domésticos. Doenças transmitidas por alimentos: prevenção, controle e diagnóstico, clínico e laboratorial, das principais doenças que afetam o comércio e a saúde humana e animal. Programas nacionais de saúde animal do Brasil –Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Acordos Sanitários e Fitossanitários (Acordos SPS) na Organização Mundial do Comércio (OMC). Legislação ambiental aplicada à criação animal e a indústria de produtos de origem animal.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, A. H.; BLOWEY, R. W.; BOYD, H.; EDDY, R. G. Medicina bovina: doenças e criação de bezerros. 2ª ed., Roca, 2008, 1.080 p.

BLOOD, D.C.; RADOSTITS, O.M. Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9ª ed., Guanabara Koogan, 2002, 1737p.

COLÉGIO BRASILEIRO DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL/COBEA. Princípios Éticos na Experimentação Animal. 1991. Disponível em: <<http://www.cobea.org.br/etica.htm#3>>.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. <<http://portal.cfmv.gov.br/portal/legislacao/index/secao/2>>

Evangelista J. Tecnologia de alimentos. 2a ed., Atheneu, 2008, 652p.

FONSECA, C.B. Tecnologia de produtos de carnes e seus termos : nosso tesouro nossa tradição. Salesiana, 2012, 211p.

GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 5ª ed. Manole, 2015. 1.112 p.

MEGID, J.; RIBEIRO, M.G. ; PAES, A.C. Doenças infecciosas em animais de produção e de companhia. Roca, 2016, 1296p.

Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Manual de Legislação. Programas Nacionais de Saúde Animal do Brasil. 2009, pp. 440.

SANTOS, R.L.; ALESSI, A. C. Patologia Veterinária. Roca, 2011, 904p.

TOKARNIA, C.; BRITO, M.; BARBOSA, J.; PEIXOTO, P.; DÖBEREINER, J. Plantas tóxicas do Brasil: para animais de produção. 2a ed., Helianthus, 2012, 586p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (NUTRICIONISTA)

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA**

Ingestão, digestão, absorção, metabolismo, excreção e função dos nutrientes. Necessidades e recomendações de energia e nutrientes nas diferentes faixas etárias. Triagem e Avaliação nutricional: avaliação dietética, avaliação da composição corporal, antropometria, exame físico, avaliação bioquímica. Avaliação subjetiva global. Terapia nutricional oral, enteral e parenteral: indicação, seleção de fórmulas, vias de acesso, complicações. Dietas hospitalares. Aspectos fisiológicos e nutricionais nos diferentes ciclos da vida: gestação, aleitamento materno, lactação, infância, adolescência, fase adulta e envelhecimento. Aspectos fisiopatológicos e dietoterapia em condições clínicas específicas: obesidade e magreza, desnutrição, diabetes doenças cardiovasculares, dislipidemias, hipertensão, Insuficiência hepática, Insuficiência renal, distúrbios do trato digestório, Câncer doenças pulmonares, doenças neurológicas e disfagias. Nutrição em cirurgia, pré e peri-operatório. Nutrição e Paciente Crítico. Aspectos químicos, físicos e nutricionais do Leite Humano. Desnutrição infantil, necessidades nutricionais da criança, avaliação nutricional da criança e alimentação complementar. Terapia nutricional oral, enteral e parenteral em pediatria: recém-nascido de baixo peso, desnutrição, anemia ferropriva, hipovitaminoses, obesidade, dislipidemia, diabetes mellitus, cardiopatia, constipação intestinal e alergia alimentar. Técnica dietética: conceito, classificação e características sensoriais dos alimentos. Fatores que modificam os alimentos. Preparo de alimentos: processos e métodos de cocção. Administração de Unidades de Alimentação e Nutrição: planejamento físico-funcional de Unidades de Alimentação e Nutrição. Organização, coordenação e controle. Normas de higiene e segurança do trabalho. Planejamento de cardápios.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E.M.A. Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC 216 - Resolução da Diretoria Colegiada nº. 216 - Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, 2004.
- COZZOLINO, S.M.F.; COMINETTI, C. Bases bioquímicas e fisiológicas da nutrição – nas diferentes fases da vida, na saúde e na doença. 1ª Ed., Manole, Barueri, 2013, 1257 p.
- Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral . Diretrizes brasileira de terapia nutricional - DITEN. 2018. BRASPEN Journal Volume 33 – 1º Suplemento. Disponível em: <https://www.braspen.org/braspen-journal>
- GALEGO, D.S. et al. Lactário nos estabelecimentos assistenciais de saúde e creches. ILSI Brasil- International Life Sciences Institute do Brasil, 2017. Disponível em: <http://ilsibrasil.org/wpcontent/uploads/sites/9/2017/03/Fasci%CC%81culoLacta%CC%81rioem-Estabelecimentos-Assistenciais-de-Sau%CC%81de-e-Crech....pdf>.
- JANSEN, A.K.; SOUZA, A.L. Avaliação clínica do estado nutricional. In: SILVA, R.M.F.L. Tratado de Semiologia Médica. 1.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. Cap 06.
- LAMEU, Edson. Clínica nutricional. Rio de Janeiro: Revinter, c2005. 1071 p
- MEZOMO, I.B. Os serviços de alimentação – planejamento e alimentação. 6.ed. Revisada e Ampliada. Barueri: Manole, 2015.
- MOREIRA, E.A.M e CHIARELLO, P.G. Atenção Nutricional: Abordagem dietoterápica em adultos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- OLIVEIRA, F. L. C. et al. Manual de Terapia Nutricional Pediátrica. Barueri, SP, Manole, 2014.
- PALMA, D.; ESCRIVÃO, M.A.M.S.; OLIVEIRA, F.L.C. Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar da UNIFESP- EPM- Nutrição Clínica- Na infância e adolescência. 1ª ed. São Paulo: Manole, 2009.
- SHILS, M.E.; OLSON, J.A.; SHIKE, M.; ROSS, A.C. Tratado de Nutrição Moderna na Saúde e na Doença. 11. ed. São Paulo: Manole, 2016. 2V.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. Arquivos Brasileiros de Cardiologia. Volume 109, Nº 2, Suplemento 1, p.1-76, 2017.
- Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018 / Organização José Egídio Paulo de Oliveira, Renan Magalhães Montenegro Junior, Sérgio Vencio. -- São Paulo : Editora Clannad, 2017.
- TOLEDO, D.; CASTRO, M. Terapia nutricional em UTI. Rio de Janeiro: Rubio, 2015.404p.
- VITOLO, M.R. Nutrição - Da Gestação ao Envelhecimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2015. 558p.
- CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO. Código de Ética do Nutricionista. Resolução CFN nº 599 de 25 de fevereiro de 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (PSICÓLOGO)

Atenção Psicológica em Instituições. Classificações psicopatológicas segundo o DSM V. Psicopatologia. Oficinas e Dinâmicas de grupo. Práticas Psicoterápicas. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do idoso. Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), suas alterações e demais legislações pertinentes. Legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), suas alterações e demais legislações pertinentes.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION.(2013). Manual diagnóstico e estatístico de transtorno - DSM-5. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. Porto Alegre: Artmed.
- BRASIL.(2003) Lei Federal Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso.
- BRASIL (2003). Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Legislação do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília : CONASS, 2003
- BRASIL (2012). Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica do SUAS, de 2012. Aprovada pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS.
- BRASIL (1990). Estatuto da Criança e Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) (2007). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP. Recuperado em 28 de fevereiro de 2018 de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf

CORDIOLI, ARISTIDES, VOLPATO (org.) (1998). Psicoterapias: Abordagens atuais. Porto Alegre: Artes Médicas. (parte 2)

DALGALARRONDO, Paulo. (2008). Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.

-Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742/93 e demais alterações.

-https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

-Legislação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), suas alterações e demais legislações pertinentes: Política nacional de Assistência Social, Lei Orgânica da Assistência Social, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB SUAS e a Tipificação de Serviços Socioassistenciais.

-Estatuto do Idoso, suas alterações e demais legislações pertinentes

-Estatuto da Pessoa com Deficiência, suas alterações e demais legislações pertinentes

-Lei Federal 11.340/2006, suas alterações e demais legislações pertinentes.

-Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS), suas alterações e demais legislações pertinentes

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (TERAPEUTA OCUPACIONAL)

Ética e Deontologia Profissional da Terapia Ocupacional. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Terapia Ocupacional na Atenção à Saúde da Criança. Terapia Ocupacional na Atenção à Saúde do Adulto. Terapia Ocupacional na Atenção à Saúde do Idoso. Terapia Ocupacional em Programas de Contextos Hospitalares. Modelos, Métodos e Práticas da Terapia Ocupacional. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado Individual. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado em Grupo. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado dos Familiares e Cuidadores. Prática da Terapia Ocupacional em Cuidado em Domicílios. Prática da Terapia Ocupacional em Diferentes Modalidades, Cenários e Contextos. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional em Diferentes Condições de Saúde. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional das Funções e Estruturas do Corpo. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional dos Fatores Ambientais. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional dos Fatores Pessoais. Avaliação e Tratamento em Terapia Ocupacional das Atividades e da Participação no Autocuidado, Trabalho e Lazer. Órteses, Adaptações e Tecnologia Assistiva. Prática Baseada em Evidência em Terapia Ocupacional. Raciocínio Clínico ou Profissional em Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Alessandra; DUTRA, Fabiana C.M.S.; ELUI, Valéria M.C. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo - 3ª ed. Traduzida. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo; jan.abr;26 (Ed Esp.):1-49. 2015.

CAVALCANTI, Alessandra; GALVÃO, Cláudia. Terapia Ocupacional: Fundamentação e Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

CREPEAU, Elizabeth Blesedell; COHN, Ellen S.; SCHELL, Barbara A. Boyt. Terapia Ocupacional Willard & Spackman. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

DE CARLO, Marysia M.R.P & KUDO, Aide M. Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares e Cuidados Paliativos. São Paulo, Editora Payá, 417 p. 2017.

DRUMMOND, Adriana F. & REZENDE, Márcia B. Intervenções da Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, Editora UFMG, 175 p. 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE / ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: Editora EDUSP, 333p. 2015.

PEDRETTI, L.W. & EARLY, M.B. Terapia Ocupacional Capacidades Práticas para as Disfunções Físicas. São Paulo: Roca, 1092 p. 2005.

RADOMSKI, M. Vining; LATHAM, C. A. Trombly. Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. São Paulo (SP), Editora Santos, 6ª Ed. 1431 p. 2013.

KATZ, Noomi. Neurociência, Reabilitação Cognitiva e Modelos de Intervenção em Terapia Ocupacional. São Paulo, Editora Santos, 415 p. 2014.

Campos, Ana C.V.; Berlezi, Evelise M & Correa, Antônio H.M. Promoção da Saúde para um Envelhecimento Saudável. Editora Unijuí (RS), 312 p, 2016.



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA O PEDIDO DE ISENÇÃO

ATENÇÃO: NÃO DIGITAR E NEM XEROCAR, COPIAR O MODELO COMPLETO DE PRÓPRIO PUNHO, DATAR E ASSINAR

MODELO – Subitem 5.4.3.2.1

À

Comissão de análise de pedidos de isenção da Taxa de Inscrição do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa.

Eu.....(nome do candidato)portador do RG nº. e inscrito no CPF sob o nº., declaro para fins de requerimento de isenção do pagamento da Taxa de Inscrição ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa - Edital 01/2018, que:

- Não tenho vínculo empregatício registrado em minha Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).
- Não possuo vínculo estatutário com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal.
- Não possuo contrato de prestação de serviços com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal.
- Não aufero qualquer tipo de renda, proveniente de atividade legalmente reconhecida como autônoma.
- Sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e que, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição em concurso público.
- Estou ciente de que, de acordo com o inciso I do artigo 4º do referido Decreto, família é a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio, definido como o local que serve de moradia à família.
- Estou ciente de que, de acordo com o inciso II do artigo 4º do Decreto nº 6.135/2007, família de baixa renda, sem prejuízo do disposto no inciso I, é aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos.
- Tenho conhecimento de que a renda familiar mensal é a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos programas descritos no inciso IV do artigo 4º do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.
- Tenho conhecimento que renda familiar per capita é obtida pela razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família.

Por fim, declaro que, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição em concurso público e estou ciente das penalidades por emitir declaração falsa previstas no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Por ser verdade, firmo o presente para que produza seus efeitos legais.

Cidade e data

Assinatura